

Fernando Nogueira da Costa

# Rede de Apoio e Enriquecimento



© Blog Cultura & Cidadania – 2022

COSTA, Fernando Nogueira da

*Rede de Apoio e Enriquecimento.*

Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2022. 144p.

1. Política. 2. Religião. 3. Riqueza. I. Título.

330  
C837a

## Sumário

<b><i>Prefácio</i></b> .....	<b>5</b>
<b><i>Capítulo 1. Conciliação Nacional versus Conflitos de Interesse</i></b> .....	<b>10</b>
Partido dos Trabalhadores ou Partido dos Evangélicos .....	10
Meio-Ambiente ou Agronegócio .....	20
<b><i>Capítulo 2. Pobre Emergente Através de Rede de Apoio Mútuo</i></b> .....	<b>26</b>
Redes Sociais e Mobilidade Social .....	26
Sociabilidade Online .....	29
Cristianismo Evangélico em busca de Mobilidade Social .....	33
Política em Comunidades de Baixa Renda.....	37
<b><i>Capítulo 3. Lulismo ou Partido dos Trabalhadores</i></b> .....	<b>41</b>
Lulismo e Ascensão da Nova Classe Média Brasileira .....	41
Pentecostalismo e Antipetismo nas Eleições Brasileiras .....	47
Revisão Histórica para Nova Estratégia .....	54
Lacunas Intelectuais no Jornalismo Econômico .....	58
Investimento em Infraestrutura: BNDES e/ou Mercado de Capitais .....	61
<b><i>Capítulo 4. Rede de Ódio</i></b> .....	<b>67</b>
Colapso da Democracia no Brasil .....	67
Fascismo à Brasileira .....	75
Guerra Cultural.....	81
<b><i>Capítulo 5. Combate ao Crime Político Organizado</i></b> .....	<b>87</b>
Ladrão: Roubo de Dinheiro dos Funcionários Fantasmas.....	87
Morte ao Dinheiro Vivo .....	91
Toma-lá-dá-cá para Enriquecimento Familiar.....	94
Rever Conceitos... e Preconceitos .....	98
<b><i>Considerações Finais: Cenário Futuro</i></b> .....	<b>102</b>
Tendências Demográficas versus Ciclo de Financeirização.....	102
Ciclo de Financeirização ou de Desalavancagem Financeira? .....	106
Desglobalização, Inflação e Desfinanceirização (sic) .....	110
Riqueza Imobiliária Crescente .....	115
<b><i>Anexo Estatístico</i></b> .....	<b>124</b>
<b><i>Bibliografia</i></b> .....	<b>135</b>
<b><i>Obras do Autor com links para download</i></b> .....	<b>137</b>

**Sobre o Autor.....143**

## Prefácio

Ao optar por viver apartado da vida em comunidade com formação acadêmica, em vez de estudar mais, o *idiota* – termo usado, depreciativamente, na antiga Atenas para se referir a quem se apartasse da vida pública – se julga superior a esse coletivo desprezado por ele. Infelizmente, transmite essa intolerância ou negacionismo científico para seus descendentes e a compartilha com os amigos de sua “câmara de eco”.

*Idiota* sem consciência de fazer mal a si mesmo e, pior, aos outros, não consegue aceitar pontos de vista, ideias ou culturas divergentes de sua doutrina, imposta pela família, tradição religiosa e pela ideia deturpada de pátria como submissa às Forças Armadas. Estas receberam a missão constitucional exclusiva de defesa do território nacional, mas isso não é compreendido por gente inculta sem esforço educacional.

Os *reacionários* reagem contra o avanço civilizatório, pois têm muita dificuldade de compreensão da diversidade pela qual é formado o mundo. Quem pensa diferentemente seria um doutrinado, seja pela “esquerda ateia e personificação do diabo”, seja pela Ciência, pesquisada em Universidades públicas, todas dominadas por “comunista” (sic).

Anacrônicos, imaginam pensar por si só ao compartilhar os memes de maneira robótica. O *idiota* acha estar bem defendido de questionamentos se ficar fechado na sua “bolha”.

Esta é uma amostra do comportamento político de um nicho social. É base de apoio para a emergência do *fascismo tupiniquim* sobre a ordem armada na base de ameaças de violência e assassinatos. Para o compreender, vale reler Wilhelm Reich, “*Psicologia de Massas do Fascismo*” (São Paulo: Martins Fontes, original de 1933).

Acusar o comportamento conservador das massas de “irracional”, de constituir uma “psicose de massas” ou uma “histeria coletiva” em nada contribui para jogar luz sobre a raiz do problema e compreender a razão pela qual essa fração de classe social respalda o

discurso fascista. Afinal, o neofascista ataca os interesses coletivos e reserva, para seu clã, uma riqueza imobiliária, adquirida com dinheiro vivo/sujo.

Reich localiza a expressão da psicologia de massas do fascismo em uma certa forma de família, tendo no centro a repressão à sexualidade, e no caráter da "classe média baixa". Para ele, a repressão à satisfação das necessidades materiais difere da repressão aos impulsos sexuais. A primeira leva à revolta, enquanto a segunda impede a rebelião. Isto porque a retira do domínio consciente, "fixando-a como a defesa da moralidade".

O próprio recalque do impulso é inconsciente, não visto pela pessoa como uma característica de seu caráter. O resultado, segundo Reich, "é o conservadorismo, o medo a liberdade, em resumo, a mentalidade reacionária".

A amostra de manifestantes na rua, fantasiados de verde-e-amarelo, não é composta dos únicos a viver esse processo conservador, mas ela vive de maneira singular. Imagina-se estar acima dos outros (adversários a serem extirpados) e representarem a nação.

Praticam a defesa das barreiras sociais, impostas como garantia da sobrevivência da autoestima. Temem a quebra da ordem na qual se equilibram, precariamente, e, por isso, pedem controle e repressão dos pobres e negros desejosos de emergência social.

Alinhados à defesa militar da "nação" (pátria armada), adotam o "moralismo" quanto aos costumes, ligado a preconceitos, à misoginia, à homofobia, ao racismo etc. Arrematam esse discurso com a defesa da "família" e o clamor pela "ordem".

O comportamento fascista não pode ser reduzido à manipulação e ao engano. Encontra-se sim na consciência imediata e nas relações afetivas quanto ao reconhecimento ou acolhimento por gente inculta também vestida de verde-e-amarelo.

O ato de acolher expressa uma ação de aproximação, um "estar com" e um "estar perto de", ou seja, uma atitude de inclusão social, ocorrida também em templos evangélicos, mesmo sob a cobrança de dízimos para obter essa sensação de reconhecimento individual. Essa

atitude implica na busca de estar em relação presencial com muita gente parecida consigo, seja em aparência, seja em posse de poucas ideias inteligentes.

Daí a leviana substituição do Datafolha, pesquisa feita com método científico de amostragem, pelo Datapovo, visualização impressionista de manifestações de rua. Tanto à direita, quanto à esquerda, muitos imaginam essas serem decisivas para o resultado eleitoral, como a minoria ruidosa em espaços delimitados em algumas poucas metrópoles expressasse uma vontade reprimida de a maioria silenciosa gritar em praça pública. Aquela não representa esta, pelo contrário, a maioria quer paz e não violência!

Uma *amostra visual* é uma pequena porção de alguma coisa dada para ver, mas não é suficiente para provar ou analisar determinada qualidade do todo. A *visão holista* necessita de uma *amostra representativa* para o comportamento coletivo de todo o eleitorado ser avaliado ou julgado a priori.

Em metodologia da pesquisa quantitativa, uma *amostra* é um conjunto de dados coletados e/ou selecionados de uma população estatística por um procedimento definido. Como a população é muito grande, fazer um *censo* ou uma enumeração completa de todos os valores existentes é impossível rapidamente com poucos recursos.

A amostra geralmente representa um subconjunto de tamanho manejável. Há método científico para se fazer inferências ou extrapolações da amostra à população. No entanto, a massa ignara não o (re)conhece.

A melhor forma de evitar *viés* ou *não representatividade*, presente em manifestações de rua, é selecionar uma *amostra aleatória*, também conhecida como *amostra probabilística*. Nela, cada membro individual da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado como parte dela.

A *amostragem estratificada*, como é a sociedade, consiste em dividir ou estratificar a população em um certo número de subpopulações. Elas deveriam não se sobreporem, de modo a extrair uma amostra de cada estrato. Mas este tipo de amostragem nem sempre é usado, quando métodos diferentes de coleta de dados são aplicados em diferentes partes da população.

Face ao negacionismo científico e à ascensão neofascista com violência armada, para impor sua ordem aos adversários, em lugar da disputa eleitoral democrática, é hora de reagirmos no campo das ideias com nossa única arma: *o saber racional*. Os cientistas não podem ficar omissos com base em pressuposta (e equivocada) “neutralidade”. Temos de enfrentar o debate público e divulgar o nosso conhecimento baseado no método científico.

Neste breve livro digital aprofundarei minha pesquisa sobre a transição histórica atualmente vivenciada. O projeto tem o objetivo de mostrar a emergência da riqueza a partir dos inter-relacionamentos entre pessoas físicas, classificadas em distintos estratos sociais e posicionamentos ideológicos e religiosos, e pessoas jurídicas e/ou instituições.

Partindo das redes da base da sociedade, constituída da maioria de pessoas pobres, edificarei o complexo modo de sobrevivência e produção de valor adicionado ainda existente no país. Vivemos uma transição inconclusa desde um estágio personalizado ou familiar, análogo ao *pré-capitalismo*, para um *pleno capitalismo*, passando da troca de favores pessoais para a impessoalidade da troca de trabalho por dinheiro.

De maneira concomitante, o processo já iniciado de troca de papel-moeda por dinheiro digital e rastreável sinaliza uma esperada troca de *riqueza imobiliária* por *riqueza financeira*. Quando se desmobilizar aquela riqueza, provocado pelo fim do uso de *dinheiro vivo* em lavagem de *dinheiro sujo*, aumentará a *potencialidade da alavancagem financeira*, devido ao maior *funding*, isto é, maiores fontes de financiamento.

Começarei o percurso em defesa dessa hipótese com dados e argumentos, no primeiro capítulo, através da análise dos estratos sociais com diferentes cortes, realizados nos Perfis da Amostra nas recentes Pesquisas Eleitorais. Dessa análise conjuntural, partirei para conhecer mais estruturalmente o povo pobre brasileiro na contemporaneidade.

Aprofundarei a investigação, em seguida, com um resumo de informações úteis de uma pesquisa antropológica sobre “Mídias Sociais no Brasil Emergente”. Através dela mostrarei as relações

entre religião e política nas camadas de baixa renda em busca de ascensão social.

No terceiro capítulo, resumirei alguns ensaios com reflexão sobre o fenômeno conhecido como “lulismo” e a razão do antipetismo. Luiz Inácio Lula da Silva sofreu perseguição política de um juiz comprovadamente parcial, inclusive por suas ações políticas posteriores, a ponto de as ações penais contra o ex-presidente terem sido anuladas pelo STF ao declarar a incompetência da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba (PR), por não se enquadrarem no contexto da operação Lava Jato. A inocência de Lula foi atestada nas 26 vitórias judiciais, ou seja, em todos os processos contra ele, julgados por diferentes juízes.

No quarto capítulo, a resenha será sobre contribuições analíticas a respeito dos acontecimentos políticos ocorridos desde quando a direita “saiu do armário”, durante as passeatas de meados de 2013. Focalizarei o colapso da democracia no Brasil com a emergência do fascismo à brasileira e a decorrente guerra cultural.

Apresentarei, no quinto capítulo, o pano-de-fundo desta lamentável peça: *o vale-tudo para a prosperidade pessoal e/ou familiar*, a partir do estudo de caso da trajetória de um enriquecido clã. O chefe da família ingressou na carreira política profissional após ter sido um péssimo militar: era preso por disciplina e desonrava o Exército brasileiro até ser reformado.

Proporei, então, rever conceitos e preconceitos, inclusive o da chamada “financeirização”, para fazer uma crítica construtiva, apresentando *uma alternativa para solução do problema de fraude e lavagem de dinheiro*. Será minha contribuição de economista ao atual debate público-eleitoral.

As palavras-chave para caracterizar essa reflexão serão pobreza, religião e riqueza. Para arrematar, elaborarei um possível cenário futuro a partir da dependência de trajetória do atual processo de transição econômico-financeira, monetária e demográfica.

*Fernando Nogueira da Costa*

Campinas, setembro de 2022

## Capítulo 1. Conciliação Nacional versus Conflitos de Interesse

### Partido dos Trabalhadores ou Partido dos Evangélicos

O Partido dos Trabalhadores (PT) é igual e oposto ao Partido dos Evangélicos (PE)? São dois partidos políticos no sentido de serem instrumentos para ações coletivas em busca de poder republicano em um Estado constitucionalmente laico?

Tinham o mesmo número de simpatizantes, segundo a Datafolha de 09/09/2022, considerando o número total de evangélicos (27% do eleitorado total), sem a subdivisão pentecostal (13%), protestante (5%), neopentecostal (3%) e outras religiões evangélicas (5%). Porém, o PE percentualmente tinha *menos trabalhadores* (28% a 31%) com renda familiar mensal abaixo de 2 salários-mínimos e *mais crentes* na faixa de 2 a 5 salários-mínimos (28% a 25%). Na faixa de 5 a 10 salários-mínimos empatavam (20% ambos) e na faixa dos mais ricos (acima de 10 salários-mínimos) o percentual de petistas (19%) superava o de evangélicos (14%).

RELIGIÃO	TOTAL (%)	PARTIDO DE PREFERÊNCIA					
		PT	PL	PMDB	PSDB	Outro partido	Nenhum/não tem
Católica	53	58	44	63	60	51	51
Evangélica	25	19	37	25	19	31	27
Espírita/Kardecista	2	3	2	2	4	2	2
Adventista	1	1	4	1		2	1
Umbanda	1	2	0	0	1	1	1
Candomblé	1	2	0	0	0	1	0
Testemunha de Jeová	1	0	0	0	0	0	1
Sem Religião	11	12	4	4	10	7	12
Outras Religiões	6	4	9	4	7	7	6
Total em %	100	100	100	100	100	100	100
Católica	82.903.583	24.495.662	2.064.768	1.970.915	1.877.062	3.988.757	48.662.839
Evangélica	39.105.464	8.024.441	1.736.283	782.109	594.403	2.424.539	25.762.680
Espírita/Kardecista	3.128.437	1.267.017	93.853	62.569	125.137	156.422	1.908.347
Adventista	1.564.219	422.339	187.706	31.284	0	156.422	954.173
Umbanda	1.564.219	844.678	0	0	31.284	78.211	954.173
Candomblé	1.564.219	844.678	0	0	0	78.211	0
Testemunha de Jeová	1.564.219	0	0	0	0	0	954.173
Sem Religião	17.206.404	5.068.068	187.706	125.137	312.844	547.476	11.450.080
Outras Religiões	9.385.311	1.689.356	422.339	125.137	218.991	547.476	5.725.040
Total em Números	156.421.855	42.233.901	4.692.656	3.128.437	3.128.437	7.821.093	95.417.332

Fonte: Datafolha de 16 a 18/08/2022 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Na pesquisa feita em 18.08.2022 o número de eleitores simpatizantes do PT correspondia a 42,2 milhões, 8% acima do total de crentes: 39,1 milhões. Mas 1/5 dos evangélicos eram

simpatizantes do Partido dos Trabalhadores, ou seja, havia um subconjunto comum.

Se o PT tem como simpatizantes mais de ¼ dos eleitores. Como os “sem partido” constituem metade de todo o eleitorado, se cada petista convencer um deles (mais um), obterá a maioria absoluta.

PARTIDO	TOTAL	RENDA FAMILIAR MENSAL				RELIGIÃO	
	%	Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	Católica	Evangélica
Nenhum/ não tem	50	45	54	58	51	48	53
PT	27	32	22	16	21	29	20
PL	3	2	4	7	4	3	4
PMDB/ MDB	2	2	2	2	3	2	2
PSDB	2	1	2	3	4	2	1
PSOL	1	0	1	2	4	0	0
PDT	1	1	1	1	2	1	0
Outro partido	3	2	3	3	6	2	3
Nomes e referências	11	15	11	7	6	13	16
Total em Percentual (%)	100	100	100	100	100	100	100
Nenhum/ não tem	78.210.928	35.898.816	27.874.375	7.257.974	2.393.254	39.793.720	20.725.896
PT	42.233.901	25.528.047	11.356.227	2.002.200	985.458	24.042.039	7.821.093
PL	4.692.656	1.595.503	2.064.768	875.962	187.706	2.487.107	1.564.219
PMDB/ MDB	3.128.437	1.595.503	1.032.384	250.275	140.780	1.658.072	782.109
PSDB	3.128.437	797.751	1.032.384	375.412	187.706	1.658.072	391.055
PSOL	1.564.219	0	516.192	250.275	187.706	0	0
PDT	1.564.219	797.751	516.192	125.137	93.853	829.036	0
Outro partido	4.692.656	1.595.503	1.548.576	375.412	281.559	1.658.072	1.173.164
Nomes e referências	17.206.404	11.966.272	5.678.113	875.962	281.559	10.777.466	6.256.874
Total Nos. absolutos	156.421.855	79.775.146	51.619.212	12.513.748	4.692.656	82.903.583	39.105.464

Fonte: Datafolha 16 a 18/08/2022 - TSE (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Compare a tabela acima, elaborada a partir dos dados do Perfil da Amostra da pesquisa Datafolha, divulgada em 18/08/2022, com a abaixo, divulgada em 09/09/2022, onde comparei os níveis de escolaridade com as preferências partidárias e as opções religiosas. Cerca de 30% dos eleitores com apenas Ensino Fundamental simpatizam pelo PT, enquanto 28% se definem como evangélicos. Em percentuais de eleitores com Ensino Médio, os do PT e do PE são iguais (29%).

Em Ensino Superior, são 21% simpatizantes do Partido dos Trabalhadores, abaixo dos 23% de crentes graduados nessa escolaridade. Levantar uma hipótese explicativa para esse fenômeno será um desafio enfrentado mais adiante.

Respostas em %	TOTAL %	ESCOLARIDADE			RENDA FAMILIAR MENSAL			
		Funda- mental	Ensino Médio	Ensino Superior	Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
<b>PARTIDO</b>								
PT	27	30	29	21	31	25	20	19
PL	4	3	4	5	3	6	5	6
PMDB/MDB	2	2	2	2	2	2	2	1
PSDB	2	1	2	2	1	2	4	2
PSOL	1	0	1	3	1	2	1	1
PDT	1	0	1	2	0	1	2	4
Outro partido	3	2	3	5	2	5	5	4
Nomes e referências	15	23	13	7	18	12	6	7
Nenhum/ não tem	45	39	46	53	42	47	56	56
<b>RELIGIÃO</b>								
Católica	52	61	49	46	53	49	54	48
Evangélica TOTAL	27	28	29	23	28	28	20	14
Evangélica Pentecostal	13	15	13	10	13	13	11	6
Evangélica Protestante	5	3	5	6	5	6	2	4
Evangélica Neopentecostal	3	4	3	1	3	2	1	
Outras respostas Evangélicas	5	5	6	5	6	6	3	2
Não frequenta nenhuma igreja	1	1	2	1	1	2	1	1
Espírita   Kardecista	2	1	2	5	1	3	5	6
Umbanda	1	1	1	2	1	1	1	
Adventista	1	2	1	1	2	1	0	
Candomblé	1	1	1	1	1	1	1	1
OUTRAS RELIGIÕES	6	3	7	9	6	6	8	16
NÃO TEM RELIGIÃO	9	5	10	14	8	11	10	15
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>ESCOLARIDADE</b>								
Fundamental	30	100			43	18	9	2
Médio	46		100		48	51	30	25
Superior	23			100	9	31	61	73
<b>RENDA FAMILIAR MENSAL</b>								
Até 2 S.M.	50	71	51	20	100			
De 2 a 3 S.M.	19	14	22	19		53		
De 3 a 5 S.M.	17	7	17	29		47		
De 5 a 10 S.M.	8	2	5	21			100	
De 10 a 20 S.M.	3		1	8				82
De 20 a 50 S.M.	1	0	0	1				18
Recusa	1	1	1	1				
Não sabe	3	4	2	1				

Fonte: Datafolha - INTENÇÃO DE VOTO PRESIDENTE - 09.09.2022 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Observe na próxima tabela as escolhas dos candidatos, no segundo turno eleitoral, colocarem o Lula com vencedor em todas os níveis de escolaridade, embora quando se considera a renda familiar mensal ele só vença na faixa até 2 salários-mínimos. *É inesperado não haver correlação, até mesmo causal, entre ambas as variáveis.*

Este será outro desafio para pesquisar adiante. Em geral, as pessoas com Ensino Superior se encontram nas faixas acima de 5 salários-mínimos. Por qual razão há maior percentual de escolhas por Lula nessa escolaridade superior e não nessa faixa de renda superior?

SEGUNDO TURNO	TOTAL %	ESCOLARIDADE			RENDA FAMILIAR MENSAL			
		Funda- mental	Ensino Médio	Ensino Superior	Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Lula (PT)	53	63	50	46	61	45	41	40
Jair Bolsonaro (PL)	39	29	43	43	30	47	51	49
Em branco/nulo/nenhum	7	6	7	9	7	7	8	8
Não sabe	2	2	1	2	2	2	1	3
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100
Total Nos. absolutos	2676	804	1248	624	1338	949	217	85

Fonte: Datafolha - INTENÇÃO DE VOTO PRESIDENTE 2o. Turno - 09.09.2022 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Quanto ao PE, a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, em 17/04/2019, tinha 202 deputados e 9 senadores. Tinha deputados de 19 partidos, inclusive 4 eram do PT, comprovando ocupar diversos espaços institucionais.

Embora chamada de *evangélica*, ela inclui parlamentares com fé católica, espírita ou ainda quem não assume nenhuma religião. O Partido Liberal (PL), partido atual do presidente passageiro, tem a maior representatividade, com 42 parlamentares. O Republicanos, vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e o Partido Social Democrático (PSD), vêm em sequência, com 29 e 28 signatários, respectivamente.

Entre esses “partidos evangélicos (sic)”, somente o PL tem 3% de simpatizantes (4,7 milhões eleitores), em contraste com os 27% ou 42,2 milhões de eleitores simpatizantes petistas. Quando se considera os “crentes” *strictu sensu*, isto é, adeptos da fé protestante, os percentuais do PE e do PT nas duas faixas de mais baixa renda até 5 salários-mínimos se aproximavam, na pesquisa anterior, com supremacia de um ou dois pontos percentuais dos petistas mais pobres.

O fato de o PT receber a maior preferência – 30% dos 30% com Ensino Fundamental, 29% dos 47% com Ensino Médio e 21% dos 23% com Ensino Superior – propicia muito mais eleitores como ponto-de-partida frente aos demais partidos. Tem 31% de simpatizantes entre a metade dos eleitores com renda familiar mensal abaixo de 2 salários-mínimos, na pesquisa da Datafolha. Essa “linha-de-partida” de mais simpatizantes entre os com menos “sorte de berço” tem um peso decisivo para explicar o favoritismo da eleição de Lula no dia 2 de outubro de 2022.

Neste quesito, é interessante comparar esse perfil da amostra do Datafolha (50% abaixo de 2 salários-mínimos) com outras

pesquisas. No IPEC (ex-IBOPE), em sua amostra de 2.000 entrevistados, 1.112 ou 56% representaram essa faixa de baixa renda. O PT tinha 41% da preferência entre os com renda até um salário-mínimo e 31% entre um e dois.

O artigo de Patrícia Faermann, publicado em 14/09/22 no GGN (<https://jornalggn.com.br/politica/quaest-ou-ipec-entenda-a-diferenca-nas-pesquisas/>), através da tabela abaixo, compartilhada por Thomas Traumann, mostra como cada instituto de pesquisa utiliza um critério de porcentagem de entrevistados de até 2 salários mínimos e de 2 a 5 salários mínimos. Isso porque não há dados atualizados no Brasil sobre quantos eleitores se encontram nestes segmentos.

ATÉ 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	2-5 SALÁRIOS MÍNIMOS
• FSB 44%	• FSB 39%
• Futura 61%	• Futura 20%
• Ipespe 46%	• Ipespe 35%
• Datafolha 51%	• Datafolha 33%
• Ipec 55%	• Ipec 25%
• Quaest 38%	• Quaest 40%
• PoderData 46%	• PoderData 33%


A QUAEST mostra em seu perfil da amostra 38% abaixo de 2 salários-mínimos, ou seja, 13 pontos percentuais abaixo da DataFolha e 20 do IPEC. Em contraste, a estratificação social em *renda familiar* (e não dos trabalhadores individuais como seria de esperar para identificar eleitores) coloca 40% entre 2 e 5 salários-mínimos e 22% acima de 5 salários-mínimos. As participações relativas nessas duas faixas de renda consideradas pela DataFolha, 33% e 10%, respectivamente, se aproximam mais dos dados de *renda média mensal do trabalho* da PNADC do IBGE.

Tenho questionamentos quanto à precisão das faixas de renda, inclusive por não deixarem claro a diferença entre Renda do Trabalho Individual e a Rendimento Médio Mensal Domiciliar Per Capita. Em

princípio, esta dividiria pelos três membros, tamanho típico da média das famílias, a renda total inclusive renda do trabalho (73%), aposentadoria (18%), aluguel (2%) e outros.

As pesquisas fazem amostra por renda familiar, quando o voto é decisão individual e não familiar. Em renda familiar per capita, 60% recebiam abaixo de um salário-mínimo em 2020 (R\$ 1.045); até no nonagésimo decil suas pessoas recebiam menos de 2 SM (R\$ 2.079). As famílias mais ricas [95-99] ganhavam a média de R\$ 5.991 X 3 e 1% [99-100] R\$ 15.816 X 3 em 2020.

**Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$)**



	Até 5%	De 5% até 10%	Mais de 10% até 20%	Mais de 20% até 30%	Mais de 30% até 40%	Mais de 40% até 50%	Mais de 50% até 60%	Mais de 60% até 70%	Mais de 70% até 80%	Mais de 80% até 90%	Mais de 90% até 95%	Mais de 95% até 99%	Mais de 99% até 100%
2012	69	184	290	416	545	697	883	1083	1419	2053	3231	6051	15891
2019	53	170	296	437	583	754	967	1169	1535	2203	3448	6417	17448
2020	55	200	325	463	596	751	944	1131	1456	2079	3260	5991	15816
Varição 2020-2019	↑ 3,8%	↑ 17,6%	↑ 9,8%	↑ 5,9%	↑ 2,2%	↓ 0,4%	↓ 2,4%	↓ 3,3%	↓ 5,1%	↓ 5,6%	↓ 5,5%	↓ 6,6%	↓ 9,4%
Varição 2020-2012	↓ 20,3%	↑ 8,7%	↑ 12,1%	↑ 11,3%	↑ 9,4%	↑ 7,7%	↑ 6,9%	↑ 4,4%	↑ 2,6%	↑ 1,3%	↑ 0,9%	↓ 1,0%	↓ 0,5%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2020.

Notas: 1. A preços médios de 2020.

2. Na composição do rendimento domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 5% representa o P5 com aproximadamente 5% da população com menores rendimentos; a classe mais de 5% até 10% representa aproximadamente mais de 5% até 10% da população com menores rendimentos e assim por diante.

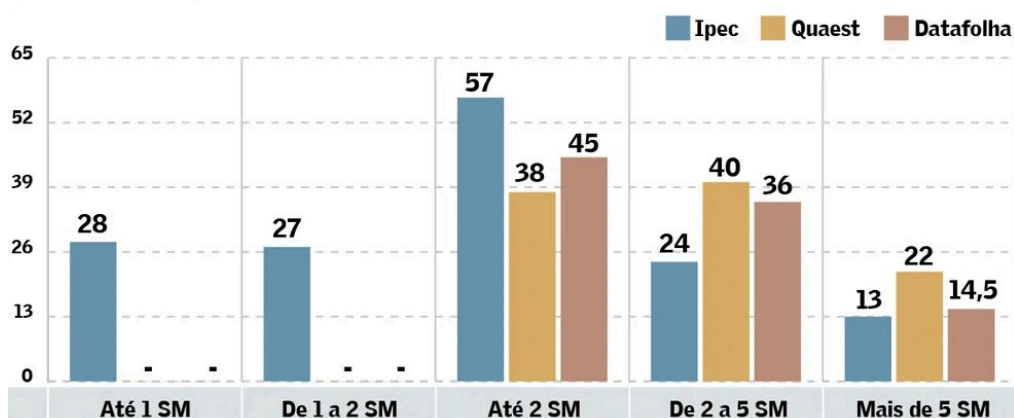
4. Para o período 2012/2019, acumulado de primeiras visitas. Para 2020, acumulado de quintas visitas.

Durante o primeiro ano da pandemia (2020), o DataFolha chegou a encontrar 62% na primeira faixa de renda. O *lockdown* tirou renda da maior parcela dos trabalhadores.

## Quanto ganha o eleitor

Perfis das amostras dos institutos com entrevistas presenciais (%)

### ■ Por renda familiar



Fonte: Ipec (14/9), Quaest (14/9) e Datafolha (16/9)

Maria Cristina Fernandes (Valor, 19/09/22) avalia as dificuldades para distinguir intenções de votos entre pobres e ricos passarem por:

- a metodologia dos Institutos de Pesquisa Eleitoral,
- a ausência de cruzamento nas bases de dados do TSE e do IBGE e
- a difícil mensuração da renda familiar per capita como critério de decisões de votos de pais e filhos.

Há discrepância entre os resultados da Quaest e os do Ipec e do Datafolha. Os três institutos estão entre os com metodologia aceita tecnicamente e distinguem-se em um mercado invadido por institutos prestadores de serviços sob a encomenda de clientes em busca de resultado favorável. Por exemplo, o único instituto a prever empate técnico entre Lula (PT) e o candidato do PL, Paraná Pesquisas, tem contrato milionário com o governo federal e recebeu 2,7 milhões do PL, na pré-campanha.

Suas pesquisas dos respeitáveis são *presenciais*, as do Ipec e da Quaest em *residências* e a do Datafolha, em *pontos de fluxo*.

- a Quaest envia seus pesquisadores para os domicílios com cotas de questionários por sexo, idade, instrução e renda, os pesquisadores dos outros dois institutos vão a campo sem cotas de renda a serem preenchidas;
- o Datafolha sorteia os municípios, bairros e pontos de fluxo a serem visitados e seleciona entrevistas, aleatoriamente, por sexo e idade;
- o Ipec acrescenta instrução e se o entrevistado tem atividade econômica.

*A renda não é critério de seleção de entrevistados para nenhum dos dois institutos.* No entanto, os questionários informam a renda dos entrevistados.

Os institutos sempre *excluíram a renda como critério de seleção dos entrevistados* pela dificuldade de responder a esta pergunta. A coleta sem controle amostral de renda não está livre de imprecisões,

porque grupos de mais difícil acesso, como os de *condomínios fechados*, podem ser subestimados nas amostras sem cotas a serem preenchidas.

Essas diferenças de metodologia fizeram, nos seus últimos questionários, o percentual de entrevistados até dois salários-mínimos ser de 38% na Quaest, 57% no Ipec e 45% no Datafolha. Como o primeiro instituto reportou uma distância menor entre os líderes da disputa presidencial (8 pontos) em comparação aos dos outros dois (15 pontos e 12 pontos, respectivamente), uma parte da explicação tem recaído sobre o peso dos mais pobres nas amostras.

A FSBpesquisa do BTG-Pactual (feita por telefone) tem como faixas de renda familiar 43% até 2 salários-mínimos, 39% na faixa [2-5 SM] e 17% acima de 5 salários-mínimos.

Uma resposta completa pressupõe o entrevistado ter conhecimento dos rendimentos de todos os integrantes da família. Por isso, é preferido controlar a amostra com variáveis mais estáveis e menos sujeitas à instabilidade da conjuntura econômica, como o local de moradia, a escolaridade e as condições da ocupação do entrevistado.

Os resíduos percentuais em informação de renda são explicados como entrevistado "não sabe" ou "se recusa a informar". De qualquer forma, os perfis das amostras das pesquisas eleitorais parecem ser bastante *arbitrárias* por não serem padronizadas com base em dados oficiais.

À primeira vista, há uma subestimativa no percentual de pobres quando a pesquisa apresenta resultado mais favorável ao candidato voltado apenas para o enriquecimento familiar.

Pior ainda diz respeito aos dados sobre o número de crentes evangélicos. Não há Censo Demográfico no Brasil há 12 anos! Quem sabe?!

O perfil da amostra da DataFolha os representa como 25% de todos os religiosos e ateus. Na amostra do IPEC são 27,6%. É similar à participação na pesquisa da Quaest: 27%. Contrastam com 23% de evangélicos na FSBpesquisa do BTG-Pactual.

Apesar dessas diferenças, esta última mostra o candidato casado com uma evangélica com 49% das preferências dos evangélicos contra 30% optando pelo marido da socióloga, ou seja, 19 pontos percentuais sobre 23% daria 4,4% de diferença em eleitores crentes favoráveis ao defensor do armamentismo, violência e morte. Não é contraditório com a crença religiosa?!

A citada pesquisa Datafolha apurou: o Lula teria 32% dos votos de evangélicos e 47% da preferência total. No caso do rival, para evitar “já ir”, o apoio no meio evangélico sobe para 49% e entre o público em geral, 32%.

Os evangélicos parecem viver em Brasil paralelo ao dos não evangélicos: um parece ser o avesso do outro. Aquele quer discutir *pauta de costumes (conservadores)* em debate eleitoral para escolha de presidente da República. Precisamos pesquisar mais para tentar entender essa realidade.

Os não crentes necessitam defender o *Estado laico* (não-religioso e tolerante com todas as religiões e o ateísmo), enquanto o debate relevante seria sobre o projeto de Nação. Está em jogo sim a continuidade ou não do *neoliberalismo fiscalista*, causador de quatro décadas de estagnação econômica.

Não à toa os mais pobres trabalhadores apoiam o *programa social-desenvolvimentista*. Ele foi testado e aprovado entre 2003 e 2014. Este seria o debate eleitoral relevante, para a maioria optar por uma retomada do crescimento econômico, sustentado em longo prazo, com geração de ocupações e renda, além da *política social ativa*.

Muitos pastores do rebanho pagador de dízimo pregam, em seus templos, o voto em um sujeito com discurso eleitoral pseudoreligioso, mas de fato apenas defensor de seu clã político e dos interesses de sua casta de militares. Para conduzir ao autoengano, recorre à luta do bem contra o mal, ao conflito de espiritualistas com materialistas, à promiscuidade e ao demônio. Esse maniqueísmo da Teologia do Aprisionamento vai contra todos os preceitos teológicos, inclusive contra a depuração do mal em si – e não em outro.

Paradoxalmente, pela *pauta econômica* (renda), as evangélicas pobres seriam muito propensas a votar em Lula. Imigrantes do meio rural (ou descendentes dos expulsos pela falta de reforma agrária e mecanização da agricultura) com baixa instrução e valores conservadores, nas grandes cidades, elas se chocam com a violência, os vícios e a pauta de lutas identitárias (feminismo, anti homofobia e liberdade individual de dispor do próprio corpo) da *nova esquerda* – e ainda não perceberam a luta antirracista e o pacifismo averso a armas se encontrar dentro delas.

Entretanto, o PT é o partido com mais evangélicos simpatizantes acima de qualquer outro: 19% ou 8 milhões. Em seguida vem o PL, partido do candidato à reeleição, com 1,7 milhão de crentes. O PT possui cerca de 24,5 milhões de simpatizantes católicos.

Nessa “luta religiosa”, na qual foi transformada a eleição presidencial de 2022, em lugar de um debate público sobre as futuras condições econômicas e sociais, as diferenças foram favoráveis ao inominável, quando o *pacote demagógico-eleitoreiro* passou a produzir seu efeito em curto prazo. Porém, isso não impactou na classe de renda baixa e nos “outros”, isto é, os ateus e adeptos de outras religiões fora a católica e a evangélica.

Apesar disso, todas as pesquisas persistem – como acontece há mais de um ano – em apontar a vitória do Lula talvez já no primeiro turno. DataFolha 47% a 32%; IPEC 44% a 32%; Quaest 45% a 33%; BTG-Pactual 45% a 34%: esses percentuais estão bastante próximos.

Afinal, a militância evangélica do Partido dos Trabalhadores pode narrar o *mito da necessidade do padecimento para o alcance da redenção*, tão caro aos cristãos. Superada a “caça às bruxas” de 2018, depois de ter se sacrificado em um aprisionamento provado ser injusto, Lula teria sofrido, morrido politicamente e ressuscitado para abrir o caminho para a felicidade terrena aos brasileiros.

## Meio-Ambiente ou Agronegócio

A publicação do Mapa da Pesquisa Eleitoral por Estados do IPEC provocou comentários críticos ao atraso dos Estados do Sudoeste brasileiro.

PESQUISA IPEC - 05/09/2022 - PRESIDENTE				
PESQUISA POR REGIÕES/ESTADOS				
REGIÃO	POPULAÇÃO	ESTADOS	LULA	BOLSONARO
NORTE	17 MILHÕES	Acre	30%	53%
		Amazonas	48%	35%
		Amapá	39%	39%
		Pará	44%	35%
		Rondônia	27%	54%
		Roraima	16%	66%
		Tocantins	46%	39%
NORDESTE	56 MILHÕES	Alagoas	50%	29%
		Bahia	61%	20%
		Ceará	58%	19%
		Maranhão	66%	18%
		Piauí	69%	15%
		Pernambuco	60%	22%
		Paraíba	58%	24%
		Rio Grande do Norte	59%	25%
		Sergipe	54%	26%
CENTRO-OESTE	15 MILHÕES	Goiás	34%	39%
		Mato Grosso	31%	49%
		Mato Grosso do Sul	37%	39%
		Distrito Federal	31%	38%
SUDESTE	85 MILHÕES	Espírito Santo	42%	39%
		Minas Gerais	45%	30%
		Rio de Janeiro	39%	36%
		São Paulo	40%	31%
SUL	29 MILHÕES	Paraná	35%	41%
		Rio Grande do Sul	42%	34%
		Santa Catarina	25%	50%

Fora os ex-territórios em fronteiras do Norte com diminutos eleitorados (RR 0,2%, AC 0,4%, RO 0,8% do eleitorado), Lula não lidera apenas no DF (1,4%), no MT (1,6%) e em SC (3,5%). Está em empate técnico com vantagem numérica para o desqualificado

ocupante atual do cargo de Presidente da República no MS (1,3%), GO (3,1%) e PR (5,4%).

Lidera em 14, inclusive nos dois maiores (SP 22,2% e MG 10,4%), e tem também empate técnico com vantagem numérica no ES (1,9%), RS (5,5%) e Rio de Janeiro (8,2%). Lembremos: ao contrário dos Estados Unidos, aqui não há a regra "*the winner takes it all*", ou seja, uma vitória implicar em ganhar todos os votos do Estado.

Esses comentários críticos ao atraso provocaram reações sob a alegação dos estados do Oeste estarem apresentando maior crescimento demográfico, econômico e, principalmente, das exportações. Em 2000, MS, MT, RO, AC e RR respondiam por 4,0% da população e por 2,5% das exportações. Em 2021, aumentaram para 4,6% da população e 10,9% das exportações do Brasil.

Em vez de classificá-los como "atrasados", intelectuais moradores do DF defenderam ser preciso entender a dinâmica desses Estados do Centro-Oeste. Isto para apresentar uma agenda regional melhor frente à atual.

Reagi contra o economicismo deles ao afirmar: *a economia não determina diretamente a política*. Votar contra uma candidatura social e nacionalmente progressista em nome de suposta defesa dos interesses dominantes nessas regiões do agronegócio a meu ver é sim *sintoma bairrista de atraso político e cultural*.

Tive oportunidade de viajar por quase todos os Estados brasileiros, quando fui VP da Caixa, e fiquei chocado com a *desigualdade educacional e/ou cultural*, justamente desses lugares onde o candidato reacionário está à frente, embora tenha conhecido pessoas muito amáveis em todos os lugares. Pior, seus habitantes não têm essa noção, pois desconhecem o nível de escolaridade superior existente em outros lugares.

Como dizia minha avó a respeito dos esnobes, cujo valor principal é pecuniário – e não cultural: "comem angu... e arrotam peru!" Não se enxergam ou são ressentidos?

Aprendi com Caio Pompeia, autor do livro '*Formação Política do Agronegócio*', em debate virtual e artigo (FSP, 25/02/21), o

agronegócio não ser homogêneo. Há frações em disputa de poder político dentro da *casta dos mercadores do agronegócio*. Constituem *subcastas*.

Por exemplo, distinguem-se *cinco agendas ambientais* nas estratégias das cadeias produtivas dos empresários “rurais”, expressas pelas associações patronais.

1. A União Democrática Ruralista (UDR), aliado ao inominável presidente, tem reivindicações “negacionistas”, pois contesta os compromissos climáticos do Brasil, os dispositivos do Código Florestal e a existência do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Paralelamente, encorajam alterações legais e administrativas, “para passar a boiada”, em selvagem expansão territorial para buscar obter vantagens competitivas.
2. As posições “conservadoras” da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil expressam-se na atuação com a Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso e convergem com aquelas extremistas na defesa da atual política ambiental e nas críticas às demarcações de terras indígenas. Por oportunismo de exportador, dão um “banho verde” [*greenwashing*] nas propostas mais radicalizadas, não se colocando contra o Acordo de Paris, porém requerendo metas mais tímidas para o país, e fazem *lobby* para a continuidade do MMA sob um comando adequado a seus posicionamentos.
3. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais é um exemplo de quem faz pleitos “volúveis” por não investir com ímpeto contra uma parte relevante das propostas antiambientais, existentes no Congresso Nacional, onde tem influência considerável. Forçados por críticas, diferencia-se das posições conservadoras por levar a sério seus compromissos com as moratórias de dívidas rurais e a rastreabilidade.
4. A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura adota posicionamentos “descarbonizadores” e opõe-se, claramente, à atual política ambiental do governo exterminador de florestas e genocida de nativos. Tem defendido a transição para uma economia de baixo carbono, o combate ao desmatamento ilegal no país, o Código Florestal e as unidades de conservação.

5. As agremiações europeias, lideradas por agentes vinculados a atividades terciárias, como a instituição financeira Storebrand e a rede varejista Tesco, adotam posições “socioambientais” e propõem o desmatamento zero na Amazônia, contestam investidas para o afrouxamento das regras de licenciamento ambiental e, com maior ênfase frente aos posicionamentos descarbonizadores, defendem os direitos territoriais tradicionais.

Na atual legislatura (2019-2022), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) passou a contar 257 signatários, enquanto no ano 2018 eram 240. PP e PSD são as siglas com mais membros filiados à frente, com 29 e 27, respectivamente. Em seguida, MDB e PSL são os mais numerosos, com 25 parlamentares cada um. São seguidos por DEM (22), PR (18), PSDB (16) e PRB (12), PDT (11) e PSB (11).

Os 225 deputados filiados à FPA representam 44% da Câmara com 513 parlamentares. No Senado, os ruralistas detêm 32 das 81 cadeiras disponíveis, ou seja, 39,5%.

Evidentemente, essa proporcionalidade com *super-representação ruralista* não representa os interesses diretos da maioria da população brasileira, pelo contrário, tem conflito de interesses. De acordo com dados da PNAD 2015 do IBGE, a maior parte dela (84,7%) vive em áreas urbanas. Apenas 15,3% dos brasileiros vivem em áreas rurais.

Na realidade, o agronegócio brasileiro atrai muitos investidores estrangeiros com grande interesse na aquisição ou arrendamento de terras rurais. Por questão de estratégia econômica, a legislação brasileira restringe tais investimentos no território para a manutenção da soberania nacional.

Justificando-se pelo uso temporário da terra, latifundiários retrógrados costumam optar pela estrutura do *contrato de parceria rural*, não sujeito às restrições legais dos *contratos de arrendamento*. Este funciona como uma espécie de aluguel da terra, onde o arrendatário paga um valor certo e determinado, em moeda corrente nacional, ao arrendador, enquanto na *parceria* as partes dividem o risco do negócio e partilham os ganhos. Muitos desses contratos nominados como de *parceria* são, na prática, contratos de

*arrendamento* com estipulação de preço fixo e sem a divisão dos riscos. Burlam a lei.

De acordo com o índice *Melhores e Maiores 2020*, levantamento conduzido pela revista "Exame", dez companhias despontavam como as detentoras das *maiores receitas líquidas externas* na ordem: 1º Vale (US\$ 19,2 bilhões); 2º Petrobras (US\$ 17,7 bilhões); 3º Cargill Agrícola (US\$ 9,3 bilhões); 4º Shell Brasil (US\$ 7,7 bilhões); 5º Bunge (US\$ 5,3 bilhões); 6º Louis Dreyfus Company (US\$ 4,2 bilhões); 7º Suzano Papel e Celulose (US\$ 3,6 bilhões); 8º JBS (US\$ 3,3 bilhões); 9º Amaggi Commodities (US\$ 3,2 bilhões); 10º CSN Mineração (US\$ 2,7 bilhões).

Na Lista Forbes Agro 100, entre as 25 maiores empresas por *receita no agronegócio* do país, nove são de origem estrangeira: CARGILL (5ª), BUNGE (7ª), COFCO (10ª), LOUIS DREYFUS (12ª), YARA (16ª), TEREOS (21ª), GAVILON (23ª), BAYER (24ª), VITERRA (25ª).

Outra observação importante, mas pouco conhecida, diz respeito à chamada "boca de jacaré". É formada pela diferença entre o *câmbio embarcado ou exportado*, divulgado pela SECEX, e o *câmbio contratado*, apurado pelo Banco Central do Brasil. No fim de agosto de 2022, chegou a US\$ 30,7 bilhões (valor próximo ao das reservas cambiais argentinas), bem afastados do pico de US\$ 58,7 bilhões, atingido em agosto de 2021.

Quando as condições de crédito aqui estão mais caras, há um encarecimento de alguns insumos importados e o exportador precisa ter mais capital, ele traz os dólares deixados antes lá fora. Também internaliza por *carry trade*: aplicar onde o juro é maior.

O fechamento da "boca do jacaré", isto é, a internalização dos ganhos em dólares das exportações físicas a partir da produção no Brasil, leva à *apreciação* da moeda nacional. A abertura da "boca" facilita a *depreciação* – e reforça a pressão inflacionária importada.

Uma parte dos dólares se mantém no exterior. Nem todos os recursos cambiais apropriados pelos exportadores brasileiros vão ser internalizados. Esse 'gap' [lacuna] existe porque parte desse dinheiro estrangeiro é vertido para inúmeros serviços das grandes

exportadoras lá fora. Mas um câmbio *contratado* muito abaixo do *embarcado* também não é esperado pelo interesse nacional.

Não é uma questão relacionada a um *risco estrutural* do país, mas sim ao fato de a *gestão de caixa* das multinacionais, exportadoras desde o Brasil, ser menos relacionada a aspectos macroeconômicos e muito mais ligada à gestão microeconômica de risco e equilíbrio do balanço em moeda estrangeira. Uma companhia com moeda funcional em dólar gerencia o negócio dela nessa divisa. Para ela, não faz sentido acumular reserva em outra moeda senão o dólar apenas para se apropriar de juros maiores em reais.

## Capítulo 2. Pobre Emergente Através de Rede de Apoio Mútuo

### Redes Sociais e Mobilidade Social

O livro *“Mídias sociais no Brasil emergente: Como a internet afeta a mobilidade social”* (UCL Press/EDUC; 2018) de autoria do antropólogo Juliano Spyer faz parte de uma série da UCL chamada *“Why we post”* (“Por que postamos”, em português), resultante de um estudo comparativo sobre mídias sociais em nove localidades ao redor do mundo. Considera o caso brasileiro em relação a outros locais de baixa renda em países como Índia e China.

Nessas três áreas, pessoas com limitações significativas em termos de recursos financeiros e educação formal se esforçam para conseguir sua inclusão digital e priorizam isso em relação a outras necessidades. Elas fazem isso porque percebem as mídias sociais como uma ferramenta capaz de proporcionar educação, contato contínuo dentro de redes de cooperação e novas oportunidades para elas conseguirem sua meta de emergência social.

Este livro é o resultado de 15 meses de pesquisa vivendo o cotidiano de uma comunidade pobre na Costa dos Coqueiros, na Bahia. Sua leitura permite entender como nossos compatriotas das camadas populares veem a realidade brasileira e as consequências das redes sociais em aspectos desde a educação, passando por religião e família, até chegar às questões políticas.

Muitos brasileiros de baixa renda talvez ainda retenham um tipo de relações sociais densas sem a diluição produzida pela migração e novas modalidades de trabalho. Segundo esse argumento, as mídias sociais permitem algumas dessas pessoas resistirem à pressuposta modernização, dada pelo crescimento do individualismo, e obterem novas possibilidades para o cultivo de redes de apoio coletivas e tradicionais.

Essa hipótese alternativa de Spyer (2018: 21) explica o entusiasmo com o qual brasileiros de origem popular usam as mídias sociais para vigiar uns aos outros e espalhar boatos. Paradoxalmente, as mídias sociais são frequentemente usadas para reforçar formas de conservadorismo.

A internet tem sido, na última década, um aspecto importante das vidas dos mais pobres. Ela oferece formas alternativas para eles manterem contato com parentes habitantes em outros lugares.

Essas famílias pobres podem, hoje, cultivar laços localmente e gerenciar relacionamentos familiares à distância. Comunicam com a família estendida não presente e acompanham seus filhos deixados sozinhos no povoado ou na favela enquanto trabalham.

Segundo Spyer (2018: 23), brasileiros mais abastados podem considerar como o uso "normal" do Facebook seria alinhar conteúdo íntimo com os relacionamentos mais próximos da pessoa, enquanto materiais mais públicos seriam compartilhados com públicos mais vastos. Usuários mais ricos limitariam as postagens de conteúdo considerado pessoal para "amigos" aceitos individualmente como parte de suas redes *online*.

Frequentemente, esses brasileiros mais escolarizados usam plataformas de mídias sociais diferentes para alcançar pessoas diferentes, por exemplo, LinkedIn para se relacionarem com contatos profissionais ou Twitter para se relacionarem com outros públicos específicos. Mas as redes entre pobres são diferentes.

Primeiramente, não usam várias plataformas de mídias sociais segundo tipos específicos de relacionamentos. Em vez de ter domínios particulares onde conhecem vários tipos diferentes de contatos, eles apreciam a maneira como uma plataforma de mídias sociais como o Facebook os aproxima de todas as outras pessoas usuárias das mesmas plataformas, incluindo pessoas conhecidas e desconhecidas.

Além disso, eles não usam as configurações de privacidade para limitar quem tem acesso ao conteúdo carregado ou compartilhado. O colocado no Facebook é visto por seus "amigos" on-line, mas também está publicamente disponível para qualquer um com conexão à internet.

Passar adiante esse conteúdo compartilhado pelo Facebook não é visto como uma exposição da intimidade. São, em vez disso, ações culturalmente estabelecidas com a intenção de mostrar os valores morais e as conquistas pessoais.

Depois de seis meses construindo relacionamentos no povoado, Juliano Spyer conseguiu entrar no circuito das conversas ocorridas no âmbito privado das mídias sociais, como o chat do Facebook e o WhatsApp. Foi uma descoberta chocante por causa dos tipos surpreendentes de conteúdo compartilhado: violência, humor bizarro e politicamente incorreto, fofocas.

O antropólogo percebeu suas noções de “público” e “privado” não ajudarem a mostrar a forma como eles usavam as mídias sociais. A noção de *polimídia* se mostrou útil para analisar a disparidade de tipos de conteúdo trocado nas diferentes plataformas de mídias sociais.

Ela propõe, por haver uma grande variedade de possibilidades para se comunicar online, os usuários atribuem funções a cada plataforma destinada a refletir visões morais compartilhadas. Nesse sentido, o uso de uma plataforma tem a ver com as possibilidades de comunicação por ela oferecida, mas esse uso resulta também de entendimentos estabelecidos por grupos de usuários.

Spyer (2018: 25) usa as noções de “luzes acesas” e “luzes apagadas”. As primeiras referem-se a gêneros de informação visíveis para a coletividade, mas também de interesse pessoal e particular. Já “luzes apagadas” se referem a conversas de interesse coletivo, como os casos de violência, quando os moradores locais querem, em geral, discutir intensamente, mas sem exporem a si mesmos e a suas famílias.

“Isso pode parecer estranho – exibir conversas pessoais e ocultar conversas de interesse coletivo –, mas essa lógica tem a ver com a maneira como essas pessoas vivem e se comunicam fora da internet”.

Outro aspecto surpreendente de como os moradores locais se comunicam é o disfarce de suas falas, para limitar a compreensão de algumas conversas mais delicadas, mesmo quando estão cercados de pessoas conhecidas. Esse fenômeno semelhante à *criptografia* não está relacionado a tecnologias de computação, mas a formas tradicionais de comunicação onde se evita mencionar contextos para apenas pessoas com conhecimento íntimo do caso discutido consigam entender o dito.

Essa prática é conhecida no jargão da antropologia linguística como “indiretividade”. Essa maneira de disfarçar o conteúdo de uma conversa – chamada por Spyer de “criptografia do discurso” – mostra o motivo de as mídias sociais serem relevantes para os brasileiros de baixa renda pode ser totalmente diferente das motivações de usuários mais escolarizados e cosmopolitas.

A questão central para as pessoas habitantes nesses povoados de baixa renda no Brasil não é *a distância excessiva*, mas sim *a proximidade excessiva*. As pessoas vivem em espaços de *densa socialização* tanto porque estão frequentemente cercadas por parentes e pessoas de confiança, como também por causa de como as casas são construídas literalmente umas sobre as outras nas famosas “lajes”.

Então, enquanto se vive nesse contexto de *exposição constante à vigilância alheia*, as mídias sociais propiciam conversar com outras pessoas próximas de maneira secreta. Conseqüentemente, também oferece novas oportunidades para se espiar a vida dos outros e fofocar.

### Sociabilidade Online

Spyer (2018: 26-27) aponta para três principais razões pelas quais esses brasileiros pobres mostraram uma disposição tão positiva em relação à *sociabilidade online*.

A razão mais óbvia pela qual brasileiros de baixa renda abraçaram as mídias sociais é elas serem *economicamente vantajosas* em troca de informação sobre oportunidades profissionais ou bicos. Para não gastarem muito, eles configuram seus telefones para apenas subir ou baixar arquivos quando o telefone está conectado a uma rede Wi-Fi.

“Os moradores locais são igualmente aplicados em descobrir as senhas de Wi-Fi dos lugares onde trabalham ou de suas escolas, para compartilharem essa informação com colegas. Eles também sabem os locais onde há Wi-Fi grátis e em suas casas é comum encontrar planos de banda larga assinados por uma pessoa, mas pagos coletivamente com as outras famílias moradoras nas redondezas”.

Ter, então, acesso às mídias sociais torna não só a comunicação com parentes distantes mais barata, como também ajuda as pessoas a se comunicarem com membros da família e vizinhos através de mensagens de voz ou texto. Gastam menos em relação ao gasto com ligações de celular.

“O uso de mídias sociais também está claramente associado a outras práticas de consumo para *exibirem distinção socioeconômica*. A popularização das mídias sociais no Brasil em meados dos anos 2000 coincide com um período de prosperidade. Efetivamente, diminuiu a grande disparidade social no País”.

Foi durante o governo Lula quando o termo (equivocadamente aplicado) “nova classe média” passou a simbolizar essa percepção de ser possível a população de baixa renda ser tornar um grupo de consumidores ávidos. Para famílias de baixa renda, a compra de um computador (ou *smartphone*) sugere aquela família estar se beneficiando de um emprego formal e/ou ter acesso a crédito bancário.

Esses primeiros computadores a chegarem nos lares de famílias pobres, comprados através do pagamento de infinitas parcelas, são frequentemente colocados na sala de estar. Isto para seu prestígio simbólico ser apreciado por vizinhos visitantes.

Mas as mídias sociais estão um passo à frente de outros produtos, em termos de *encapsular prestígio*, porque seu uso implica na aquisição de um certo nível de instrução. Spyer (2018: 27) apresenta evidências de como alunos melhoraram suas habilidades de leitura e escrita porque têm medo de cometer erros gramaticais e de ortografia *online*, quando estão “na frente de todos”.

Por exemplo, “os *cristãos evangélicos* veem particularmente, em vários níveis, as mídias sociais como uma ferramenta importante para distingui-los dos *não evangélicos*”.

No fim, o uso de mídias sociais não só reflete uma evolução financeira, mas também um crescimento intelectual. Este é um fator chave de distinção entre os pobres e os ricos no Brasil.

Isso não significa dizer as mídias estarem remediando os problemas gravíssimos em relação à educação pública no País.

Embora sejam vistas, localmente, como fonte de informação e conhecimento, elas frequentemente não encorajam os moradores locais a estudarem de forma a impulsionar suas carreiras.

A mudança provocada por elas se dá em termos de *autoestima*: as pessoas antes se envergonhavam de suas condições subalternas, mas hoje veem ser possível aprender a usar esse sistema de comunicação aparentemente sofisticado. Da mesma forma como a adoção do *cristianismo evangélico*, então, a das *mídias sociais* pode representar um ato de redenção através do qual as pessoas sentem não estarem mais exclusas do restante da sociedade.

Entretanto, a popularidade das mídias sociais não se dá apenas como consequência de vantagens práticas e da melhoria econômica experimentada pelos brasileiros de baixa renda durante o governo Lula. O governo passou a estar mais presente, mas os moradores locais ainda se sentem (e de fato estão) vulneráveis.

As escolas locais são lugares muito problemáticos, como consequência da desconfiança sentidas pelas famílias em relação à falta de motivação vista da parte dos professores alocados nessas comunidades. Em vez de serem percebidas como lugares para melhorar as possibilidades de carreira profissional dos alunos, as escolas são tratadas apenas como centros de cuidados para os jovens não ficarem sozinhos e disponíveis a outras seduções, enquanto seus pais trabalham.

Há deficiências similares em termos dos serviços de saúde pública e policiamento. A população coletivamente desconfia das políticas públicas.

Em trinta anos (1988-2018), os pobres foram de não ter água encanada e eletricidade a estarem conectados com o mundo através da TV a cabo e da banda larga. Foram de ter apenas uma capela católica para a presença de mais de vinte denominações protestantes diferentes em seu povoado.

Transformações similares aconteceram em relação ao transporte e à urbanização. Embora as pessoas tenham recebido bem muitas dessas mudanças, elas exigem também fazerem grandes esforços para mudar suas formas de vida, por exemplo, mães deixando suas casas e crianças para passar o dia no trabalho, e

encararem consideráveis novos desafios, incluindo o crescimento da violência relacionada ao crime.

Spyer (2018) mostra ao leitor as pessoas de baixa renda ainda se sentirem vulneráveis e dependentes de suas famílias estendidas e redes de ajuda mútua para melhorar suas condições de vida. “Enquanto o simbolismo das mídias sociais se relaciona com questões de melhoria da condição econômica, a prática – como elas são de fato usadas – se relaciona com o fortalecimento das possibilidades de cultivar essas redes estabelecidas e relacionamentos com família estendida”.

As mídias sociais permitem as pessoas estarem presentes no povoado enquanto estão fisicamente longe dele. Além disso, ao focar e compartilhar problemas, piadas e comentários religiosos, elas exibem seu interesse uns pelos outros e se mostram disponíveis para ajudar umas às outras.

A circulação de fofoca e rumores desenha os limites daqueles pertencentes à comunidade. Essa conclusão contradiz o comumente presumido nas Ciências Sociais de as mídias sociais estenderem apenas redes baseadas em indivíduos. Para a maioria dos brasileiros de baixa renda habitantes em um local de baixa renda muito comum e típico, as mídias sociais também fortalecem os modos de vida e os relacionamentos tradicionais, conectando-os com o lugar onde vivem.

Toda essa pesquisa antropológica de Juliano Spyer leva para mais uma conclusão contraditória com o habitualmente presumido por brasileiros educados e ricos.

“Eles veem o desenvolvimento das mídias sociais como uma força modernizadora e progressista, ao contrário do cristianismo evangélico, comumente relacionado a atraso e conservadorismo. A etnografia apresentada neste livro, entretanto, indica *o cristianismo evangélico encorajar os valores associados à vida moderna e ao enriquecimento*, como a promoção da estrutura familiar nuclear, ou o investimento na educação”.

Fora desse contexto, o papel das mídias sociais é muito mais ambíguo. Quando associadas a valores relacionados ao protestantismo, elas refletem o esforço feito pelas pessoas para adquirir noções e experiências cosmopolitas.

Mas para o resto da população, as mídias sociais são em grande parte adotadas devido à assistência dada aos moradores pobres na preservação de formas tradicionais de sociabilidade e comunidade. Elas ainda precisam muito desse amparo “pré-capitalista” (comunitário e não impessoal) para se adaptarem às brutais mudanças causadas pela expansão plena do capitalismo, onde reina o dinheiro de maneira absoluta.

### Cristianismo Evangélico em busca de Mobilidade Social

O censo demográfico está muito defasado. Mas o último, em 2010, revelou o catolicismo ter declinado como opção religiosa de 91,8% da população, como era nos anos 70, para 64,6%. Em paralelo, o número de protestantes aumentou de 5,2% para quase um quarto de todos os brasileiros. No Perfil da Amostra de Pesquisa Eleitoral recente, como mostrado no primeiro capítulo, atinge 27% do total.

Esse deslocamento entre pessoas de baixa renda do catolicismo para o protestantismo não tem apenas motivação religiosa. Spyer (2018: 55-57) mostra também ser uma busca de enriquecimento, prometido por pastores pregadores dessa Teologia da Prosperidade.

Segue o padrão migratório de brasileiros pobres se deslocando de áreas rurais no Nordeste para as periferias das grandes cidades, onde se faz a construção das moradias em mutirão ou apoio mútuo, em lugar sem a presença do Estado. “Os protestantes pentecostais são predominantemente indivíduos urbanos, jovens, mulheres e não-brancos, com menos tempo de escola e menos dinheiro em comparação à população média”.

“As organizações religiosas ajudam tanto migrantes como a geração mais nova de moradores locais a resistirem quando passam pela experiência frequentemente desafiadora e angustiante de se mudar para longe de redes de base familiar de suporte, enquanto têm que se adaptar à vida em cidades, às formas urbanas de violência, e a tipos diferentes de trabalho e emprego. Nesses contextos, a adoção do protestantismo acentua as possibilidades de se construir novas relações sociais e de se renovar valores”.

O *pentecostalismo* é visto como um meio para as pessoas de baixa renda alcançarem a prosperidade através do empreendedorismo. Levando em conta o tamanho e o escopo da influência dos protestantes hoje no Brasil, alguns analistas consideram-no como substituto não-oficial de “o Estado de Bem-Estar Social”, no País, ao fornecer aos mais vulneráveis benefícios materiais e imateriais, como cuidado e atenção.

Com poder aquisitivo acima da média dos mais pobres (abaixo dos 2 salários-mínimos), os cristãos evangélicos têm condições de comprar computadores, para manter suas crianças em casa, e pagar para elas terem atividades extracurriculares, porque temem a influência de valores não-cristãos, particularmente em relação à exposição ao sexo e ao consumo de drogas.

A pessoa com esperança de ser salva pelo batismo e ser aceita como parte da igreja evangélica precisa abandonar o consumo de bebidas alcoólicas e de qualquer outra droga. Até mesmo o vício com cigarros é condenado. Melhora o orçamento pessoal...

Independentemente de fé religiosa, pessoas jovens tocam *hits* da música gospel, por exemplo, durante um churrasco regado a muita cerveja. Em contrapartida, festas do candomblé com dança e música ritualísticas, incorporação espiritual, sacrifícios de animais e comida sendo servida de graça para os frequentadores, sofrem contínuos ataques de cristãos evangélicos.

Sistematicamente, segundo Spyer (2018: 57), “denunciam as fés afro-brasileiras como sendo inspiradas pelo diabo”. São intolerantes quanto à diversidade religiosa.

Apesar da variedade de organizações cristãs evangélicas, essa população protestante frequentemente se identifica como (e são chamados por outros de) “crentes” ou “evangélicos”. Como vistos nos Perfis da Amostra, apresentados no primeiro capítulo, esses termos e “cristão evangélico” se referem amplamente a uma população com subdivisões entre protestantes históricos, reformados, pentecostais e neopentecostais.

Embora a “Teologia da Prosperidade” seja tradicionalmente associada ao neopentecostalismo, a igreja-elite é a pentecostal Assembleia de Deus. Seus membros se mostram tanto rígidos,

moralmente, como prósperos, caso ajudem a igreja, inclusive politicamente.

No estudo de Max Weber sobre ética protestante, o progresso econômico entre protestantes históricos é um resultado de um estilo de vida austero. Através da parcimônia, interage com a economia através de trabalho e produção de riqueza imobiliária e financeira.

Entretanto, outros analistas questionam se prosperidade econômica não se deve muito mais a outros fatores não religiosos. Criticam a fetichização de Weber em relação ao ascetismo protestante e a real influência de sua ética ("puritanismo utilitário") no desenvolvimento do capitalismo.

Há diferenças cruciais entre as igrejas. As *pentecostais* são um fenômeno tardio no século XIX e seus participantes colocam uma importância significativa em uma experiência pessoal com Deus, manifestada através do uso de "dons espirituais", como a cura e incorporar o Espírito Santo.

Depois, em meados do século XX, surgiram nos Estados Unidos as *igrejas neopentecostais*. Associam diretamente a conversão religiosa a uma trajetória para os crentes alcançarem riqueza material e mobilidade ascendente.

Desse modo, seus pastores exortam uma "Teologia da Prosperidade". O sucesso de igrejas neopentecostais no Brasil entre a população de baixa renda não à toa coincide com o período quando há promoção nacional, inclusive governamental, de valores neoliberais capitalistas como incentivo para todos terem iniciativa de buscarem soluções individualistas através de empreendimentos próprios.

Faz parte do "jogo de incentivos" a demonstração por alguns poucos de uma prosperidade pela aparência e pelo consumo ostentatório. Apesar disso, continuam preocupados em mostrar sua devoção espiritual para manter a prosperidade materialista.

"Nesse contexto, enquanto os [pobres] *não-evangélicos* são frequentemente trabalhadores informais ou funcionários públicos, os *evangélicos* investem na educação e constroem sua prosperidade

tanto através da dedicação ao emprego formal como criando e gerindo energeticamente pequenos negócios” (Spyer, 2018: 59).

A percepção de não-evangélicos a respeito dos evangélicos destaca a *arrogância moral e material*. Em contraponto, o orgulho “celestial” dos pentecostais se revela através de rigidez moral e devoção, enquanto os neopentecostais revelam desmesurado apetite por sucesso financeiro “mundano”.

Daí, católicos, ateus e discípulos de religiões afro-brasileiras tendem a retratar evangélicos de maneira similar: hipócritas por gostarem de dar sermões sobre a Bíblia, mas serem intimamente gananciosos e egoístas. Criticam a pretensão de superioridade dos evangélicos.

Para os não-evangélicos, “eles se acham” e se comportam como se fossem melhores. No entanto, fingem seguir os ensinamentos de Jesus sobre amar os outros, quando, na verdade, amam apenas a si mesmos e àqueles próximos de si, em especial, os familiares.

O pastor é comumente criticado por valorizar a ostentação e por oferecer posições de *status* a indivíduos e famílias capazes de contribuir com mais dinheiro com a igreja. Por toda essa arrogância, “os evangélicos são frequentemente retratados pelos canais de mídia mais afluentes, bem como na academia, como fanáticos, conservadores intolerantes e mercadores da fé” (Spyer, 2018: 60).

As contribuições dos evangélicos para a sociedade praticamente não são reconhecidas ou são tratadas como manipulação. Poucos formadores de opinião pública reconhecem as organizações evangélicas promoverem ativamente a alfabetização e serem intermediárias entre membros da igreja e serviços especializados, incluindo médicos e advogados.

Conclui Spyer (idem; ibidem): “ao ‘reciclar as almas’ de viciados em drogas e criminosos, fornecem um serviço para a sociedade de muito mais qualidade comparado ao da polícia e do governo em comunidades pobres. Além disso, a cristandade evangélica é particularmente positiva ao inibir a violência doméstica, o alcoolismo, estimular a intimidade entre casais, reduzir as diferenças tradicionais de gênero entre homens e mulheres, e apoiar as ambições dos jovens de estudar e evoluir profissionalmente”.

## Política em Comunidades de Baixa Renda

Os moradores de comunidades de baixa renda, em geral, descartam política como tópico de discussão. Eles compartilham visões negativas sobre O Governo, tratado como sempre igual por ausência.

Em quaisquer questionamentos a respeito repetem lugar-comum como “políticos só mostram as caras aqui durante campanhas eleitorais e sempre esquecem suas promessas depois de eleitos”. Não é um assunto apreciado pelos pobres, por isso a ausência geral de conversas sobre política nas mídias sociais e fora delas.

Porém, durante as campanhas, os moradores usam as mídias sociais para demonstrar apoio a um candidato ou compartilhar uma opinião em relação a algum debate nacional. Principalmente, postam memes de humor de modo a refletirem sua descrença e pessimismo em relação à política.

Contudo, alerta Spyer (2018: 223), “esse não é o tipo de descrença comum encontrado em conversas de classe média sobre corrupção no setor público. Os moradores reconhecem a política ser vital para o bem-estar das pessoas em lugares pobres, onde a maior parte deles está constantemente em condição de vulnerabilidade”.

Eles representam o grupo social mais dependente da ajuda do governo. Em contraste com a população rica, em sua maioria, eles frequentam escolas públicas, dependem do sistema de saúde público, não podem contar com esquemas de seguro privado e buscam empregos formais por causa dos benefícios como seguro-desemprego e aposentadoria pela Previdência Social. Além disso, as pessoas mais vulneráveis recebem dinheiro de programas como o Bolsa-Família.

O fato de as conversas sobre política não estarem particularmente presentes em suas trocas cotidianas leva ao Juliano Spyer redefinir o entendido popularmente como *Política* para considerá-la, de maneira correta, em termos de como os indivíduos e os grupos negociam seus interesses na sociedade. Examina os *aspectos informais* relacionados a como uma pessoa ou um grupo *negocia e influencia* as ações e decisões dos outros.

A partir dessa perspectiva de Política como ações coletivas em busca de interesses particulares, as mídias sociais têm um papel na mediação de relacionamentos não baseados em laços pessoais. Nessa compreensão mais ampla de Política, longe dela ser um tópico irrelevante, aparece como tema-chave.

Os domínios da Política envolvem relações de poder em alianças íntimas e relacionamentos mediados ou associados a igrejas evangélicas, polícia e crime organizado. A maior parte das disputas em comunidades pobres não dizem a respeito da *política institucional*.

Diferentes forças movem a mudança e influenciam as relações entre os pobres hoje em lugares onde ainda se tem apenas uma presença tímida do Estado. Sobreviver neles ainda é muito associado à participação em redes de apoio mútuo e famílias estendidas. A ajuda insuficiente fornecida pelos serviços públicos é compensada pela colaboração dentro do domínio da família.

Mas também há outras forças interferindo nessas relações sociais. Os moradores pobres justificam sua falta de interesse em Política por razões como falta de tempo, medo de vingança e ceticismo a respeito de movimentos sociais trazerem as consequências lá desejadas. Eles evitam compartilhar opiniões online também por causa das *redes de ajuda mútua* das quais fazem parte.

Em contraste, ler e debater Política em rede de WhatsApp se tornou comum entre brasileiros educados das camadas médias de renda. Alguns jovens pobres seguem os posts frequentemente passionais de seus amigos/colegas mais privilegiados, mas evitam compartilhar e debater sua própria visão política – exceto se elas se refiram a casos sem dizer a respeito dos líderes políticos locais.

“Os líderes políticos locais ganham votos ao trocar favores dentro de grupos familiares. Essa atividade demanda tempo e inclui distribuir empregos públicos a colaboradores próximos e suas famílias, além de também ajudar os eleitores locais a encarar situações difíceis no dia a dia como driblarem a burocracia. Alguns desses moradores locais precisam falar com advogados para conseguirem um parente preso ser solto; alguns pedem amostras de medicamentos caros disponíveis em hospitais públicos sob controle dos médicos; mães pedem suas crianças serem aceitas em clínicas de

tratamento de drogas. No caso de emergências médicas, as pessoas têm de ser levadas ao hospital no carro de vizinho, porque as ambulâncias demoram demais para chegar. Líderes políticos locais usam seus contatos e influências para ajudarem as famílias de eleitores a acessarem recursos públicos, como médicos e remédios” (Spyer, 2018: 240).

Portanto, a patronagem desses líderes locais cuida das necessidades de seus eleitores como um presente dado em troca de lealdade e apoio político. Por exemplo, utilizam-se dos contatos do político dentro da burocracia pública até para acesso a remédios.

*Política* é redefinida como *rede de apoio mútuo*, para quando sua família estiver com problemas, ser auxiliado. Os eleitores pobres estão, direta ou indiretamente, *associados a líderes políticos locais* e frequentemente se encontram em dívida pelos favores recebidos.

Eles e suas famílias contam com essas pessoas para driblar a burocracia do Estado. Dadas suas posições e influências, esses líderes prestam favores em troca de lealdade e apoio.

Os pobres evitam discutir políticas governamentais, nas mídias sociais, porque não podem criticar políticos diretamente sem parecerem ingratos aos líderes locais. Não “tomam partido” ao se submeterem à *política do clientelismo*.

Esta prática eleitoreira de “políticos profissionais”, continuamente reeleitos, consiste em *conceder favores em troca de votos* de uma clientela composta de indivíduos dependentes. Em síntese, é uma troca de favores entre quem detém certo poder de influenciar serviços públicos e quem vota.

Spyer (2018: 252) conclui: “as mídias sociais fizeram muito pouco para mudar a condição e a percepção de vulnerabilidade. (...) As mídias sociais de caráter mais público carregam apenas versões muito censuradas dos acontecimentos locais, discutidos por meio de trocas diretas e comunicação *off-line*. (...) A lógica de agir de modo invisível geralmente é preferida na prática”.

Os moradores pobres, ocasionalmente, organizam ou se envolvem em formas de protestos presenciais ou “manifestações de rua”. Mas essas demonstrações públicas refletem o visto nas mídias

sociais: acontecem sem muito planejamento, relativamente poucas pessoas participam dos atos coletivos e as consequências (ou falta delas) somente reforçam o sentimento de se mobilizar para reclamar ser inútil.

A cultura política das classes trabalhadoras urbanas brasileiras é "hierárquica". Possuem, naturalmente, uma visão "holística" e "pragmática" em oposição à do "individualismo", considerado como o ideal contemporâneo de acordo com a versão ensinada para as classes média e alta da sociedade.

Entre os evangélicos, eventuais sucessos em aquisição de símbolos de ascensão social são apresentados como uma bênção de Deus. Seria sinal da aprovação divina pela devoção aos valores cristãos, enquanto se esforça para enriquecer a qualquer custo.

*Essa narrativa de redenção positiva e "vitória" sobre as dificuldades é diferente do discurso tradicional católico, influente em parte da esquerda religiosa brasileira. Ela se refere aos pobres como virtuosos por aceitarem sua condição de pobres e promete as consequências dessa situação, em termos de sofrimento, ser redimidas em paraíso futuro.*

A conclusão final da citada pesquisa antropológica é: "as mídias sociais se tornaram um canal poderoso para esse tipo de *reconformação da percepção pública* ocorrer" (Spyer, 2018: 254). Ela é excelente fonte de informações sobre os impactos sociopolíticos da quebra da hegemonia da visão do *crístianismo católico* pelo *crístianismo evangélico*. Resta-nos analisar os efeitos econômicos.

## Capítulo 3. Lulismo ou Partido dos Trabalhadores

### Lulismo e Ascensão da Nova Classe Média Brasileira

*Lulismo – Da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira* (Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio de Janeiro: Contraponto, 2013) é um livro de autoria de Rudá Ricci. Essa Fundação é relacionada ao Partido Cidadania.

Este é um partido político brasileiro de alinhamento entre a centro-direita e a centro-esquerda. Foi fundado e registrado, em 1992, com o nome Partido Popular Socialista (PPS), sendo uma iniciativa de parte dos membros do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderados por Roberto Freire, contumaz antipetista e aliado ao PSDB.

A hipótese levantada na reedição desse livro é “o lulismo como reinvenção do estatal-desenvolvimentismo terá de se reinventar e de maneira mais radical e sustentável em comparação a primeira vez de governo. (...) Sem o líder carismático e sem a locomotiva chinesa, o modelo lulista se tornou errático, instável e, em muitos momentos, ingovernável”.

Esse diagnóstico repete um equívoco econômico dos adversários dos petistas, desde o sucesso comparativo em resultados face aos governos anteriores – e posteriores. Dizem: “Lula deu sorte por conta do *boom de commodities*”.

Ora, as *exportações líquidas* (exportação menos importação) alcançaram o máximo 3,4 pontos percentuais do PIB, em 2005, durante o historicamente inédito ciclo (2003-2007) de superávit no Balanço de Transações Correntes. Tinham um peso menor face aos demais componentes da demanda final. Entre eles se destacava a despesa de consumo das famílias em cerca de 60% do PIB.

Sempre foi baixo o *grau de abertura comercial* da economia brasileira (fluxo comercial dado pela soma de exportação e importação em relação ao PIB), comparativamente aos países imersos em blocos regionais de comércio exterior, ou seja, inseridos

em Cadeias Globais de Valor. Em 2004, atingiu seu máximo com quase 30% do PIB, e em 2009 o mínimo com 22% do PIB.

O *mercado interno* conduziu (e ainda comanda) o crescimento da economia brasileira. O governo Lula se aproveitou sim do *boom de commodities* para resolver o problema de crise cambial com o acúmulo de reservas internacionais – e se livrar do FMI.

É um equívoco o uso da expressão “estatal-desenvolvimentismo” para se referir ao *modelo socialdemocrata*, adotado pelo governo Lula. Foi definido pela aliança política e governamental entre sindicalistas e intelectuais orgânicos.

A adoção de uma série de políticas sociais ativas o caracteriza mais adequadamente como “social-desenvolvimentismo”. Constituiu a socialdemocracia tropical, inspirada no reformismo europeu do capitalismo, para edificar um Estado de Bem-Estar Social.

Desde a publicação da primeira edição do citado livro, em 2010, os estudos sobre as gestões de Luís Inácio Lula da Silva proliferaram. O termo *lulismo*, nascia das comparações com o *getulismo* varguista dos anos 1930 e 1950, se consolidou como conceito.

Vou aqui resumir a *resenha de Rudá Ricci das análises de alguns autores*. Luiz Werneck Vianna insistiu neste paralelo entre *getulismo* e *lulismo*, em especial, referente ao transformismo social, revolução passiva ou mesmo práticas de tipo populista.

Outra corrente analítica passou a identificar na base social do *lulismo* – majoritariamente constituída por segmentos sociais menos abastados da classe trabalhadora na fronteira entre o lumpesinato e trabalhadores estáveis e com emprego formal – a base de sustentação da lógica do *lulismo*. Segundo Ricci, os estudos de André Singer (USP) foram se dirigindo para a hipótese deste fenômeno ter contornos *bonapartistas*.

Não me parece correta essa interpretação. O *bonapartismo* é uma ideologia política com culto à personalidade, inspirada na maneira pela qual Napoleão Bonaparte e seu sobrinho, Napoleão III, governaram a França.

Mas o termo passou a ser usado para definir um tipo de governo onde o Poder Legislativo perde força em proveito do Poder

Executivo. No *modelo bonapartista*, o governante pretende ser um ditador, mas busca construir uma imagem carismática de representante popular, isto é, falar “em nome do povo”.

Esse tipo de sistema se instala quando nenhuma classe ou grupo social tem poder suficiente para ser hegemônico, deixando a um líder suficientemente habilidoso o poder de mediar as diversas forças sociais. *Há um culto à personalidade de Lula, mas jamais ele pretendeu estender seu mandato!*

Marcos Nobre (UNICAMP) sugeriu o *lulismo* não ter se constituído em um conceito crítico. Ele se limitava a observar o protagonista central de um regime presidencialista, sem considerar sua base partidária não ter a maioria no Congresso Nacional.

Assim, não incorporou contradições e contrapesos definidores de sua dinâmica congressual. Nesse sentido, o *lulismo* seria apenas um subproduto do denominado por Nobre de *peemedebismo* ou “condomínio peemedebista” da política nacional.

Essa lógica política teria se estendido até o governo temeroso golpista (2016-2018) e esgotou-se com a derrota eleitoral do *establishment*? O “centrão” (do qual o PMDB é parte) ainda não procura administrar todos os interesses e ideias presentes no Congresso?

Na realidade brasileira, com “semiparlamentarismo sem Primeiro Ministro”, uma coalização partidária deverá articular interesses aparentemente opostos. O desafio será formar um bloco político capaz de sustentar um governo de conciliação nacional.

Tal lógica, formatada após a redemocratização em 1985, não parece ser representada no atual governo militar-miliciano. Ele é antagonico à sociedade civil organizada democraticamente.

Nobre sugere tal *lógica política privatista*, não pública, ter sido construída com base em um discurso no qual se evita provocar inimigos com vetos seletivos a partir de uma visão pragmática de governo. A democracia não passa do exercício de *bloquear o oponente*, não de enfrentá-lo abertamente no espaço público.

Daí o artificialismo do *semiparlamentarismo* em vigor no *regime presidencialista* brasileiro. A necessidade de uma base governista majoritária obriga sempre ao governo constituir uma *coalizão partidária* (com presença do PMDB), independentemente do resultado eleitoral para a presidência da República e o Congresso Nacional.

Outro autor, Rui Braga (USP), questionou o conceito de *subproletariado*, sugerido por André Singer como base social e eleitoral do *lulismo*, oferecendo outra conceituação, o de *precarizado*. Este seria o *proletariado precarizado*, fração da classe trabalhadora na qual se excluiria tanto o *lumpensinato*, quanto a *população pauperizada*, esta última, formada pela população indigente, acidentada, de doentes e incapacitados ao trabalho.

O *precarizado* incluiria:

1. a *população flutuante*, constituída por trabalhadores ora atraídos ora excluídos pelas empresas,
2. a *população latente*, composta por jovens trabalhadores não industriais à espera de oportunidade para deixar setores tradicionais, em especial, de natureza rural, e
3. a *população estagnada*, cujos trabalhadores componentes ocupam funções deterioradas e mal pagas, marcados por condição de vida subnormais de existência.

Esse autor elimina dessa conceituação os segmentos mais fragmentados e excluídos da classe trabalhadora, mas também os setores mais profissionalizados desta classe. Braga também propõe a seguinte periodização do itinerário da construção do desenvolvimento fordista periférico do Brasil:

- a) *regulação autoritária*, no fim dos anos 1970;
- b) *regulação neopopulista*, no período seguinte à redemocratização do país, fundado na proposta de pacto social com o novo sindicalismo;
- c) *regulação neoliberal*, do período Collor, na verdade, pós-fordista; e
- d) *transformismo* sob hegemonia do *lulismo*.

Rudá Ricci apresenta uma gama significativa de estudos e ensaios ao redor da compreensão do fenômeno *lulismo*. Ele pretende uma visão mais rigorosa sobre a hipótese central de seu livro: o *lulismo como engenharia política estatal*, fundada na inserção social pelo consumo de amplas massas marginalizadas até então da vida social, política e econômica do país.

O conceito de “nova classe média”, tal como utilizado pelos estudos de Marcelo Neri (FGV), é replicado nesse livro de Ricci. O conceito de *classe*, empregado nos estudos de Neri, é identificada apenas com *estrato de renda familiar*.

Marcio Pochmann (UNICAMP) produziu a crítica mais contundente ao emprego desse conceito de classe para sugerir a emergência de uma nova classe média brasileira. Considerou esta classificação uma “abordagem rudimentar e tendenciosa a respeito da existência de uma nova classe média”.

Ela busca “estabelecer para determinado estrato da sociedade – agrupado quase exclusivamente pelo nível de rendimento e consumo – o foco das atenções sobre o movimento geral da estrutura social do país”.

A tese de Pochmann é, a partir de 2004, ter se alterado a trajetória de queda da participação dos salários na renda nacional, ocorrida na década anterior, aumentando o número de trabalhadores ocupados na base da pirâmide social. Isto reforçou o contingente da classe trabalhadora e não deve ser confundido como o surgimento de uma “nova classe média”.

Pochmann admite: este segmento emergente das classes populares apresenta-se *despolitizado, individualista e aparentemente racional*. Em suma, tratar-se-ia da ampliação da base da pirâmide social brasileira, renovada neste *período lulista*.

O estudo de André Singer renomeou a *base social do lulismo*. Segundo sua interpretação, a partir de 2006, o eleitorado petista se deslocou para os estratos de mais baixa renda, motivados pelas políticas de transferência de renda e aumento real do salário-mínimo, adotadas pela gestão Lula.

Teria ocorrido um “realinhamento eleitoral” do PT, provocado pela agenda desafiante: pela primeira vez, um partido de esquerda governar o Brasil. Estamparia o *conservadorismo* dos governos lulistas.

Evidentemente, é um esquerdismo infantil cobrar de um governo eleito com base congressista minoritária fazer uma *revolução política*. Fazer uma *revolução econômica* com base em *políticas sociais ativas* já esteve de tamanho historicamente inédito.

Em especial, destacaram-se:

1. a transferência de renda condicionada à educação para os mais pobres,
2. o acesso popular ao Ensino Superior e
3. o financiamento habitacional subsidiado para uma mobilidade social dos orçamentos domésticos populares.

O *lulismo* se instalou pela relação estabelecida por Lula com os mais pobres, os quais, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio político maciço da eleição de 2006 em diante. Paralelamente, o “mensalão” catalisou o afastamento da classe média.

Singer identifica esta base social como *subproletariado*, ou seja, uma fração da classe trabalhadora não organizada, sindicalmente, em virtude de sua precária condição de vida e inserção no mercado de trabalho. Entre outras, inclui as ocupações urbanas não qualificadas, semiquilificadas e/ou subalternas do trabalho, concentradas na construção civil e setor de serviços pessoais.

Trata-se de segmento social marcado pela “baixíssima renda”, localizando-a no estrato de renda familiar mensal abaixo de dois salários-mínimos. A intervenção do Estado em seu benefício teria reforçado seu ideário refratário a qualquer mobilização social ou conflito com a ordem.

Por isso, Singer a classifica como uma *base social conservadora*. Afirma não se tratar de “uma nova classe média” a dar

sustentação ao lulismo, mas sim das frações mais empobrecidas, desorganizadas e conservadoras da população nacional.

Rudá Ricci não entra no mérito do conceito “lulismo” por ter como propósito observar a mudança de comportamento de amplos segmentos sociais, cujas famílias tinham sido social e historicamente marginalizadas do mercado, antes do governo Lula. Nele, passaram a ser incluídos (e valorizados) pelo acesso ao consumo.

“A *inclusão pelo consumo* se constituía, portanto, na senha para compreensão do deslocamento social e político gestado pelo lulismo a partir de *um novo projeto estatal-desenvolvimentista*. (...) não houve no período analisado a configuração de *uma nova classe média*” (Ricci, 2013: 19).

Sua crítica esquerdista é por o lulismo não ter se conformado como uma *ideologia*, mas como uma *engenharia política*. Engendrou uma versão peculiar do estatal-desenvolvimentismo brasileiro.

“Por ser uma engenharia política de natureza gerencial, não forjou uma ideologia mobilizadora e definidora de uma identidade política nítida. Ao contrário, a lógica gerencial e a intervenção estatal formatada foram desmobilizadoras da sociedade civil” (idem; ibidem).

O pacto desenvolvimentista que se insinuou, em especial, a partir de meados da primeira gestão Lula, “*estatalizou*” a *dinâmica social brasileira*, conceito empregado para denominar a *dependência social em relação à regulação estatal*, diminuindo os graus de autonomia, controle social sobre políticas públicas e criatividade da sociedade civil.

É curiosa essa crítica “esquerdista privatizante”. Talvez seja o autoengano de se imaginar à esquerda do Partido dos Trabalhadores, mesmo sendo o PCB/PPS/Cidadania um contumaz aliado do neoliberalismo, em função do seu antipetismo desde a fundação do PT.

## Pentecostalismo e Antipetismo nas Eleições Brasileiras

Victor Araújo, pesquisador da University of Zurich, é o autor de ensaio com o título acima, publicado na *Latin American Research*

*Review* (junho de 2021). Em resumo, antipetismo explica o voto de pelo menos 20% dos eleitores brasileiros para os quais a ideia de eleger o Partido dos Trabalhadores (PT) é inaceitável.

O antipetista típico tende a ser descrito pela literatura como sujeito branco, escolarizado, pertencente às classes médias e altas. Ele teria aderido ao antipetismo após sucessivos escândalos de corrupção envolvendo o partido.

Neste trabalho, Araújo argumenta “os evangélicos pentecostais, em sua maioria eleitores não brancos, de baixa renda e residentes nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, formarem uma sólida base antipetista”.

Esse grupo de eleitores tende a rejeitar uma agenda moral mais progressista, consubstanciada na defesa de pautas identitárias. A descriminalização do aborto, o feminismo e o reconhecimento de relacionamentos homoafetivos são bandeiras-de-luta em modernização de costumes, frequentemente associadas ao PT.

Para testar esse argumento, utiliza dados de quatro rodadas do Barômetro das Américas (LAPOP). Permitem distinguir a filiação religiosa e analisar o comportamento eleitoral dos respondentes nas eleições realizadas entre 2002 e 2018.

Os resultados mostram os evangélicos pentecostais serem menos propensos a:

- 1) votar no PT nas eleições presidenciais;
- 2) manifestar sentimentos de simpatia em relação ao partido;
- 3) recompensá-lo nas urnas pelos ganhos em bem-estar induzidos pela implementação do Programa Bolsa Família.

A preferência partidária, resultante da afinidade psicológica ou identidade social com algum partido, é determinante para o modo como os indivíduos votam. Mas a rejeição a um dos lados do espectro ideológico-partidário também afeta o comportamento do eleitorado.

O sentimento de antipatia em relação a algum ou a todos os partidos, o *antipartidarismo*, parece ser crucial para o resultado das eleições em algumas democracias. No Brasil, cerca de 40% dos

eleitores usam o Partido dos Trabalhadores (PT) como referência na hora de votar, sendo a antipatia a este partido, o *antipetismo*, o melhor preditor do voto de cerca de 20% dos eleitores para os quais a ideia de eleger o PT é inaceitável.

O *antipetismo* seria explicado por:

- 1) sentimentos anticorrupção eclodidos após sucessivos escândalos da base governista, formada por coalização partidária com o PMDB e o PP, mas praticamente sofrida apenas pelo PT;
- 2) avaliação retrospectiva por uma contínua campanha midiática neoliberal acusatória de má condução da economia, durante os governos petistas, apesar de ser dissonante com os bons resultados macroeconômicos entre 2003 e 2014;
- 3) ressentimento das classes médias em virtude das políticas redistributivas implementadas pelos governos petistas.

No entanto, o *antipetismo* é um fenômeno antecedente à chegada do PT à Presidência da República. Logo, fatores conjunturais não explicam isoladamente a forte e consistente rejeição ao PT na mídia e redes sociais da direita.

Neste artigo, Victor Araújo analisa se a filiação religiosa afeta a predisposição dos eleitores para rejeitar os candidatos do PT nas disputas presidenciais brasileiras. Especificamente, testa o argumento segundo o qual os evangélicos pentecostais formariam uma sólida base antipetista.

A explicação mais provável para o antipetismo desse grupo seria a rejeição a uma agenda moral mais progressista, consubstanciada na defesa de pautas, como a descriminalização do aborto e o reconhecimento do casamento homoafetivo. Essas bandeiras progressistas e civilizatórias são frequentemente associadas ao PT, o partido de esquerda de maior expressão eleitoral no Brasil.

Por isso, a rejeição a este partido entre os eleitores pentecostais tenderia a ser maior na comparação com outros grupos religiosos.

Araújo investiga também se essa sistemática rejeição ao PT seria uma consequência natural do processo de mobilização promovida no período imediatamente anterior às eleições. Além disso, se os eleitores pentecostais seriam *a priori* menos propensos a gostar do PT.

Seus resultados sugerem um indivíduo evangélico pentecostal ter uma redução média de 11% no nível de simpatia ao PT na comparação com indivíduos filiados a outros grupos religiosos. Outras variáveis, como percepção de corrupção e avaliação da economia, não explicam a antipatia/simpatia pelo partido.

O antipetismo dos evangélicos pentecostais anula parte dos ganhos eleitorais aferidos pelo PT entre os beneficiários do Programa Bolsa Família. Estes entre os frequentadores das igrejas pentecostais tendem a não recompensar o PT pela implementação desse programa de transferência de renda, diferentemente do padrão observado entre os beneficiários dele filiados a outras religiões.

Evangélicos pentecostais e protestantes tradicionais diferem entre si em dimensões relacionadas com a decisão sobre o voto. O conservadorismo moral é um fenômeno mais saliente entre os evangélicos pentecostais.

Além disso, o envolvimento de lideranças eclesiais na mobilização para colocar cabresto em eleitores é também mais comum neste segmento religioso. Por isso, o comportamento eleitoral dos pentecostais tende a se distinguir daquele observado entre seus pares protestantes históricos.

Os dados apresentados neste trabalho de Victor Araújo fornecem elementos para ampliar o entendimento sobre o antipetismo. As teorias existentes não permitem explicar a origem do fenômeno porque se baseiam nos efeitos da corrupção ou na percepção de piora das condições materiais de vida.

Os dois fatores são, por definição, consequências da chegada do PT ao poder. Portanto, não podem explicar sozinhos a forte rejeição ao partido observada nas eleições presidenciais.

A rejeição ao PT parece também ser influenciada por características individuais menos suscetíveis a flutuações no tempo. A

percepção de desempenho na economia pode mudar no curto prazo, a depender das políticas econômicas adotadas, mas as preferências morais dos indivíduos são mais estáveis. Por isso, informam as posições políticas no curto e no longo prazo.

Essa chave interpretativa permite explicar o crescimento do antipetismo em anos recentes. Nas eleições de 2018, os eleitores evangélicos pentecostais representavam cerca de 16% do eleitorado brasileiro, um aumento de seis pontos percentuais em relação às eleições presidenciais disputadas em 1989. Não por acaso, os dados indicam aumento da rejeição ao PT em anos recentes.

Por qual razão não observamos crescer entre os evangélicos pentecostais a antipatia pelo PSDB, partido com vários de seus quadros atingidos por escândalos de corrupção nos últimos anos? Uma explicação plausível é a corrupção não ser uma condição suficiente para o antipartidarismo.

É admissível escândalos, como o Mensalão e a operação Lava Jato, terem aumentado a rejeição ao PT, mas parece pouco provável estes acontecimentos serem a única causa do antipetismo.

Embora a parcela da riqueza nacional apropriada pelos mais ricos tenha permanecido praticamente inalterada, as classes médias experimentaram perda relativa de renda durante os governos do PT. No entanto, as evidências apresentadas neste trabalho de Araújo (2021) sugerem os indivíduos contrariados pelas políticas de redistribuição de renda não terem deixado de votar no PT nem se tornaram necessariamente antipetistas.

O argumento explicitado neste trabalho, obviamente, não restringe o antipetismo ao grupo dos evangélicos pentecostais. Evidências qualitativas dão conta desse sentimento de oposição irrestrita ao PT possuir lastro também em outros segmentos da sociedade brasileira e se correlacionar com outras formas de conservadorismo.

Mas o modo como o *antipetismo* é comumente retratado pela literatura, como sendo um fenômeno restrito às elites brancas com alto nível de instrução, simplifica um fenômeno complexo em sua essência. A maioria dos frequentadores das igrejas evangélicas pentecostais brasileiras reside na periferia dos grandes centros

brasileiros, ocupa o mercado de trabalho informal e recebe até dois salários-mínimos. Portanto, o antipetista típico é menos branco, rico e escolarizado em relação ao sugerido por trabalhos anteriores da Ciência Política brasileira.

As evidências discutidas neste trabalho de Victor Araújo revelam a rejeição ao PT ser um comportamento dominante entre os evangélicos pentecostais. A maior rejeição ao PT entre evangélicos não é uma novidade, por exemplo, Dilma Rousseff teria sido rejeitada pela maioria dos evangélicos por ter declarado apoio ao Projeto de Lei 122 a instituir a criminalização da homofobia.

No entanto, o voto dos evangélicos parece explicar boa parte da rejeição aos candidatos do PT. A categoria “evangélicos” esconde heterogeneidades importantes necessárias de ser levadas em consideração pelos especialistas do caso brasileiro.

Também parte da rejeição enfrentada pelo Partido Democrata nas eleições presidenciais norte-americanas é decorrente do conservadorismo moral mais saliente em alguns estratos da população estadunidense, sobretudo os frequentadores das igrejas evangélicas. A *clivagem religiosa/moral* seria mais importante para explicar o voto nas eleições presidenciais estadunidenses em comparação com a *ideologia político-partidária* dos eleitores.

Na mesma direção, o *antipartidarismo* no Brasil não é explicado apenas por fatores conjunturais, como percepção de corrupção e má gestão da economia do país. O *antipetismo* parece ser um fenômeno mais complexo e guardar relação com o modo como as preferências morais se refletem na decisão sobre o voto.

De todo modo, ainda é uma questão em aberto se a rejeição dos pentecostais ao PT se revela nas eleições para outros cargos eletivos. Pesquisas futuras poderão contribuir nessa direção.

Também não está claro quais estratégias poderiam ser adotadas para mitigar os efeitos da rejeição observada entre os adeptos do pentecostalismo. O Partido dos Trabalhadores foi capaz de costurar acordos políticos que lhe renderam apoio de uma parte das lideranças pentecostais no segundo turno nas eleições presidenciais de 2002 e 2006. Movimento semelhante teria ocorrido em 2010 e

2014, quando a principal liderança da IURD, Edir Macedo, declarou apoio aos candidatos petistas.

Tal apoio, no entanto, não foi observado em outras denominações com expressão dentro do movimento evangélico pentecostal brasileiro. No atual cenário de intensa polarização ideológica, quando a variável “religião” vem ganhando mais centralidade no debate político e exercendo maior influência na escolha dos eleitores, parece ainda menos provável o PT ser capaz de estabelecer pontes com esse segmento do eleitorado.

Puxados pelo crescimento exponencial dos pentecostais nas últimas três décadas, alguns analistas apostam: *os evangélicos serão o grupo religioso majoritário no Brasil antes de 2040*. Para o PT, isso pode significar tentar se distanciar de pautas mais progressistas caso elas minarem o apoio eleitoral do partido entre os pentecostais.

Mas existe o risco de perder apoio entre os eleitores de renda média com maior escolaridade, bem como de parte da militância organizada e representantes de grupos minoritários afetados por uma agenda política moralizante. Uma opção seria *acirrar a polarização nas eleições, explorando a identidade religiosa do eleitorado*.

Por exemplo, o partido poderia mobilizar parte do eleitorado religioso em seu favor por meio de *um discurso identitário religioso*. Mas o sucesso dessa estratégia depende da trajetória de crescimento dos grupos religiosos a rivalizarem nas eleições.

Mobilizar o eleitorado católico contra o evangélico pentecostal pode significar prejuízo eleitoral no longo prazo. Isto porque o primeiro grupo vem observando uma intensa migração de seus antigos adeptos para *o pentecostalismo* e para *o grupo dos sem religião*.

Em longo prazo, só a educação científica de maior camada da população, seguindo o exemplo da Coréia do Sul com 70% da população entre 25 e 34 anos já com Ensino Superior, encerraria essa “guerra religiosa”. Nela, um lado demonstra intolerância com a defesa da diversidade em costumes.

Afinal, esta pauta é *uma falsa polêmica*, artificialmente levantada em debate eleitoral. Deveria sim se discutir um projeto nacional.

## Revisão Histórica para Nova Estratégia

O noticiário do jornalismo econômico está anunciando vários fatores determinantes de novo cenário futuro. Não se trata apenas de a esperada alternância de poder ser tratada como normal, em democracia eleitoral, e como criminoso quem não a acatar.

Para enfrentar o desafio de um novo mandato presidencial progressista, em contexto distinto do acontecido entre 2003 e 2010, é necessária a revisão histórica para elaboração de uma nova estratégia social-desenvolvimentista com políticas sociais ativas e política econômico-financeira capaz de incorporar novos fatos e dados. Não devemos “brigar contra os números”!

O diretor-adjunto de redação do jornal Valor Econômico critica a chamada Nova Matriz Macroeconômica em sua coluna, semanalmente, desde a fase de demonização do governo Dilma para (de)formar uma opinião pública de maneira ela ser favorável ao golpe contra a democracia e o presidencialismo. Na publicada em 01/09/22, acusa algumas proposições do líder das pesquisas, o petista Luiz Inácio Lula da Silva serem itens da Nova Matriz Econômica (NME).

Embora tenha chegado a menor taxa de desemprego (4,8%) da PME (Pesquisa Mensal de Emprego realizada em seis regiões metropolitanas), ele engana os leitores ao responsabilizar a NME, supostamente porque ela “jogou o Brasil na mais longa e profunda recessão de sua história”. Ora, a Grande Depressão ocorreu com a volta da Velha Matriz Neoliberal (VMN) através de Joaquim Levy, em 2015, e seu prosseguimento com Henrique Meirelles (2016-2018) e o inominável Posto Ipiranga (2019-2022).

“A NME foi concebida nos primeiros meses de 2008, portanto, em pleno governo Lula, durante reunião no Palácio do Planalto, com a presença de Aloízio Mercadante, Luiz Gonzaga Belluzzo, Guido Mantega, Delfim Netto, Yoshiaki Nakano e Henrique Meirelles, além, claro, do então presidente Lula”. Meirelles, futuro ministro do governo

golpista, relatou ter tirado o corpo fora: “entrou mudo e saiu calado do convescote”.

O colunista obcecado com a NME afirma a “aventura nemeconômica”(sic) ter voltado, em agosto de 2011, no primeiro ano da gestão Dilma, “produzindo um dos capítulos mais lamentáveis de nossa história econômica”. O desvirtuamento de fatos e dados pode impressionar a leitores leigos, como os empresários ou os executivos assinantes do jornal, mas não a especialistas com conhecimento das evidências empíricas.

Curiosamente, quando o colunista lista alguns pontos do programa de Lula, ele não aponta quais seriam próprios da condenada, de maneira apriorista, NME. Seria a revogação do teto de gastos e a revisão do atual regime fiscal brasileiro?!

A Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos ao alterar a Constituição brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal foi aprovada pela maioria golpista em outubro de 2016. Constitui um auto aprisionamento governamental dos mais estúpidos e é antidemocrático, pois impõe a governos posteriores àquele não eleito uma regra para ser necessariamente descumprida face às intempéries inesperadas.

Complementarmente, houve o amordaçamento de seus opositores na “grande” (sic) imprensa brasileira. Sem o pluralismo de um debate público aberto ao contraditório, os economistas social-desenvolvimentistas foram, praticamente, proibidos de falar ou de emitir opinião oposicionista por escrito. Apenas os neoliberais tiveram espaço ou tribuna livre, sendo uma única exceção (a coluna do Professor Belluzzo) não suficiente para falsear a regra.

Um erro foi a desoneração fiscal de empresários, entre os quais alguns futuros golpistas. Avaliou-se mal o regime fiscal poder ser alterado, dada a tendência de queda da dívida pública líquida: de 60% do PIB em dezembro de 2002 para 30% do PIB em janeiro de 2014.

Mas o erro fatal foi cometido pelo Banco Central do Brasil com o combate da quebra da oferta pela seca e a consequente inflação de alimentos. Reiteradamente, buscou o controle da demanda agregada via elevação da taxa de juro de 7,25% aa em abril de 2013 até

14,25% aa em julho de 2015, mantendo essa elevada taxa até outubro de 2016.

Muitas empresas não-financeiras estavam com elevado endividamento, não só em empréstimos para capital de giro, devido à alta do custo unitário do trabalho (CUT) e da taxa de câmbio, como também grandes corporações pelos investimentos em obras do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento. Iniciaram *o ciclo depressivo da desalavancagem financeira*.

Afinal, qual é a acusação substantiva dos críticos à NME?

À diminuição dos juros desde julho de 2011, quando estava em 12,5% aa, até abril de 2013?

À maior competitividade dos bancos públicos em concessão de crédito?

À capitalização da PETROBRAS para o maior pacote de investimentos em petróleo propiciador do país se tornar atualmente exportador de petróleo?

À maior média anual na história econômica desde 1980 de investimentos em infraestrutura: transporte, mobilidade urbana, eletricidade, saneamento?

À “política de campeões”, para aumento da competitividade das empresas brasileiras exportadoras, como a JBS, cujo BNDESPAR participa em 23% do capital?

Graças a esse apoio, a JBS se tornou a segunda maior empresa de alimentos do mundo, a segunda maior companhia brasileira e a maior empresa privada em faturamento. A multinacional de origem brasileira tem cerca de 400 unidades produtivas, em 15 países nos cinco continentes, e vai muito além das carnes bovina, suína e de aves.

Ela possui negócios correlacionados, como couros, biodiesel, higiene pessoal e limpeza, soluções em gestão de resíduos sólidos e embalagens metálicas, e recentemente entrou nos alimentos alternativos, investindo em proteína vegetal. Detalhe relevante: carne bovina (3,6% do total) e carnes de aves (2,7%) são,

respectivamente, o quinto e o nono produtos mais exportados pelo país.

O BNDESPAR também possui 8% de participação acionária na PETROBRAS: óleos brutos aparece em 3º lugar (9,4%) e óleos combustíveis em 10º (2,3%). Não valeu o apoio ao balanço comercial e aos pagamentos de dividendos de ambos – BNDES e PETROBRAS – ao Tesouro Nacional?

Na verdade, o incômodo dos neoliberais foi com o não cumprimento anual da eterna *ladainha fiscalista*: equilíbrio no Orçamento Geral da União, em todos os anos, inclusive quando a economia brasileira estava imersa na maior crise mundial, detonada em 2008. Eles não aceitaram, ideologicamente, nem uma temporária política econômica keynesiana de intervencionismo na economia para uma atuação governamental anticíclica.

Por isso, a economia brasileira se encontra em *estagflação* (e concentração de riqueza), desde o fim da primeira Era Desenvolvimentista (1980), apenas com o interregno de 2003 a 2014. Cegos pela má formação ortodoxa em Economia, esses economistas são pregadores do eterno ajuste fiscal em nome de “recolocar as contas públicas na trajetória da solvência”.

O editorial do jornal (Valor, 05/09/22), a favor da *desincrustação de O Mercado dos interesses da comunidade*, afirma “os economistas do setor privado citam percentuais em torno de 1% do PIB ser insuficiente para a baixar a dívida bruta porque ela se encontra em elevados 77,6% do PIB”.

Ora, o endividamento público é um risco soberano, pode ser liquidado com a emissão da moeda nacional por ser *desdolarizado*: o total da dívida externa brasileira (inclusive a privada) está abaixo do volume de reservas cambiais desde o governo Lula. Ele resolveu os problemas com o FMI!

Mas os jornalistas, pautados pela Faria Lima, insistem: “uma regra de bolso, usada pelos economistas [de O Mercado], diz o superávit primário necessário para estabilizar a dívida pública corresponde à diferença entre a tendência de crescimento da economia no longo prazo (o PIB potencial) e a taxa de juros real a

vigorar no longo prazo (o juro neutro)”. Adotam sem pestanejar o reducionismo chamado de Economia da Confiança.

Os Zé Regrinhas permanecem insistindo em regras eternas em vez do arbítrio das decisões discricionárias a cada futura conjuntura econômica específica. Agora, oferecem até um cardápio para os tomadores de recursos do BNDES, consistindo na TLP atual, em TNLP flutuante, baseada em expectativas, e de modalidades de prazos de 5 e de 10 anos com taxas nominais fixas, além da possibilidade de oferecer empréstimos em SELIC! Só.

Louvam a pressuposta comprovação da hipótese neoliberal – desmanche do BNDES = expansão do mercado de capitais –, mas se surpreendem com o mercado de títulos de crédito privado incentivados estar em um período de desvalorização, provocada por uma onda vendedora por parte dos investidores. São debêntures ligadas a projetos de infraestrutura e indexadas ao IPCA, ou Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou Agrícolas (CRA), com isenção tributária ao investidor pessoa física.

A surpresa ocorre com a deflação do IPCA, a volatilidade da curva de juros balizadora desse mercado e muita oferta desse tipo de papel. Com a alta da SELIC, os investidores têm trocado posições em papéis incentivados por debêntures indexadas ao CDI. Para dar saída ao investidor, os fundos precisaram vender ativos, daí a queda dos preços (e conseqüente alta dos spreads) para alguém comprar e ficar com esses títulos.

Investidores previdentes estão se antecipando à marcação a mercado obrigatória a partir de janeiro de 2023, tentando se desfazer de papéis muito desvalorizados. Os Zé Regrinhas não previram isso ao submeterem o BNDES ao Banco Central, ou seja, a política de financiamento em longo prazo à política monetária volátil em curto prazo?!

## Lacunas Intelectuais no Jornalismo Econômico

Luis Nassif, no artigo <https://jornalggn.com.br/destaque-capa/as-lacunas-intelectuais-na-cobertura-das-eleicoes-por-luis-nassif/> destaca, no livro “Como as democracias morrem”, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt terem alertado contra o maior dos riscos democráticos.

As democracias contêm vulnerabilidades óbvias, como os pactos partidários, o compartilhamento dos cargos públicos, a necessidade de financiamento das campanhas eleitorais.

No entanto, a democracia fica de fato ameaçada quando se exploram essas vulnerabilidades não apenas para punir infratores, mas em levar aos limites máximos as normas legais com o intuito de destruir o adversário, transformado em inimigo. Nassif critica a assustadora dificuldade de muitos jornalistas em entender a lógica das democracias liberais, com seus vícios e virtudes.

“Em um sistema democrático, a governabilidade depende de pactos políticos, ou seja, de alianças partidárias. A moeda de troca inevitável é o *compartilhamento do poder*. Por sua vez, o financiamento de campanhas induz ao uso da máquina pública em favor dos partidos componentes do pacto governamental”.

Quando o aliado indica alguém para um cargo, compete ao presidente analisar seu conhecimento e sua idoneidade. Depois, cabe a fiscalização formal coibir irregularidades.

No caso da corrupção na Petrobras, explorado até hoje pelos adversários do lulismo, os diretores indicados eram funcionários de carreira, com décadas de trabalho na empresa. Nem a imprensa, nem o Ministério Público Federal, nem a Polícia Federal tinham qualquer registro negativo deles.

Provavelmente, atuaram no governo Fernando Henrique Cardoso, alguns no governo Collor, passaram pelo governo Lula e chegaram a Dilma. Dada a reeleição desta, a Lava Jato fomentou o antipetismo com viesada perseguição política, com o endosso da mídia e do Supremo.

Praticou o “jogo duro institucional”: premiou delatores até conseguir seu objetivo de aprisionar o maior líder popular. Antes, deu margem para o *impeachment*, isto é, o *golpe semiparlamentarista no regime presidencialista*.

A Lava Jato usou um enorme conjunto de medidas investigatórias, tomadas nos governos Lula e Dilma. Visavam justamente o combate à corrupção.

Quanto aos prejuízos trazidos pela Lava Jato, quebrando empreiteiras e destruindo empregos, seus defensores limitam-se a declarar a falsidade de “as empreiteiras brasileiras só conseguiam contratos através do suborno”. Ora, as obras levantadas no exterior pelas empreiteiras brasileiras não enfrentavam licitações como nos casos das hidrelétricas em disputas na África com empreiteiras chinesas?!

Outras demonstrações nítidas de ignorância, usadas na propaganda eleitoral neofascista, insiste em afirmar “Lula não foi inocentado, apenas as condenações foram anuladas”. Ignora o princípio da presunção da inocência.

Ignora também os vinte e seis processos contra Lula, transferidos para outros juízes com todas as provas levantadas pela Lava Jato, terem sido julgados inválidos. Isto ocorreu após o STF ter condenado a parcialidade do juiz Sérgio Moro, tendo ele assumido o ministério do adversário do Partido dos Trabalhadores. Agora, assumidamente faz campanha eleitoral antipetista, comprovando a suspeita de prévia parcialidade.

Em todos os casos, os juízes não viram elementos capazes de permitirem a condenação de Lula. Ele se livrou de todos os processos!

Finalmente, segundo Nassif, “quando discute a política econômica de Lula, [o jornalismo ignorante] insiste em um bordão só aceito em jovens focas do jornalismo econômico: *a ideia de não poder haver investimento público enquanto não houver equilíbrio fiscal*. Como imagina conseguir aumento de arrecadação? Efetuando cortes? Eliminando empregos? Cortando recursos sociais? Não há nenhum esforço em entender a lógica da Economia. Basta repetir bordões”.

Muitos jornalistas cometem uma desonestidade intelectual pelo hábito de aceitar como verdade acabada qualquer declaração de economistas ortodoxos. Debitam a Lula os problemas ocorridos no governo Dilma.

“Ora, Lula deixou o país com superávit fiscal, com crescimento econômico, com reservas cambiais robustas. É falsificação intelectual

estabelecer relações de causalidade entre as medidas anticíclicas bem-sucedidas em salvar o país da crise de 2008 e a crise de 2015”.

Alguns colunistas do jornalismo econômico apontam como erro fatal do BNDES *ele praticar taxas abaixo da Selic, como se a distorção estivesse nas taxas do BNDES e não na Selic*. Desde sempre, as taxas do BNDES procuravam seguir os padrões internacionais de financiamento de longo prazo, para conferir um mínimo de isonomia às empresas brasileiras.

Segundo os analistas neoliberais, ao operar assim, o Banco de Desenvolvimento atrapalhava os negócios de O Mercado. Este, assim como o BNDES *é meio*, o investimento *é fim*.

Os estúpidos em Economia insistem em denunciar: “nós” [contribuintes] pagamos a diferença entre as taxas do BNDES e as taxas Selic remuneradoras da dívida pública, como se o normal fosse a Selic. Ora, caso não se queira pagar esse juro disparatado, basta a emissão gratuita da moeda nacional no resgate de títulos de dívida pública...

Conclui Nassif: “há uma longa luta pela frente, para recuperar a normalidade. Mas um pouco de aprofundamento intelectual da mídia ajudaria nessa caminhada”.

## Investimento em Infraestrutura: BNDES e/ou Mercado de Capitais

Para um próximo governo social-desenvolvimentista, é crucial os economistas apoiadores desse rumo fazerem e debaterem, publicamente, um diagnóstico preciso com sua melhor capacidade analítica teórico-conceitual das evidências empíricas. A retomada do crescimento econômico da renda e emprego, de maneira sustentada em longo prazo, depois de quatro décadas da economia brasileira rastejante com o fim da Era Desenvolvimentista (1950-1980), será a provável escolha da maioria dos eleitores.

Superar essa Era Neoliberal (1980-2022) exigirá o exame cuidadoso dos dados e fatos da tentativa-e-erro no interregno da primeira experiência social-desenvolvimentista (2003-2014). Certamente, o legado de *políticas sociais ativas* como Bolsa-Família,

Minha Casa Minha Vida, ProUni, SUS, entre outras, são consensuais de serem retomadas.

O desafio será, então, conceder incentivo ao investimento multiplicador de renda e emprego, de maneira planejada e coordenada, para provocar efeitos encadeamentos intersetoriais a partir de núcleos estratégicos ou prioritários. O ponto de partida é uma análise crítica daquele passado histórico para obter um futuro com mais acertos e menos erros. Estes são esperados, em todas as primeiras experiências, e corrigíveis.

O fenômeno da *desindustrialização* alcança a economia ocidental. Logo, é efeito de um *determinante exógeno*, isto é, da nova divisão internacional do trabalho com a *globalização*. Esta foi resultante da *Chimérica*: a China produzir bens industriais em escala massiva e a(s) América(s) os importar e consumir em contrapartida da exportação de insumos minerais, petróleo e *commodities* agrícolas para lá – e toda a Ásia.

O mundo rico ocidental, em suas metrópoles, restringiu-se à produção de serviços urbanos de base tecnológica. Assim como o trio educação-saúde-segurança, *não são exportáveis*.

Os fatos indicam a América do Sul, bem como a África, estar fora das *cadeias globais de valor*, exceto na cadeia produtiva automobilística entre Brasil e Argentina. São economias ainda muito fechadas, devido ao remanescente excesso de protecionismo, adotado a favor de muitos produtos industriais viáveis de serem substituídos por importações mais baratas.

Nenhuma economia, diante o atual quadro mundial de abertura comercial ao exterior, terá competitividade internacional se permanecer com a ambição da *autossuficiência*. Desde o início o século XIX, a Teoria das Vantagens Comparativas sugere avaliar o custo de oportunidade de importar em lugar de comprar a produção local.

Para Adam Smith, o comércio entre dois países não ocorreria caso um deles tivesse *autossuficiência econômica com vantagem absoluta* na produção dos bens comercializados mundialmente. Para David Ricardo, para o comércio externo ocorrer, bastaria haver *vantagens comparativas* ou *relativas* com a obtenção de maior

produtividade local, em certos bens e locais, onde há vocação natural.

*Autarquia* em economia visa total independência econômico-financeira. Pretende sobreviver apenas com suas próprias atividades sem precisar de nenhum apoio externo. Quem conhece alguma economia assim? Coreia do Norte? Albânia? Quem quer imitar?

A produção industrial brasileira em março de 2022 caiu -15%, comparada à de março de 2014, quando iniciou um processo recessivo. Foi provocado pela *desalavancagem financeira*, imposta pela alta de juros básicos, desde abril de 2013, quando o Banco Central se assustou com a *inflação de alimentos*.

Foi um erro técnico a grande elevação da taxa de juro por conta da *quebra de oferta*, devido à seca (em estações habitualmente chuvosas), do fim de 2012 até 2016. Era elevado o *grau de endividamento* de grandes empresas, devido ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) em andamento.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada de 2015 a 2019 caiu para a média de 75%. No início da pandemia, em abril de 2020, caiu ainda mais: para o vale de 56,5%. Após, em busca do tempo perdido, a média passou a ser 80%. Não sinaliza a plena utilização da capacidade, sem ociosidade além da planejada, justificadora da iniciativa de investimentos das empresas por conta própria ou autofinanciamento.

Envolvidas ainda no *processo de desalavancagem financeira*, a taxa de investimento (FBCF/PIB) a preços constantes de 2021 (e descontando o efeito contábil das plataformas petrolíferas) ficou no patamar de 16% de 2017 a 2020. Elevou-se para 18,2% em 2021. Neste ano, 16,5% foi a taxa de investimento privado na série com ajuste sazonal, alta de 2,9 p.p. desde 2016. A Formação Bruta do Capital Fixo da Administração Pública foi 1,93% do PIB no ano do golpe e, desde então, ficou em torno de 1,64%.

Segundo o Cláudio Frischtak, parte significativa da infraestrutura do país tem 30-40 anos e baixo nível de manutenção. Uma parcela considerável (87%) dos investimentos em infraestrutura em 2021 é apenas suficiente para *repor a depreciação* do estoque de capital. Em contraposição ao *estoque atual* de 37% do PIB, o *estoque*

*alvo* a partir dos investimentos necessários para modernizar em 20 anos cada setor de infraestrutura – transportes, energia, telecomunicações e saneamento – é de 60% do PIB.

Os investimentos em infraestrutura foram em torno de 2,45% do PIB nos anos de 2010 a 2014. Caíram para o patamar de 1,70% do PIB com a volta da Velha Matriz Neoliberal.

Em 2010, a participação do setor público neles atingiu 57%. Desde o fim do governo Lula, entrou em queda. Em 2022, 1/3 dos investimentos são públicos e 2/3 privados.

O setor privado passou a ser o responsável pela maior parte dos gastos em investimentos. As diferenças significativas entre setores são explicadas pela privatização e/ou desestatização, não só em Telecomunicações e Energia Elétrica, como também em Ferrovias, Portos e Aeroportos.

É necessária a participação privada ser regulada, fiscalizada ou complementada pelos elevados retornos em bem-estar social dos investimentos em infraestrutura. Justifica-se um contínuo envolvimento – direto ou indireto – do Estado, por exemplo, em Mobilidade Urbana ou Saneamento Básico em áreas rurais.

De acordo com as médias anuais de valores investidos em infraestrutura por mandato de governos, desde 2003, publicados pelo Luís Nassif (GGN, 26/08/22), o Lula II (2007-10) alcançou R\$ 171 bilhões e a Dilma I (2011-14) R\$ 180 bilhões. O atual desgoverno, em nome do Estado mínimo, caiu para menos da metade (R\$ 78 bilhões ou 45%) da média anual do período 2007-2014: R\$ 175 bilhões.

Interessante destacar os investimentos em Óleo e Gás foram, em todos os governos, em torno de 80% do total, embora esse valor principalmente originado da Petrobras tenha sido (em preços de 2022) R\$ 132 bilhões no governo Lula II e apenas R\$ 63 bilhões no atual desgoverno. As demais participações médias, relativamente estáveis, foram: Transporte 7%, Mobilidade Urbana 5%, Eletricidade 5%, Saneamento 3%.

De 2009 a 2014, quando houve a *atuação anticíclica* do BNDES, adiando uma Grande Depressão na economia brasileira para 2015-16,

com a mais baixa taxa de desemprego na história recente, a soma dos seus desembolsos (em preços constantes) atingiu R\$ 1.127 bilhões, ou seja, uma média anual de R\$ 187,8 bilhões. Basicamente, cobriu os valores médios anuais dos investimentos em infraestrutura: os já citados R\$ 175 bilhões.

No afã dos golpistas, demonizaram tudo referente ao governo Dilma, “jogando fora o bebê junto com a água do banho”! Dos recursos financeiros repassados pelo Tesouro Nacional – R\$ 440 bilhões de 2008 a 2014 em valores correntes – R\$ 630 bilhões foram recebidos: principal e juros (R\$ 141 bilhões) e liquidações antecipadas (R\$ 489 bilhões).

Justificava-se, então, a captação via títulos de dívida pública para repassar como *funding* dos empréstimos do BNDES, um banco de 2ª. linha: sem rede de agências captadoras e dependente, principalmente, de “dinheiro público”. Em 2018, eram 40% do Tesouro Nacional e 36% do FAT. Em 30/06/22, alterou-se para, respectivamente, 15% e 51%.

*O desmanche do BNDES se iniciou no governo temeroso.* A TLP, composta pela variação do IPCA e por uma taxa de juros real prefixada mensalmente, de acordo com o equivalente ao rendimento real das NTN-B+5, substituiu o subsídio concedido na TJLP.

Os golpistas se preocuparam apenas com as Finanças Públicas. Pouco se importaram com a avaliação se a taxa de juros em longo prazo seria compatível com a capacidade de pagamento dos tomadores. O rendimento de investimento em longo prazo na infraestrutura propiciaria uma taxa de retorno alavancada sem o subsídio inicial?

Por tudo isso, os desembolsos do BNDES despencaram do pico em 2013 (R\$ 190 bilhões) para o piso anual entre 55 e 65 bilhões de reais no atual desgoverno (2019-2022). E o neoliberalismo ainda comemora como sua equivocada tese tivesse sido comprovada: o recuo do BNDES implicaria a expansão do mercado de capitais.

Ora, trata-se de uma *correlação espúria*, pois não existe nenhuma relação causa-efeito entre os dois fenômenos. Foi por causa de uma terceira variável – *a baixa da taxa de juro pelo Banco Central* – a fuga de recursos da renda fixa para a variável. Tanto isso é

verdadeiro por ter se revertido com a alta da taxa de juro básica desde março de 2021.

O número de operações de lançamento de *debêntures* cresceu de irrisórias 174 operações em 2016 para meras 481 em 2021: ainda muito poucas empresas lançam títulos de dívida direta. Em valor, cresceu de R\$ 64 bilhões para R\$ 250 bilhões.

Cerca de 35% das destinações dos recursos captados com essa dívida corporativa foram de 2016 a 2019 para *refinanciamento do passivo*. Depois, 40% a cada ano se dirige para *capital de giro*. Investimento em infraestrutura ficou próximo de 10% do uso em 2016 e 2017, e em torno da média de 18,6% entre 2018 e 2022.

No *crédito ampliado*, segundo a estatística publicada pelo Banco Central do Brasil, títulos privados em todos os anos do atual desgoverno representaram apenas 5% do total. Portanto, é um *mito neoliberal* a economia brasileira ter transitado, estrutural e não conjunturalmente, de uma *Economia de Endividamento* (Público e Bancário) para se tornar uma *Economia de Mercado de Capitais*!

## Capítulo 4. Rede de Ódio

### Colapso da Democracia no Brasil

Luís Felipe Miguel publicou o livro *O Colapso da Democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016* (1ª. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Expressão Popular) em 2019. Avalia os anos petistas (2003-2015) terem testemunhado dois fenômenos paralelos:

- 1) o PSDB entendeu seu caminho ser a liderança da direita; e
- 2) a direita entendeu haver espaço para radicalizar seu discurso.

Mas Miguel (2019: 96) alerta: “o uso de *direita*, no singular, precisa ser relativizado. O que há é a confluência de grupos diversos, todos conservadores ou reacionários, com divergências doutrinárias, cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum”.

*A extrema-direita* inclui três vertentes principais:

- 1) o *libertarianismo*,
- 2) o *fundamentalismo religioso* e
- 3) a reciclagem do antigo *anticomunismo*.

A ideologia *libertariana*, descendente da chamada Escola de Economia Austríaca prega o menor Estado possível. Para seus adeptos, qualquer situação nascida de mecanismos de mercado é justa por definição, porque a desigualdade é *natural* – e não *social* – para todos os direitistas. É rotulada de *ultraliberal*, mas o *libertarianismo*:

- 1) começa e termina no dogma dos contratos “livremente” (ou “voluntariamente”) estabelecidos,
- 2) reduz todos os direitos ao direito de propriedade e
- 3) tem ojeriza por qualquer laço de solidariedade social.

A semântica central das organizações libertarianas é a palavrinha-mágica para multiuso: “liberdade”. Afirmam haver uma oposição imanente entre *liberdade* e *igualdade*, sendo esta uma ameaça àquela.

Desta pressuposta oposição fazem a distinção entre *a esquerda*, defensora da igualdade, e *a direita*, defensora da liberdade. O Estado, agente caracterizado pela capacidade de impor coercitivamente suas decisões, é visto como oposto a O Mercado, onde as trocas seriam voluntárias e, consequência, “livres”.

Dado o privilégio à “liberdade econômica”, os libertarianos fazem separação entre Política e Economia, pois aquela seria intervencionismo na liberdade do mercado. *Estado, esquerda, coerção e igualdade* comporiam o “lado mau”, enquanto *liberdade, mercado e direita* estariam do “lado bom”, de acordo com essa análise maniqueísta.

Daí, segundo Miguel (2019: 97), “todos os grandes ícones *ultraliberais* revelaram simpatia pelo *autoritarismo*, desde Ludwig von Mises, para quem o fascismo “salvou a civilização europeia” [embora tenha sofrido com o antissemitismo dos nazistas], até Milton Friedman e Friedrich Hayek, com explícito apoio à ditadura de Augusto Pinochet no Chile (1974-1990)”.

Portanto, para seus discípulos, “liberdade” se resume ao *livre-mercado*. Para ele funcionar bem, “muitas liberdades – como a liberdade dos trabalhadores se organizarem em defesa de seus interesses – devem ser eliminadas. Muitos desses grandes entusiastas da liberdade defendem sem rodeios medidas como o banimento dos sindicatos” (Miguel, 2019: 98).

A dominação do debate público pela doutrina ultraliberal se deu junto aos meios de comunicação de massa, transformados em tribunas dos principais porta-vozes da direita. Boicotaram os “heterodoxos” e transformaram em falsas “celebridades” economistas e politicólogos medíocres, donos do colunismo político, econômico e cultural.

Todo o espaço nos seminários organizados pelos *think tanks* ultraliberais é também ocupado pela “quinta-coluna”. Eles traem o

método científico ao não colocarem suas falsas hipóteses em debate aberto com os críticos.

Caso fossem coerentes e/ou consistentes, os neoliberais tupiniquins atuariam como seguidores do *libertarianismo* original com a convicção de *a autonomia individual* ser sempre respeitada. Nesse caso, levaria a posições avançadas em questões como liberação da maconha medicinal, direitos reprodutivos e liberdade sexual.

No entanto, como seus principais aliados são cristãos fundamentalistas, seu discurso oportunista costuma “dar um jeitinho à brasileira”. Defendem a família tradicional em troca da pregação da retirada do Estado das tarefas de proteção social.

Afinal, “o Estado é o inimigo comum, seja por regular as relações econômicas, seja por reduzir a autoridade patriarcal ao determinar a proteção aos direitos dos outros integrantes do núcleo familiar. Aliança similar ocorre no Brasil, onde o *ultraliberalismo* faz frente unida com o *conservadorismo cristão*” (Miguel, 2019: 101).

Daí, contraditoriamente, “os *think tanks* ultraliberais não se eximem de defender *bandeiras conservadoras*, como a proibição do aborto ou o projeto Escola Sem Partido. Um de seus objetivos centrais é proibir a discussão sobre igualdade de gênero e liberdade sexual nas instituições de ensino” (idem; ibidem).

Para a implantação de seu programa econômico ultraliberal, vale tudo, inclusive se aliar aos religiosos fundamentalistas.

A segunda vertente da extrema-direita é esse *fundamentalismo religioso*. Tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos 1990, sobretudo com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores como congressistas por diversos partidos, tornando a “bancada evangélica” superior a qualquer um.

Essa expressão ignora diferenças entre *as denominações protestantes*, além de invisibilizar *o setor minoritário, mas não inexistente, de evangélicos com visão mais progressista*. Sobretudo, deixa de lado a presença do setor mais conservador da Igreja Católica no Congresso, não por meio de sacerdotes, mas de leigos engajados.

“O *fundamentalismo* se define pela percepção de haver *uma verdade revelada*, anulando qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, às compreensões inclusivas da entidade familiar e às políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, em ação conjunta fortalecedora de todos” (Miguel, 2019: 103).

Envolvidos em fraude fiscal e lavagem de dinheiro (“vivo”), o *fundamentalismo* utiliza-se do *fanatismo* sob o critério de oportunismo de seus líderes. Ele contribui para os pastores manterem o rebanho disciplinado, imunizando-o diante de discursos contraditórios.

Fornece também aos pastores cobradores de dízimos um capital importante, tanto financeiro, quanto político. Negociam com candidatos sua base popular, puxada por cabresto para o curral eleitoral.

O controle de emissoras de rádio (Jovem Pan entre outras) e televisão (Record, SBT e outras direitistas) completa o domínio de corações e mentes em busca de ascensão social por qual meio possível. “Os líderes religiosos desempenham o *papel de novos coronéis da política brasileira*” (Miguel, 2019: 103).

Um exemplo desse jogo político é a Igreja Universal, antes de 2003, apontar Lula como “um emissário de Satanás”. No entanto, passou a apoiá-lo quando foi recompensada com espaços no governo, até mesmo ministérios, e incentivos para o crescimento de sua emissora de televisão, a Record.

Outras seitas religiosas permaneceram em defesa da “agenda moral” conservadora. Isto para a direita reconquistar a base social perdida por causa das políticas de combate à miséria associadas ao PT.

“O apoio destes grupos religiosos era negociado com a exigência de o Poder Executivo refrear iniciativas para a extensão de direitos, sobretudo das mulheres e da população LGBT. Quando o governo Dilma começou a ruir [após sua reeleição por pouca

diferença percentual de votos], eles não tiveram dificuldade para mudar de lado e engrossar as fileiras do golpe” (Miguel, 2019: 104).

*A terceira vertente da direita radical recicla o anticomunismo, ultrapassado com o fim da URSS e, em consequência, da Guerra Fria. De maneira oportunista, para rebanhar os órfãos da ditadura e tortura, ganhou nova roupagem.*

A ameaça mistificadora passou a ser o “bolivarianismo” venezuelano e o Foro de São Paulo, conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centro-esquerda e de esquerda. Na narrativa anticomunista, ambos eram apresentados como provas de uma conspiração internacional para dominar o subcontinente.

“A despeito do centrismo crescente de seu discurso e de suas práticas moderadas, quando esteve no governo, o Partido dos Trabalhadores veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo do Brasil, gerando uma notável sobreposição entre *anticomunismo* e *antipetismo*” (idem; *ibidem*).

As três correntes de extrema-direita não são estanques. Muitos oportunistas se utilizam das ideias das três.

O caso mais notável foi exatamente o do medíocre deputado notabilizado pela defesa da ditadura e dos torturadores e pelo anticomunismo caricato desde sua primeira eleição em 1988. Quando “ocupou o vácuo” e se apresentou como o candidato da extrema-direita às eleições presidenciais de 2018, a partir do golpismo desencadeado pela não aceitação da derrota eleitoral em 2014 pelo candidato do PSDB, o oportunista – assim como se apresenta como torcedor de times adversários – se alinhou de maneira deliberada ao *fundamentalismo cristão*, continuando se dizendo católico, apesar de ter sido batizado em Israel por um pastor evangélico, e distribuiu os familiares de seu clã por diversas denominações protestantes. Ao mesmo tempo, incorporou ao discurso a defesa do Estado mínimo.

“Em resumo: a ação conjunta contra um inimigo comum levou a direita a um programa *sui generis*, segundo o qual o Estado deve se abster de interferir nas relações econômicas e de prover serviços, mas regular fortemente a vida privada em defesa da família tradicional, contra a homossexualidade e contra os direitos das mulheres” (Miguel, 2019: 105).

A fusão do *anticomunismo* com o *reacionarismo* moral passa por uma leitura fantasiosa da obra de Antônio Gramsci, feita por Olavo de Carvalho, sob a denominação de “globalismo marxista cultural”. Para esse ex-comunista estalinista, a luta política se reduzia à disputa por corações e mentes. De acordo com sua Teoria Conspiratória, seria uma estratégia com o objetivo de solapar os consensos sociais sem a coerção da violência, por meio da manipulação das mentes ou “lavagem cerebral”.

Essas três vertentes da extrema-direita, apresentadas por Luís Felipe Miguel (2019), contribuíram para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos democráticos, assentados desde o fim da ditadura militar. O discurso político antes publicamente aceitável defendia a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social.

A partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil se dava através do *discurso dos direitos*, amplamente hegemônico. A mobilização da extrema-direita rompeu esse consenso social – e busca hoje alterar a Constituição ao feitio do general chileno Pinochet, isto é, com a *incorporação do neoliberalismo como cláusula pétrea!*

A extrema-direita espalhou os seguintes lugares-comuns ou “sete mentiras para idiotas”:

- 1) a defesa aberta do desrespeito aos resultados eleitorais quando eles contrariarem o Datapovo, isto é, as manifestações visíveis de sua base eleitoral;
- 2) os direitos humanos “protegerem bandidos” enquanto “bandido bom é bandido morto” sem julgamento, senão do policial;
- 3) os programas sociais estimularem a preguiça e desincentivarem o esforço próprio;
- 4) a desigualdade social, de acordo com a meritocracia, ser uma retribuição justa às “diferenças naturais” entre os indivíduos;
- 5) a percepção atomista ou individualista da sociedade não desprezar a solidariedade ou o altruísmo;

- 6) os direitos da cidadania serem privilégios inaceitáveis por interferirem na livre competição entre as pessoas;
- 7) o único direito ser o estritamente *individual*, usado *contra a mobilização coletiva*, por exemplo, o direito de quem quer ter aula contra quem ocupa a escola, o direito do motorista contra a manifestação de rua, o direito do usuário contra os servidores públicos em greve.

Uma parte importante da pregação das igrejas cristãs neopentecostais abandonou a ideia da *caridade* ou da *frugalidade* em favor da Teologia da Prosperidade. A submissão cega a essa fé passou a ser vista como um investimento a ser retribuído por Deus sob forma de vantagens materiais.

O declínio da atividade sindical foi acompanhado pelo espalhamento do *discurso do "empreendedorismo"* em contraponto à solidariedade de classe. Todos os trabalhadores seriam potenciais capitalistas para ter acesso ao consumo de luxo.

O *discurso renovado da meritocracia* é contra o receio de perder a diferença em relação aos mais pobres com a possibilidade de ascensão de quem está abaixo deles na pirâmide social. A preocupação não é melhorar sua condição, mas evitar a dos outros melhorar.

"A *democratização do acesso ao ensino superior*, promovida pelos governos do PT por meio da expansão da rede de universidades federais, da implantação de cotas sociais e raciais para o ingresso nelas e ainda por ampliação do crédito e de bolsas para estudantes de faculdades privadas, também impactou negativamente a classe média. Uma das vantagens comparativas imaginada ser legada para seus filhos – o 'diploma' – corria o risco de deixar de ser tão exclusiva" (Miguel, 2019: 111).

A *busca da distinção social* é um componente central da dinâmica das sociedades contemporâneas. Como mostrado em capítulo anterior, o *acesso ao consumo* é uma das principais formas pelas quais essa distinção se manifesta.

A pressuposta "corrupção petista", devido aos casos individuais de alguns funcionários da Petrobras, nomeados pelo PP, investigados,

confessados e punidos, relaciona-se ao *preconceito de classe*. Trabalhadores ascendentes seriam, por definição da direita, *corruptos*.

A vantagem eleitoral do Partido dos Trabalhadores (em especial de Lula), vinda das regiões mais pobres do país como no Nordeste, seria sintoma de um eleitorado desinformado e carente de ética. Estaria disposto a votar em "ladrões", caso lhe oferecessem ganhos como os programas de garantia de renda – no caso de empresários, vantagens fiscais.

Esta "xenofobia antinordestina" é forte entre nativistas do Sul e do Centro-Oeste, aliados ao agronegócio retrógrado – não às multinacionais exportadoras de *commodities*. Além da Guerra Cultural e Religiosa, a extrema-direita promove uma Guerra Regionalista!

Os escândalos promovidos pela Operação Lava Jato foram caracterizados por *seletividade e maniqueísmo*. Marcaram a mentalidade da classe média inculta, acrítica à cobertura jornalística viesada para estigmatizar o partido de origem trabalhista, o maior existente com ideologia de esquerda, embora reformista ou socialdemocrata.

Inicialmente, os grandes articuladores e operadores do golpe de 2016 não planejavam colocar o desprezível capitão reformado na Presidência. Imaginavam a mobilização agressiva da extrema-direita como instrumental para manter acuada a esquerda e permanecer no poder a velha elite conservadora.

No entanto, o *discurso de demonização da política* acabou por atingir também os partidos da direita tradicional. Propiciou a emergência do *neofascismo tupiniquim*.

O "centrão" apoia o capitão, reconhecido por seu despreparo e truculência, suspeito de ligações com o crime organizado, inimigo confesso da democracia e dos direitos humanos, com *um discurso com nítidos traços fascistas*. É cúmplice a ser punido por eleitores lúcidos.

Infelizmente, o noticiário enviesado fomentou uma *visão maniqueísta*, ainda perdurante na fala eleitoreira do candidato da extrema-direita. Revela o grau de irracionalidade do debate político

alimentado por teorias conspiratórias, forjadas em redes sociais profissionalizadas para esse propósito manipulador.

O contraste é visível entre:

- a profunda investigação sem nenhuma descoberta de um pretenso patrimônio imobiliário oculto do ex-presidente Lula e
- a comprovada (em cartórios) aquisição de 107 imóveis pelo clã do atual presidente, sendo 51 deles pagos em dinheiro vivo.

A *família* destinou, ao longo de 30 anos, R\$ 25,6 milhões para essas aquisições imobiliárias. Foram usadas para *lavagem de dinheiro sujo*, obtido em fraude com “assessores-fantasmas”.

### Fascismo à Brasileira

*Fascismo* é um regime autoritário criado na Itália durante a I Guerra Mundial. Passou a designar todo movimento político totalitário atuante contra as liberdades individuais em nome do bem da Nação.

Aqui e agora, o *fascismo à brasileira* virou uma rede de apoio ao enriquecimento da *família* por meio de seus assessores-fantasmas. Esta família, representante dos interesses corporativistas dos militares e policiais, é *um clã composto por eleitos (e reeleitos) em nome do anticomunismo*.

As principais características do *fascismo* são:

- 1) exploração do sentimento de nacionalismo e da proteção territorial do país para conservar privilégios militares em nome da defesa da segurança nacional;
- 2) centralização do poder nas mãos de um líder;
- 3) utilização do militarismo e de preceitos religiosos como formas de controle e manipulação da população;
- 4) perseguição e uso de violência contra opositores do regime;
- 5) censura e controle dos meios de comunicação;
- 6) desvalorização da cultura e ciência e até censura à arte.

A palavra *fascismo* deriva do italiano *fascio*, significado de “feixe”, símbolo de uma “aliança” ou *rede de apoio*. O termo *fascista* designa cada apoiador do fascismo ao possuir um posicionamento político autoritário e anti-democrático.

Os fascistas são declaradamente a favor da restrição de liberdades e da extirpação de sua oposição. O termo é apropriado mesmo para quem não assuma uma ligação com a ideologia fascista, mas seja apoiador de uma ou mais características citadas do fascismo.

Desde seu início, há um século, com a fundação do movimento político fascista na Itália por Benito Mussolini, designa uma doutrina política com *tendências autoritárias, anticomunistas e antiparlamentares*. Lá era composto por unidades de combate (*fasci di combattimento*), aqui está forjando o *armamentismo paramilitar* para isso.

O *fascismo* é diferenciado das *ditaduras militares*, embora os fascistas brasileiros defendam a intervenção militar para a ditadura ser implantada novamente pela força das armas de seus adeptos. Seu poder aqui ainda não está fundamentado em organizações de massas, embora tenha uma autoridade central, *quase um Duce* [líder].

Sua massa-de-manobra é composta na grande maioria por pessoas incultas, provenientes da pequena burguesia (“empreendedores informais”), rural e urbana. Elas se sentem ameaçadas pela perda de distinção social, devido à mobilidade social dos mais pobres, e pelo “sindicalismo comunista” organizador de um partido de origem trabalhista.

Quando o fascismo se estabelece no poder, oportunisticamente, aceita a presença de um imaginado *grande capital* – representado aqui-e-agora pelo *neoliberalismo fascistóide* do “Posto Ipiranga” (um ignorante apoiador de outro), adorador da ditadura chilena. O fascismo se oferece aos empresários como fosse disciplinador, impedindo os trabalhadores se defenderem via sindicatos e partidos políticos.

Antônio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares foram os organizadores do livro intitulado *Cultura Política no Brasil Atual* (São

Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021). Entre outros ensaios, Márcia Tiburi escreveu sobre *A Ascensão Fascista no Brasil* (pp. 95-108).

Vou aqui resumir suas principais ideias. Os aspectos ideológicos envolvidos nessa ascensão precisam ser analisados.

O primeiro aspecto, analisado por Tiburi (2021), se refere justamente ao *conceito de fascismo aplicável ao caso* em vigor chamado de maneira geral de “bolsonarismo”.

O segundo aspecto refere-se à capitalização do grotesco, do ridículo e do machismo em uma atuação performática envolvendo violência simbólica e decorativa.

Por fim, Márcia Tiburi se debruça sobre a questão da desinformação elevada à paradigma no contexto dos jogos de *psicopoder* dominante da mentalidade de muitos brasileiros no tempo de sua fascistização.

Essas considerações sobre *o fascismo à brasileira* com seu neoliberalismo talvez nos ajudem a lançar luz nas trevas vivenciadas nesse momento histórico do Brasil. Para Tiburi, seu cerne é *o ódio contra o diferente*. Atinge psicossocialmente pessoas e grupos.

“Fascista é o projeto de destruição do Brasil dentro do escopo do neoliberalismo” (Tiburi, 2021: 98).

Nesse sentido, *o fascismo à brasileira* diferencia-se do *fascismo à italiana* porque este incluía elementos de nacionalismo, corporativismo, sindicalismo corporativista, expansionismo além-fronteiras e progresso social. O comum entre ambos é *o anticomunismo*, opondo-se às ideias de luta de classes e do materialismo histórico, combinado com a censura de adversários e a maciça propaganda do governo e culto à personalidade do líder, *lá tão medíocre como o de cá*, mas admirado pelos seguidores brutamontes e incultos.

“O líder do clã miliciano-evangélico é o legítimo representante da política ‘vodu’, aquela figura ‘louca’ capaz de tudo. Ele é, ao mesmo tempo, *manipulado* [tanto pelo ‘centrão’ quanto pela extrema-direita] para um encantamento hipnótico da nação brasileira” (Tiburi, 2021: 99).

Márcia Tiburi prossegue em sua pertinente denúncia. “A desmontagem do Estado democrático e o cancelamento de direitos fundamentais se desenvolvem sem limites nas mãos de ministros da Economia e do Meio Ambiente (Paulo Guedes e Ricardo Salles), responsáveis pelas privatizações e por destruir as leis de proteção ambiental, dando ao Brasil o caráter de país colonizado do qual a mão de obra barata e os recursos naturais podem ser extraídos e vilipendiados como na época da colonização” (idem; *ibidem*).

Além da responsabilização criminosa do indivíduo líder do clã, cabe apontar a cumplicidade das “oligarquias brasileiras racistas, misóginas, ultraconservadoras, militares e ditatoriais. Criaram as condições para a ascensão de Bolsonaro. *Essas oligarquias constituem o bolsonarismo*”.

Para Tiburi (id.; *ibid.*), “o *fascismo* avança não apenas como uma fachada ou uma ideologia a acobertar o *neoliberalismo*, mas ele mesmo se tornou uma verdadeira indústria e um mercado”.

Este “turbofascismo” é uma sacada interessante. “Configura-se uma indústria e um mercado onde redes sociais, tais como o WhatsApp, são usadas pela extrema-direita para disseminar mentiras, campanhas de difamação e *fake News*. Os próprios elementos com aparência de ser puramente ideológicos, como o ódio à esquerda, são transformados em mercadoria”.

Muita gente, destacadamente, o pioneiro clã aproveitador da indústria do anticomunismo, *ganha dinheiro com essa narrativa ilusória*. Por exemplo, no dia 23 de agosto de 2022, uma operação da Polícia Federal (PF) teve como alvo um grupo de empresários atuante em defesa de um golpe de Estado no Brasil caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vença as eleições em outubro.

Entre eles estavam os donos do grupo Coco Bambu, da construtora W3, da Multiplan, do Barra World Shopping, das lojas Havan, do grupo Sierra, das lojas Mormaii e da Tecnisa. No humor à brasileira, a melhor piada é entrar no restaurante Coco Bambu e perguntar pelo PF do dia...

Infelizmente, esse humor à brasileira da direita chega a achar graça em se assumir como uma cópia tupiniquim do Ku Klux Klan (KKK) norte-americano, aqui apresentado como *cuscus do clã*. Não se

importa de se identificar como *racista*, defensora à americana da “supremacia branca”.

“O *mercado do ódio* vende misoginia, racismo, xenofobia, capacitismo, anti-intelectualismo, culto à ditadura militar e defesa de seu retorno, subserviência aos EUA, culto à falta de direitos e as mais diversas formas de preconceito” (Tiburi, 2021: 99).

Para Márcia Tiburi, a tecnologia digital da internet modificou o chamado de *fascismo*. O da primeira metade do século XX ainda não contava sequer com TV.

A crítica da oposição ao primeiro ato governamental do capitão reformado em *liberar as armas no Brasil*, envolvendo a autorização generalizada da guerra e da matança de pessoas por meio da polícia, ainda foi insuficiente para sua revogação. Mesmos os evangélicos pobres sofrerão assassinatos por isso: *armas em mãos de fascistas*.

A violência, seja verbal, seja imagética ou física, por parte do governo neofascista, tem uma *função ostentatória*. A ameaça sentida é projetada na forma de um medo imposto ao outro pela liberdade concedida à eliminação do diferente. Agora, na campanha eleitoral, testemunha-se isso: *colocar adesivos petistas em automóveis ou usar camisetas lulistas passou a ser um risco de vida!*

Cenas dessa estético-política da brutalidade são decisivas na capitalização eleitora de políticos assemelhados de extrema-direita. Em seus discursos, eles investem em palavrões e cenas agressivas para representar personagens ameaçadores com ira e raiva.

Apresentam-se como um “macho histórico” a gritar com uma arma na mão, capaz de lhe assegurar o poder de atacar a qualquer momento, renovando a ameaça contra quem pensa diferente. Esta é a estética do “miliciano”, do *macho portador de armas*, segundo Tiburi (2021: 102).

*Não foi falta de aviso*. Os atos de condecoração de policiais militares e milicianos também fizeram parte dessa estética da violência espetacular, utilizada pelo clã para se reeleger com votos dos “inocentes-úteis” (sic) da corporação militar-miliciano carioca.

Nesse cenário, a extrema-direita vem usando também a sexualidade como uma arma de guerra. Desde a homofobia até a misoginia é praticada pelos neofascistas brasileiros.

Escondem com isso a pedofilia e o estupro, recorrentemente, praticados por seus pares desumanos. Tudo revoltante é falsamente atribuído ao adversário político em uma inversão motivada por *auto repressão sexual* e conseqüente *destruição da verdade*.

“*Psicopoder* é o conjunto dos modos pelos quais se implanta a mentira para ela assumir o lugar da verdade. (...) Populações inteiras são levadas a seguir a ideologia autoritária por meio de *processos de psicopoder*, envolvendo não só os meios de comunicação tradicionais e redes sociais, mas também *as igrejas do mercado* (as igrejas evangélicas neopentecostais). Disseminam ideias preconceituosas e discurso de ódio, mas também de violência religiosa, até mesmo contra a igreja católica, mas sobretudo contra religiões de matriz africana” (Tiburi, 2019: 106).

No Brasil, *pastores neopentecostais* das chamadas “igrejas do mercado” enriquecem-se com *técnicas de psicopoder*, aproveitando-se das fragilidades emocionais e materiais da população mais pobre. Hoje a política brasileira está de tal modo ligada à religião a ponto de não se espantar com a profusão de pastores eleitos para o Congresso Nacional pelo “Partido dos Evangélicos”, federação partidária representativa da grande bancada de *pastores-políticos*.

“*Neoliberalismo* e *neonazifascismo* se reúnem no projeto levado à Presidência por milicianos (uma máfia brasileira cada vez mais poderosa), pelas oligarquias, pela burguesia e pela classe média baixa”, afirma Tiburi (2019: 107).

“O *supremacismo branco estadunidense*, derivado da Ku Klux Klan, tem representantes em todo o mundo. Aqui vem crescendo também, apesar dos membros latino-americanos não serem reconhecidos por supremacistas caucasianos como ‘brancos’. Os fascistas ‘pardos’ [ou ‘negros de direita’] brasileiros se autocompreendem como ‘brancos’ e atacam, de modo racista, os negros” (idem; ibidem). No Brasil paralelo, a imprensa de extrema-direita se aproveita dessa ignorância – e tem lucrado muito.

“Passamos *de um fascismo analógico a um nazifascismo digital*” (id.; ibid.). A internet é um mercado no qual as pessoas são tratadas e possuídas como eram os escravos de outrora, pois suas decisões são manipuladas e vendidas como mercadorias.

Elas “se acham” dominantes, mas suas mentes são dominadas ao se tornarem agentes do ódio e do caos apenas por compensação emocional. Nas redes sociais cada cidadão se retroalimenta de seus pares, com pensamentos auto confirmatórios em “câmaras de eco”, onde “curtições” satisfazem o *narcisismo*.

“Estamos diante do *funcionamento tecnoespectral da guerra política* com os objetivos do *psicopoder*, o de promover a aniquilação da subjetividade e colocar a todos na posição de *robôs fascistizados*, capazes de consumir ódio” (Tiburi, 2019: 108).

Conclui Márcia Tiburi (id.; ibid.): “*não haverá superação de qualquer tipo de fascismo se não desmontarmos as estratégias de psicopoder*. Elas se valem da desinformação e de sua difusão em *processos de dessubjetivação em massa*. Em termos simples, significa ‘lavagem cerebral’, não realizada com procedimentos de tortura, mas apenas com os ‘torturantes’ produtos da Indústria Cultural e as falas enlouquecedoras e entorpecentes dos líderes fascistas” (grifos meus).

## Guerra Cultural

João Cezar de Castro Rocha, professor da UERJ, é um intelectual militante por uma causa pública: o *desvendamento da emergência do neofascismo no Brasil*. Publicou, em 2021, o livro *Guerra Cultural e Retórica do Ódio: Crônicas de Um Brasil Pós-Político*.

Nesta breve resenha de seu livro, tentarei descrever suas ideias-chave em palavras simples para os *leitores-eleitores* ainda indecisos tomarem suas decisões de maneira esclarecida. Como todo defensor da democracia, respeitador da *alternância de poder via eleitoral*, prescrita pela Constituição brasileira, ele reconhece: “a agenda da campanha bolsonarista, conservadora e até mesmo reacionária nos costumes, neoliberal na condução da economia e de

orientação política de direita — ou até mesmo de extrema-direita — foi aprovada pelos eleitores do presidente”.

O eleito por atentado usou todo seu mandato presidencial para alcançar a meta da reeleição e manter a imunidade sua e de sua família, acusada de maneira documentada por uso de dinheiro frio de origem obscura para *enriquecimento imobiliário*. Expôs sua ausência de programa de união nacional sem ter nenhum tipo de (auto)censura e ditou sua retórica belicosa sequer com cuidados diplomáticos. É desqualificado para o cargo!

“O mandato presidencial não autoriza a destruição metódica das instituições associadas à Educação, à Ciência, aos Direitos Humanos, à proteção do Meio Ambiente, à Pesquisa e à Cidadania”, denuncia Rocha (2021). Ele busca convencer o leitor da grave ameaça representada pelo bolsonarismo à democracia em seu sentido mais primário, isto é, *o direito à diferença*.

Ao contrário do pregador de “extirpação da petralhada/esquerdalha”, não vê no outro um inimigo a ser hostilizado e, no limite, eliminado ou assassinado. Mas reconhece ser *um outro eu*, com quem é preciso ter empatia para dialogar.

O paradoxo da *guerra cultural bolsonarista* é, sem o contínuo destempero do “líder do comportamento de manada”, não conseguir manter as massas digitais em mobilização permanente. Visa as operar como uma máquina eleitoral ou uma justificativa de apoio popular à eventual *aventura golpista*, caso seja apoiado pelas Forças Armadas.

Com a onipresente *guerra cultural*, porém, não é possível cuidar da administração pública de uma realidade complexa como a brasileira. A crise mundial de saúde, provocada pela Covid-19, levou ao genocídio de quase 700 mil pessoas como reflexo do inevitável colapso da gestão ministerial da Saúde Pública, produzido por uma mentalidade conspiratória à frente de um país com as dimensões continentais (e desiguais) do Brasil sem uma política nacional de vacinação.

A busca constante de inimigos desfavorece alcançar uma *conciliação* capaz de gerar uma *coesão nacional* como pretende o Lula através de seu amplo arco de alianças políticas. O atual presidente da

República demonstrou não compreender a dimensão de seus encargos. No enfrentamento de uma crise mundial de saúde, comportou-se como um animador de auditório omissivo, cujas declarações viviam à caça de inimigos para abater.

Esta é a tese defendida por Rocha (2021): “a guerra cultural é a origem e a forma do bolsonarismo, mas, por isso mesmo, é a razão do fracasso rotundo do atual governo”.

O Gabinete do Ódio domina técnicas de manipulação digital com ênfase para o disparo massivo de mensagens por meio de aplicativos e através do recurso aos robôs. O teleguiado evangelismo neopentecostal brasileiro, assim como a onda reacionária bolsonarista, encontrou estímulo no modelo oferecido pela vitória eleitoral de Trump.

Se cá for como lá, ao fim e ao cabo, ocorrerá o acontecido com o guru da extrema-direita armamentista, Steve Bannon, um dos estrategistas do ex-presidente Donald Trump: *será indiciado*. Entre as acusações estão *fraude, lavagem de dinheiro e conspiração*.

Na realidade, vivenciamos aqui um “contexto intrinsecamente associado ao resgate ressentido e revanchista da ditadura militar; resgate decisivo na formação da mentalidade da família Bolsonaro”. Parido durante a Guerra Fria, doutrinado em Escola Militar, durante a ditadura, o oportunismo político bolsonarista resgatou essa visão de mundo reacionária, militarista e armamentista, já pensada como falecida junto com o anacrônico anticomunismo, como *um meio para o enriquecimento pessoal e familiar*.

A *infantilização* define o comportamento voluntarista das massas digitais através da distopia política de ação direta das redes sociais. Assustadas por uma máquina incessante de notícias falsas (“fatos com versões alternativas”), as massas digitais sacrificam continuamente *bodes expiatórios*, inclusive ex-aliados oportunistas.

A *guerra cultural* bolsonarista se utiliza da técnica discursiva conhecida como *a retórica do ódio*, ensinada pela vulgaridade grosseira (imaginada popular) de Olavo de Carvalho. Conduziu o país ao caos da violência armada, à paralisia da administração pública e ao déficit cognitivo definidor do analfabetismo ideológico.

O bolsonarismo vive pela negação da realidade factual e despreza a Ciência. É incapaz de articular um programa de governo com um mínimo de coerência e continuidade. O desgoverno não tem rumo, esboça ações e muitas vezes volta atrás, oscila de acordo com o ruído das redes sociais e não apresenta um plano concreto e abrangente para lidar com os desafios da retomada do desenvolvimento.

Só pensa em retomar a ditadura militar. Anuncia, após sua reeleição, enquadrará os demais Poderes Republicanos sob suas “quatro linhas”: uma nova Constituição, onde a extrema-direita militarizada institucionalizaria um definitivo “pinochetismo neoliberal”.

Pretende obter votos por meio da conquista de “corações e mentes” dos submissos à cultura conservadora. Paradoxalmente, copia o pressuposto modelo hegemônico esquerdista do “gramscianismo cultural”, mas demoniza Paulo Freire por seu método de ensino ser revelador da realidade.

O sistema de crenças simplórias dos bolsonaristas louva o Velho Testamento, ataca o comunismo, denuncia a doutrinação nas escolas, alveja o feminismo, anuncia o caos pela legalização da maconha medicinal, critica o “coitadismo” antagônico ao empreendedorismo, defende a força policial, nega o conflito de classes e o racismo.

A extrema-direita chegou ao Poder Executivo através da *despolitização da ação política* e sua *mercantilização familiar*. Usou e abusou da tecnologia produtora contínua de informações falsas com sua *midiosfera* se tornando o lugar exclusivo de acesso às informações por parte de seus seguidores, imersos em uma *câmara de eco*. São avessos a quaisquer informações fora dessa *bolha*, classificadas a priori como *fake News*.

Na verdade, a *despolitização* (ou mais precisamente o receio de tomar partido) precede o bolsonarismo, pois está introjetado na *cultura colonizada*, ainda presente no Brasil. É um dos povos menos politizados do mundo e mais subalterno ao *mandonismo* ou *caciquismo*. Não questiona as decisões de políticas públicas por políticos ou tecnocratas.

Entretanto, essa *cultura da subalternização* está sendo nesta eleição questionada por um comportamento social de não aceitação

comiserada de uma condição social inferiorizada. Entre eleitores abaixo de 2 salários-mínimos (50% da amostra do Datafolha de 09/09/22), Lula tem 54% contra 26% do inominável. Na faixa dos eleitores com renda de 2 a 5 mínimos (36% da amostra), a vantagem do neofascista sobre Lula caiu de 13 para 3 pontos, ou seja, apresenta um empate técnico: 41% para o atual presidente e 37% para o antecessor.

Na reta final da eleição, a direita pretende obter votos dos eleitores indecisos e oscilantes entre esquerda e direita. Entretanto, o entusiasmo na rede social da direita está em seu ponto mais baixo, inclusive pela fragrante falsidade da declaração de “incorrupível e imbroxável”, dada *a impotência do guru em impor a intervenção militar*.

Em contrapartida, são necessários agora contínuos contatos presenciais dos simpatizantes do Lula e do Partido dos Trabalhadores (27% do eleitorado) para convencimento dos eleitores indecisos. A política de alianças de centro-esquerda não devem excluir contatos com pessoas fora desse círculo ideológico.

Tal como na eleição do Obama, nos Estados Unidos, vamos nos organizar como voluntários militantes “de porta em porta”, para mostrarmos as mentiras divulgadas em rede social. Será um trabalho de base contra fanáticos direitistas, usando bom humor.

Sob o medo da violência armada dos bolsonaristas, está faltando a participação ativa de pessoas em corpo-a-corpo na campanha eleitoral. Temos de ser sutis e espertos tal como fomos na insubordinação social à ditadura militar em defesa da democracia.

Necessitamos criar diálogo respeitoso com eleitores dos outros rivais, inclusive em rede social, para os convencer e alcançarmos dois pontos percentuais de cada qual. Com mais quatro pontos percentuais aumentará muito a chance de vitória já no 1º turno.

É uma autoflagelação a participação em redes com a extrema-direita, mas a ação política basista e espontânea será capaz de impor derrotas ao adversário nas redes sociais. Para tanto, devemos conhecer *a cultura dos evangélicos pobres* para restabelecer diálogo com eles. Não se trata de *reconstruir*, mas sim de *começar a construir* uma Nação perenemente democrática.



## Capítulo 5. Combate ao Crime Político Organizado

### Ladrão: Roubo de Dinheiro dos Funcionários Fantasmas

*Ato falho* é um equívoco na fala através do qual é expresso o *desejo inconsciente de vir a ser*. Nenhum gesto, pensamento ou palavra acontece acidentalmente. É sim revelador, diferentemente do erro comum, resultado da ignorância ou conveniência.

Por exemplo, quando grita “imbrochável”, o sujeito expressa algo incômodo ou problemático em si – e não em outros, indiferentes a isso em um evento público comemorativo de 200 anos de Independência. Da mesma forma, quando apela para o bordão “digo palavrão, mas não sou ladrão”, demonstra apenas a falsidade dessa autoimagem, quando os fatos demonstram o inverso do sentimento reprimido em sua mente, até para sua autoestima não ser vilipendiada.

Para todos os leitores (e eleitores) do recém-lançado livro de Juliana Dal Piva – “*O Negócio do Jair: A História Proibida do Clã Bolsonaro*” (Zahar; 2022) –, a partir de uma extraordinária reportagem investigativa, fica cristalina a verdade: *é ladrão, sim!* Fraudou em nomeações de assessores-fantasmas, para seus gabinetes e de seus filhos, e roubou seus proventos, vindos de dinheiro público, sob pressão de violento “toma-lá-dá-cá”.

Essa *indústria do crime de (maus) políticos profissionais* se sustenta sobre a extorsão conhecida como “rachadinha”. Ao nomear um assessor, o capitão expulso do exército e eleito pelo uso do discurso demagogo e anacrônico do anticomunismo, capaz ainda de angariar de votos corporativistas das extensas redes de militares-milicianos, exigia do “funcionário-fantasma”, pela necessidade de não trabalhar nem sequer comparecer ou morar na cidade onde foi locado, lhe entregar mensalmente quase todo o salário e demais benefícios, inclusive eventual devolução de imposto de renda.

Com isso, o vereador, o deputado estadual, o deputado federal e o senador, todos do clã nomearam assessores sob a condição de não prestar nenhum serviço e receber como “gorjeta” só 10% do pagamento, doando todo o restante sob forma de “dinheiro vivo” não

rastreável para quem o nomeou. São conhecidos como “funcionários-fantasmas”.

Essas extorsões foram suas ocupações, herdadas por seus filhos. Outra inversão é designar os populares como *vagabundos*, expressão usada por milicianos praticantes de *extorsão*: o ato de obrigar alguém a pagar determinada quantia, por meio de ameaça ou violência, com a intenção de obter dinheiro alheio. Essa prática comum em comunidades pobres cariocas foi transposta para gabinetes legislativos, sob aparente consentimento dos parentes ou apadrinhados, nomeados com vista a enriquecer exclusivamente o clã dinástico, composto desses “políticos profissionais”.

Desavergonhadamente, exploram o nicho de mercado assumidamente de *extrema-direita*. Estava desocupado, após o fim da ditadura, dada a vergonha de outros políticos.

Pior, a partir das passeatas de 2013, a direita envergonhada “saiu do armário”, onde tinha se escondido desde 1985. O político assumidamente defensor da ditadura e tortura foi “empreendedor” por ter sido capaz de mobilizar dinheiro vivo, usado para pagar 51 imóveis dentro dos 107 possuídos por sua “grande família” (acima da pátria e de Deus), administrar riscos judiciais, monitorar os “assessores-fantasmas”, fazer bons negócios com valores subnotificados à Receita Federal, enfim, redirecionar os recursos de velhos para novos canais, isto é, dos contribuintes para seus bolsos.

Quando esses casos de “inovação disruptiva” (sic) voltarem a ser investigados, em caso da esperada não reeleição do líder centralizador do clã, essas práticas ilegais certamente serão denunciadas por três tipos de crime. Primeiro, *peculato*: mau uso do dinheiro público. Depois, *lavagem de dinheiro*: quem recebe verba desviada — em geral em espécie — a usa para comprar imóveis, carros, pagar contas, ocultando sua origem ilegal. Mas como essa prática existe de modo organizado há anos e possui um claro comando central, então, está configurado também o *crime conhecido por formação de quadrilha*.

Os quatro membros da *família* atuavam em conjunto, o gabinete de um eleito era a continuidade do outro. Todos usavam os fiéis parentes, inclusive das ex-esposas. Eles operavam como um *clã*, e o líder, idealizador de tudo, deu os primeiros passos na criação

desse *negócio político-econômico* trinta anos antes de ser eleito para o cargo máximo da República.

Com todos os fatos investigados e revelados no imperdível livro de Juliana Dal Piva, ao (e)leitor só resta uma dúvida: por qual razão tal gente é eleita e reeleita?! Por conta da extensa corporação militar (no qual incorpora todos os doutrinados sob o Serviço Militar obrigatório) e seus parentes? Por causa da pressão dos milicianos em comunidades pobres sob sua guarda violenta e extorsiva?

Após a ditadura, instalada pelos militares de 1964 a 1984, embora eles tenham saído da administração pública como autoritários, o capitão reformado entrou na vida de eleição democrática para explorar o filão financeiro do anacrônico *anticomunismo*. O fim da URSS – e junto a Guerra Fria – tinha deixado órfãos todos os paridos durante sua vigência, quando foram doutrinados em Escolas Militares para considerar a esquerda como inimiga.

Desconhecem serem de esquerda apenas pessoas lutadoras pela eliminação das desigualdades sociais. Ao contrário, as pessoas de direita insistem na convicção de as desigualdades serem naturais e, enquanto tal, insuperáveis.

Quem busca o altruísmo, capaz de unir os seres humanos em uma coletividade com boa convivência, está à esquerda. Quem acredita na essência humana ser, essencialmente, egoísta e imutável encontra-se à direita.

Típico nos bolsonaristas, dada a ausência de capacidade intelectual para enfrentar um bom debate público, sem apelar à violência verbal (ou armada), é o uso e abuso da *falácia genética*. Na falta de respostas às questões objetivas, agridem quem os questiona com um apelo emocional negativo à pressuposta origem do questionador. Perguntam sempre, em vez de responderem: – “Você é cumunista (sic)?!”

Um bolsonarista supõe haver culpa por associação de ideias contrárias à *ideologia individualista*, apresentada como digna de um crente na defesa (do enriquecimento) da família e da pátria (armada). Busca desacreditar qualquer ideia contrária, simploriamente, ao associá-la a algum indivíduo (Lula) ou grupo

("esquerdalha"), malvisto em suas redes sociais. Recusa o debate democrático e ameaça a esperada alternância de poder.

Usa também o argumento *ad hominem* (ao homem), isto é, a desqualificação do interlocutor por ter a priori um juízo negativo de suas intenções. Ataca a pessoa, em vez da opinião dela, com a intenção de desviar a discussão e desacreditar o questionador. Daí as contínuas agressões verbais, em especial, às jornalistas.

Um argumento factual não é respondido, não por seu mérito, mas somente por causa da origem da pessoa capaz de o expor. Contra os fatos, expõem falsas versões.

Um presidente da República, caso siga a liturgia do cargo, não deve manter o estilo de permanente enfrentamento, agredindo adversários políticos como inimigos a serem extirpados. Este é o *estilo da caserna*, isto é, desenvolvido dentro de quartéis.

No entanto, o atual só tem essa *má educação*. Daí se envolve em episódios capazes de lhe render mídia perante seu eleitorado cativo, de modo a manter a base aguerrida, disparando um rol de bravatas inconsequentes.

Ele deu seus primeiros passos na política eleitoreira logo depois de a caserna deixar o poder, depois de mais de duas décadas de ditadura. Encontrou esse caminho com certo apoio de militares antes com postos influentes no governo ditatorial.

Até hoje, para sua segurança, mantém a proximidade com esses ex-integrantes do regime militar, nomeando-os para cargos bem-remunerados. O vice-presidente do capitão reformado é sempre um general, uma quebra da hierarquia oportunista na vida civil.

Há consenso entre os democratas a respeito de o protagonismo político indevido dos militares, ao retornarem à vida pública, inclusive levando a política para os quartéis com diversas candidaturas. Causa danos para a democracia e afeta a confiança nas Forças Armadas. Com a falta de apoio popular, afeta a própria capacidade de defesa nacional.

O Brasil real é um país socialmente muito desigual e violento, em especial contra a população mais pobre sem plenos direitos da

cidadania. Os militares não podem usar seu poder das armas fora de suas funções constitucionais! Menos ainda paramilitares...

As Forças Armadas servem, exclusivamente, para garantir a defesa da nação contra ameaças militares externas – não para desviar suas funções contra imaginários “inimigos internos”. Desmitificada sua eficiência em enfrentar as complexidades das políticas públicas – como em Educação e Saúde – para a sociedade civil, a dedução racional é elas não terem função em administração pública em um Brasil democrático.

As Forças Armadas não podem aceitar o papel de acobertar o enriquecimento ilícito da *família*. Juliana Dal Piva levantou os dados dos assessores-fantasmas do clã e detalhou os valores recebidos por eles. O grupo de 102 pessoas com laços familiares entre si, obteve no período no qual esteve nomeado, em algum dos anos entre 1991 e 2018, um total de 80 milhões de reais, em valores atualizados pela inflação. Já entre os assessores-fantasmas os valores de salários recebidos alcançaram 36 milhões de reais corrigidos.

Recomendo todos os eleitores, em especial os do *falso mito*, lerem livro de Juliana Dal Piva. Superarão a incapacidade pessoal de entender algo tão absurdo, acreditando ser falso ou impossível: *contra os argumentos dos crentes, há os fatos comprovados*.

## Morte ao Dinheiro Vivo

51 imóveis pagos com “dinheiro vivo” não pode ser uma “boa ideia”! “Gente viva” não é esperta ao praticar fraude e sonegação em jogo de vale-tudo para o alpinismo social.

Juliana Dal Piva, no livro “*O Negócio do Jair: A História Proibida do Clã Bolsonaro*” (Zahar; 2022), lembra: o filho 01, ao se candidatar a deputado estadual em 2002, estava no segundo ano de Direito da Universidade Candido Mendes. Seu único emprego fora de funcionário-fantasma na Câmara dos Deputados: ele lhe rendera ao longo daquele ano um total de R\$ 56.548,63. Na lista de bens, um Gol 1.0 turbo, ano 2001, no valor de 25,5 mil reais. Morava com a mãe, em apartamento na Vila Isabel, quitado com *dinheiro vivo*.

De 2001 para 2020, a vida de todos no clã passou por uma enorme transformação. Depois de quatro mandatos na Alerj, assim como seus irmãos foram eleitos para ser vereador e deputado, o 01 conquistou uma cadeira no Senado pelo Rio de Janeiro e sua lista de bens também era outra, incluindo carros, imóveis, algumas aplicações, além de 50% de uma franquía da loja de chocolates Copenhagen, suspeita de ser para lavagem de dinheiro.

Registrava um total de mais de 4 milhões de reais até o início de 2020. Mas, em 23 de novembro de 2020, adquiriu uma luxuosa mansão de 1,1 mil metros quadrados de área construída com valor total de 5,7 milhões de reais no Lago Sul, em Brasília.

Foi investigado e acusado pelo MP-RJ de liderar uma organização criminosa e desviar 6,1 milhões de reais da ALERJ. Desde 1988, não seria permitido nomear parentes para cargos comissionados, devido à *necessidade de impessoalidade no serviço público*, como consta da Constituição de 1988, artigo 37. Sem trabalhar ficavam com 10% do recebido.

No entanto, segundo Juliana Dal Piva, o grupo de 102 pessoas fidelizadas ao clã obteve no período no qual esteve nomeado, em algum dos anos entre 1991 e 2018, uma riqueza de 80 milhões de reais, em valores atualizados pela inflação. Já entre os assessores-fantasmas os valores de salários recebidos alcançaram 36 milhões de reais corrigidos.

Por causa do intervencionismo do chefe do clã, em nomeação para o Poder Judiciário, e da servidão voluntária de alguns simpatizantes ideológicos no STJ, por ora, "as *rachadinhas* terminaram em (pedaços de) pizza". Nesse caso, para haver justiça, o próximo *juízo eleitoral* da opinião pública deve substituir o *juízo judiciário*.

Como combater a *formação de quadrilha* para cometimento dos crimes de *peculato* (mau uso do dinheiro público) e *lavagem de dinheiro* (uso da verba desviada em espécie para comprar imóveis, carros, pagar contas pessoais), ocultando sua origem ilegal? Com a morte do dinheiro vivo!

O fim do *papel-moeda*, substituído pelo *dinheiro digital rastreável*, é a solução já encaminhada em países vanguardistas

como a China e a Suécia contra o “dinheiro sujo” do crime organizado. O Yuan digital, ou *eCNY*, é uma moeda virtual usada em um aplicativo como *carteira digital* a substituir o papel-moeda circulante na China.

Ao contrário de criptomoedas como Bitcoin, ela não é privada nem descentralizada, para servir ao crime, pois o controle de sua emissão é feito pelo Banco do Povo da China. O Yuan digital garante *anonimidade* para algumas informações das transações, mas permite a Polícia e a Justiça ter mais visibilidade sobre praticantes de atividades ilegais.

Na Suécia, em fevereiro de 2020, o Riksbank iniciou os testes da primeira moeda digital de um Banco Central no mundo. A *e-krona* não é uma criptomoeda, mas é sim a chamada CBDC (*Central Bank Digital Currency*). Representará a moeda fiduciária tradicional, emitida e supervisionada pelo gestor do risco soberano da moeda nacional de um país, em formato digital.

Diferentemente do PIX – uma ordem de transferência de depósitos à vista –, o CBDC será estritamente substituto do *papel-moeda*. Resta ver como a política monetária administrará a convivência entre ambos: seu “vazamento” controlará o maior potencial do multiplicador endógeno em um sistema monetário-bancário todo digitalizado?

Quem busca “fazer a América” resiste ao seu país se tornar uma sociedade sem dinheiro em espécie, a chamada *cashless Society*, em nome da *privacidade*. Na verdade, o sonegador defende a *liberdade de negócios escusos*. Seu caráter imoral, oculto ou suspeito é revestido com a bandeira ideológica em defesa do livre-mercado.

É similar à confusão oportunista da *liberdade de expressão* com o suposto direito de atacar as instituições democráticas e enquadrar os demais Poderes da República. O líder do clã alveja o Tribunal da Justiça Eleitoral ao já justificar sua prevista derrota.

*Quem não deve, não teme*. Nova *riqueza financeira*, capaz de multiplicar a economia de escala com crédito, no futuro ocupará o lugar de *riqueza imobiliária* especulativa sem geração de empregos. Haverá consequência não só sobre o mercado financeiro, mas

também sobre o mercado imobiliário ao diminuir a lavagem do dinheiro sujo.

### Toma-lá-dá-cá para Enriquecimento Familiar

O muito disputado salário bruto dos deputados federais é o recebimento de R\$ 33.763. Mas, além desse montante, o cargo ainda tem diversas regalias, como a CEAP (Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar), fixada em um valor mínimo de R\$ 30.788,66 e máximo de R\$ 45.612,53, e destinada a gastos com passagens aéreas, telefonia, serviços postais, locação de imóvel, combustível, entre outros.

O valor mensal da verba de gabinete de um deputado federal é R\$ 111.675,59. A verba é destinada ao pagamento de salários dos Secretários Parlamentares (SP).

Como não precisam ser servidores públicos e são escolhidos diretamente pelo deputado, a fraude conhecida como “rachadinha” usa o CPF de parentes ou seguidores fiéis como uma rede de apoio para o enriquecimento familiar. Cada deputado pode contratar de 5 a 25 secretários parlamentares para prestar serviços de secretaria, assistência e assessoramento, em Brasília ou nos estados.

A carga horária de trabalho seria de 40 horas semanais, mas como a frequência é atestada mensalmente pelo próprio deputado ou por servidor por ele designado, o desonesto fraudava. Por exemplo, moradores em Resende ou Juiz de Fora sem nunca frequentar Brasília ou Rio de Janeiro foram nomeados assessores pelo clã miliciano.

A remuneração dos SP vai de R\$ 1.025,12 a R\$ 15.698,32. No caso da ilicitude, o dono do CPF “emprestado” fica com 10% e transfere 90% de tudo recebido, inclusive férias e 13º salário, ao líder da *família*. Como coação, contou com apoio de um miliciano assassino para receber os 90% em dinheiro vivo.

Em sua casa, os visitantes viam “caixas com papel-moeda” e/ou cofre. Além, claro, muitas armas para os intimidar, fora os vizinhos acusados de matar a Marielle.

Como foi possível o líder do clã, duas ex-mulheres e seus parentes, além dos três filhos, eleitos com plataforma anticomunista,

para ampliar uma prática similar, comprarem 51 casas, apartamentos, salas comerciais e lotes, no valor corrigido de R\$ 18,9 milhões, com *dinheiro vivo*? Este é um subconjunto do total de 107 imóveis da família estendida.

Faça a conta, grosso modo: retirado 10% de R\$ 111.675,59 mensais, em um ano seria extorquido no mínimo R\$ 1,2 milhão. Se foi deputado federal em sete mandatos, de 1991 a 2018, nos valores atuais extrapolados seriam R\$ 33,6 milhões!

Isto sem contar o mandato de vereador no Rio de Janeiro (1989-1991). Os gabinetes dos vereadores cariocas contam com 18 cargos comissionados e 2 funções gratificadas. Não existe mais verba de gabinete para os vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Para analogia, na Câmara Municipal de Belo Horizonte cada um dos 41 gabinetes parlamentares pode dispor do limite de até R\$ 76.984,48 /mês.

Para tanto, o “nobre deputado” foi filiado a partidos como PDC, PPR, PPB, PP, PSC, PSL para ser candidato a presidente e PL na atual busca obcecada pela reeleição – e imunidade familiar. Afinal, PE significa Partido dos Evangélicos ou Partido do Exército? Não, o cinismo estampado em camisetas proclama: “meu partido é o Brasil!” (risos)

*Oligarquia* é um sistema político no qual o poder está concentrado em um pequeno grupo pertencente a uma mesma família ou dinastia. Os *oligarcas* pertencem a este pequeno grupo controlador de verbas em benefício de interesses próprios. A etimologia da palavra *oligarquia* significa, literalmente, “governo de poucos”.

Será possível a autocorreção sem *a pressão dos eleitores*? Infelizmente, muitos justificam sua falta de interesse em Política por razões como medo de retaliação e ceticismo quanto a movimentos sociais trazerem as consequências desejadas para si.

Na realidade, os líderes políticos locais usam seus contatos e influências para angariar votos em troca de favores pessoais em espécie de *rede de ajuda mútua* para os necessitados de estratégia de sobrevivência. Essa atividade inclui distribuir empregos públicos a colaboradores próximos e suas famílias, além de, por exemplo,

ajudar os eleitores locais a encarar situações difíceis perante o aparelho governamental ou acessarem recursos públicos, como médicos e remédios. Independem de ideologia.

Os mecanismos utilizados no processo de lavagem do dinheiro sujo envolvem três fases. A primeira é *a colocação dos recursos ilícitos no sistema econômico-financeiro*. Por exemplo, fazer pequenos depósitos de papel-moeda em contas correntes bancárias via ATMs, comprar bens, como imóveis, ouro, pedras preciosas, obras de arte, e pagar boletos e outras despesas familiares com dinheiro em espécie.

Na segunda etapa, *ocultação*, são realizadas operações com o objetivo de quebrar a cadeia de evidências sobre a origem do dinheiro, dificultando o rastreamento dos recursos ilícitos. Por exemplo, fazer muitas transferências de recursos em operações através de "contas fantasma" ou de "laranjas" (empréstimos de nome) ou até mesmo fazer transferência de recursos sonegados para paraísos fiscais, onde ficam sob sigilo.

A terceira e última etapa, *integração*, consiste na reincorporação formal dos recursos no sistema econômico, sob a forma de investimentos ou compra de ativos, com uma documentação aparentemente legal. Essa integração é feita através da realização de investimentos em negócios lícitos.

Criminosos abrem uma empresa em nome de um "laranja", em ramo onde se lida com bastante dinheiro em espécie, como bingo, restaurante ou venda de chocolates. Movimentar somas incompatíveis com a natureza do negócio pode chamar a atenção.

Pedem empréstimos bancários para usar como garantia os imóveis ou as ações obtidas com dinheiro sujo. Ao conceder o empréstimo, o banco "limpa" os recursos ilegais.

Vendedores de objetos valorizáveis não costumam questionar sobre a origem do dinheiro. Para limpar o dinheiro sujo, basta depois revender os quadros ou joias.

O criminoso pode também oferecer o dinheiro vivo em um montante muito acima do prêmio para quem vende seu bilhete sorteado em loteria. Com ele, o criminoso recebe o valor do prêmio, colocando na sua conta um dinheiro totalmente limpo e legal.

“Prá inglês ver”, tramita no Congresso Nacional uma medida legislativa destinada a limitar a utilização de dinheiro em espécie na efetivação de operações imobiliárias. Visa a prevenção de ocorrências de *lavagem de dinheiro* ou *ocultação de patrimônio*.

A proposta, inspirada em definições legislativas da mesma natureza existentes nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Portugal, Itália, Grécia e Bélgica, propõe a vedação:

- a) de uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza envolvendo montantes superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- b) do trânsito de recursos em espécie em valores superiores a R\$ 100.00,00 (cem mil reais), salvo situações específicas, e
- c) da posse de dinheiro vivo em valores superiores a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), salvo situações específicas.

Talvez seja mais radical *o fim do papel-moeda*, substituído pelo *dinheiro digital rastreável*. Esta é a solução já encaminhada em países como a China e a Suécia contra o “dinheiro sujo” do crime organizado.

A chamada CBDC (*Central Bank Digital Currency*) substituirá a moeda fiduciária tradicional, trocando-a pelo formato digital. Enquanto o PIX é uma ordem *online* de transferência de depósito à vista, o CBDC será o substituto do papel-moeda.

O rastreamento e a prisão dos corruptos são necessários, mas insuficientes. Se não atuar sobre as causas do fenômeno, novos corruptos ocuparão o vácuo.

Os instrumentos preventivos são essenciais para tentar “cortar o mal pela raiz”. São medidas de incremento da transparência, fortalecimento dos controles social e estatal (interno e externo) e vedações ou regulações estritas para certas práticas de políticos.

Cabe a redução drástica do número de cargos de livre nomeação; a exigência de processos seletivos para cargos e funções comissionadas com critérios de natureza técnica e ética; o gestor ao ordenar a realização de qualquer pagamento assegurar a publicidade do processo administrativo pertinente; a divulgação da evolução

patrimonial global dos servidores ocupantes funções sensíveis no processo de decisão da Administração Pública. Fiscalização deve manter distância das pressões políticas.

Não se trata de uma “cruzada santa”, para conversão de almas do mal, realizada por “salvadores da Pátria ou paladinos da ética”. A família Moro, por exemplo, se candidata em busca de imunidade parlamentar – e mais benesses para um maior enriquecimento.

A cultura individualista e disseminada de se levar vantagem a qualquer custo, até de forma ilícita, em vale-tudo para enriquecer, é má educação. Cabe eleger as ações coletivas (Política com P maiúsculo) para o bem comum de toda a sociedade.

Essa luta desenfreada pelo enriquecimento familiar, validada pela Teologia da Prosperidade, faz “vista grossa” para os fiéis farsantes, aproveitadores do credo em causa própria. Amplia a desigualdade social em lugar de distribuir a riqueza.

### Rever Conceitos... e Preconceitos

A tendência deflacionária, ocorrida nas três últimas décadas, com a tendência de queda da taxa de salário pelo aumento massivo da força de trabalho explorada, em escala global, possibilitou fase de baixa na taxa de inflação e, em consequência, na taxa de juro. Por isso, houve fuga da renda fixa para a renda variável (ações) ou imóveis.

Inflou bolhas especulativas até suas explosões. Para a não diluição das participações acionárias, houve financiamento de recompra de ações através de emissão de dívida corporativa (debêntures) com pagamento de juros nesses títulos de dívida direta.

Meus companheiros de esquerda, críticos como eu da ideia de as desigualdades serem naturais e insuperáveis, ficaram muito impressionados com *a concentração da riqueza financeira*. No entanto, para superar a desigualdade social, é necessário rever os (pre)conceitos contra o subsistema financeiro, integrado ao sistema capitalista e interativo com o subsistema produtivo.

Meu argumento é justamente por o capitalista ser um sistema complexo, emergente de múltiplos componentes interativos, não deve

ser tratado como resultante de setores antagônicos: *o setor financeiro versus o setor produtivo*. As chamadas “empresas não-financeiras” é uma denominação tão equivocada quanto a de “público não-bancário” para se referir a clientes participantes ativos (ou componentes) do sistema bancário.

Na realidade, “todas, todos, todes e todxs” somos participantes do sistema de pagamentos, financiamentos e gestão de dinheiro. Alerto aos companheiros para não caírem na armadilha da linguagem com a palavrinha-mágica – “financeirização” –, vindo facilmente à boca (ou ao teclado), pressuposta de ser capaz de explicar facilmente o *holos*, isto é, “o todo” em grego...

Na verdade, fazer “denúncia do capitalismo” não ajuda a *o interpretar para o transformar*. O sistema bancário é constitutivo – e não à parte – em toda a história do capitalismo. Daí é possível sim ver paralelos com períodos históricos pregressos para verificar sua dependência de trajetória: *a história importa*.

Financiamento, pagamentos e gestão de dinheiro sempre existiu no capitalismo: não estamos em uma Nova Era. A “financeirização” é uma palavrinha-mágica e fácil, mas não encerra a discussão como fosse A Verdade, encontrada de maneira definitiva.

Critico a literatura de denúncia da “financeirização” porque ela é seguidora de uma longa e preconceituosa tradição, muitas vezes antissemita, vinda da medieval postura cristã anti-usura. Parece-me seus autores terem confundido um *ciclo de desalavancagem financeira* com uma *Nova Era*, ou seja, uma mudança estrutural irreversível para a “dominância financeira”.

Apresentam as Finanças Públicas, Corporativas ou Pessoais como fossem um fenômeno inédito no capitalismo. Ora, este é emergente justamente do encontro do capital-dinheiro com a força de trabalho livre (despossuída por um escravista ou um senhor) para ser vendida – e explorada.

Eu pergunto à *la Galileu Galilei*: como, apesar dessa absolutista “financeirização” ocorrer há décadas, o sistema capitalista continua habitualmente produzindo bens e serviços?! *Eppur si muove*: a terra gira... apesar da “financeirização”.

Não será a tese de o Sol (capitalismo) girar em torno da Terra (“financeirização”) um sintoma do “terraplanismo” ou negacionismo científico contemporâneo?

De acordo com o *holismo* – a visão sistêmica –, não há razão para a “financeirização” ser colocada como um novo fator antagônico aos investimentos produtivos, tal como é a capacidade produtiva ociosa. Sistema Financeiro é sim interconectado e complementar ao Sistema Produtivo.

Ambos podem ser vistos como subsistemas ao interagirem permanentemente. Todas as decisões de suas tesourarias, seja as das empresas, seja as dos bancos, levam em conta o custo de oportunidade na gestão do dinheiro: a aplicação dos seus recursos, líquidos e disponíveis, por conta própria ou pelo compartilhamento do lucro de outro com o uso de seu dinheiro. Pode ser via recebimento de juros ou dividendos.

Teoricamente, baseio essa minha análise nos quatro determinantes de investimento produtivo, expostos por Michal Kalecki (1954):

1. quando o grau de endividamento se depara com o *princípio do risco crescente*, as grandes corporações econômico-financeiras fazem *desalavancagem financeira*;
2. quando o ritmo de vendas diminui, os estoques se acumulam, elas adiam a produção e o investimento em nova capacidade produtiva – e enquanto isso fazem reservas financeiras;
3. quando não há nenhuma inovação disruptiva, empreendedores não fazem “destruição criadora” *a la* Schumpeter;
4. quando o bônus demográfico se esgota, mais investimentos em reservas financeiras são realizados como preparação para um futuro ciclo de retomada do crescimento econômico, sustentado na produção de bens e serviços, adicionando valor na exploração da força de trabalho.

Estamos vivenciando uma *fase cíclica*. Não estamos ainda no fim do mundo... capitalista.



## Considerações Finais: Cenário Futuro

### Tendências Demográficas versus Ciclo de Financeirização

Uma *série temporal* é uma coleção de observações feitas, sequencialmente, ao longo do tempo. Seus componentes são três:

1. a *tendência* capta os componentes permanentes em mais longo prazo;
2. o *ciclo* é observado em ondas, sem regularidade constante no tempo de altas e baixas, em torno de uma linha de tendência de crescimento ou descenso;
3. a *sazonalidade* é dada por padrões regulares na série de tempo como *estações climáticas* (chuvas ou secas), anuladas se comparadas as de um ano com as de outros, porque comumente existem a cada ano.

Durante essa *tendência inercial*, poderá haver *choques*. Economista é acostumado ou treinado a pensar em sistema de preços relativos, logo, *choque* seria uma variação súbita de um preço relativamente a outros. Por exemplo, é o caso de *choque cambial*.

Podem ser *choques de demanda*, como o *choque monetário*, um afrouxamento causado por baixa da taxa de juro básica, ou *choques de oferta*. No caso de uma *quebra de oferta*, por uma estação de seca em lugar de uma esperada estação chuvosa ou por uma quebra de cadeias *produtivas* (pelo distanciamento social) e *comerciais* (pela carência súbita ou temporária de containers para transporte internacional via navegação marítima), o controle da demanda agregada por meio da política monetária é um erro crasso. Afinal, ele passará se aguardar pacientemente...

Nas últimas três décadas, uma combinação de fatores produziu o maior *choque positivo massivo de oferta de trabalho* de toda a história. O primeiro foi a ascensão da China e a integração da produção de sua massiva força de trabalho na economia comercial global, ao combinar a ideologia do planejamento socialista com uma abertura pragmática à economia de mercado. Paralelamente, houve a reincorporação do Leste Europeu ao sistema de comércio mundial, após o fim da URSS em 1991.

A globalização avançou por uma aceitação ou imposição mundial do *liberalismo econômico* (*neoliberalismo* ou *liberismo*), ou seja, tentativa e erro desastroso de desincrustação do mercado face ao controle da sociedade.

Durante as três últimas décadas, houve *abertura externa*, reduzindo as barreiras ao comércio mundial, em uma *nova divisão internacional do trabalho* com predominância das exportações de produtos industriais dos países asiáticos e de *commodities* agrícolas, minerais e energéticas (petróleo e gás) dos países com grandes territórios e/ou recursos naturais. O Ocidente rico (e as metrópoles das nações pobres como as da Índia) se especializaram em *serviços urbanos*, destacadamente os digitais via internet.

Os efeitos da demografia e da globalização, em tendências de longo prazo, sobre as finanças e a economia produtiva, geralmente, são *lentas* (não conjunturais) e operam em *nível global*. Por isso, não costumam analisadas no plano *conjuntural* e nem *nacional*.

Os fatores ou as tendências demográficas, chave para entendimento do passado recente, nas últimas três décadas, foram a entrada dos *babies boomers*, assim como das mulheres, no mercado de trabalho, e a melhora da *taxa de dependência*: o número de trabalhadores ativos crescente em relação aos dependentes das faixas da população em idade não ativa. Além deste *bônus demográfico*, aquela re-evolução pode ser vista como fruto da *pílula anticoncepcional*, ofertada a partir dos anos 60s, e consequente queda da *taxa de natalidade*, mas também da urbanização e consequente encarecimento do custo de vida impondo a necessidade de apoio feminino à renda familiar.

Com o choque de oferta positivo da oferta de trabalho, em nível mundial, houve o enfraquecimento do poder de barganha da força de trabalho com o declínio constante na filiação a sindicatos do setor privado e o fim da estabilidade no emprego em reformas trabalhistas neoliberais. A resultante queda dos salários reais fez a posição econômica do trabalho não qualificado e/ou semiquualificado sofrer em relação ao capital, aos lucros e à remuneração do trabalho gerencial e do qualificado em boas Universidades.

Por um lado, aumentou *a desigualdade entre rendas*. Por outro, provocou *fortes forças deflacionárias* nas três últimas décadas.

Também por conta da globalização e da produção massiva com grande economia de escala, centralizada na Ásia, os preços dos bens manufaturados duráveis tenderam a cair regularmente. A inflação de serviços teve ascensão e queda de acordo com o ciclo econômico.

Com esse impacto deflacionário mundial e local, a inflação permaneceu abaixo das metas dos Bancos Centrais: 2% nos países avançados e pouco mais nos atrasados. Observou-se as políticas monetárias expansionistas, com a compra massiva de títulos de dívida pública e a baixa da taxa de juros de referência, na economia global, terem sido um “afrouxamento monetário” sem provocar inflação! E tampouco impulsionou a recuperação ou a retomada do crescimento econômico sustentado em longo prazo!

Na realidade, a queda das taxas de juros nominais, após o “deflacionamento”, levou ao *aumento dos preços dos ativos* – e não os dos bens e serviços. Depois da interrupção na Grande Crise Financeira, em 2008 e 2009, os preços das ações e dos imóveis voltaram a crescer em Economia de Mercado de Capitais como a norte-americana.

A tendência de queda da taxa de juro provocou essa inflação de ativos e a conseqüente *concentração de riqueza* em mãos de quem esperava o impacto dessa fuga de renda fixa para renda variável. Os ganhadores foram aqueles com capital, tanto incorporado em carteira de ativos, quanto humano, nos países avançados, além dos trabalhadores na China e no Leste Europeu.

Pior foi o aumento do populismo político e do nacionalismo da extrema-direita. Isto apesar de ter provocado a crise do liberalismo econômico da centro-direita até no Brasil.

Muitos ex-operários industriais do Ocidente deixaram de ver a probabilidade de melhoria no bem-estar econômico seus e de seus descendentes nas próximas décadas. Nos Estados Unidos e na Europa, passaram a votar na direita xenófoba ao culpar a globalização e a concorrência externa, devido à terceirização da produção manufatureira, à concorrência de imigrantes, ocupantes de empregos não qualificados, e ao fracasso da elite em responder às suas preocupações em vez de resgatar bancos.

No entanto, as tendências demográficas em longo prazo estão se alterando. Nas próximas três décadas, o declínio constante nas taxas de natalidade provocará o declínio absoluto da força de trabalho nas principais economias do norte da Ásia, como Japão e China, e da Europa continental.

A maior longevidade e a menor taxa de mortalidade levarão a um rápido aumento no número de aposentados acima de 65 anos. A demência de um em cada três dos idosos acima de 85 anos não reduzirá a expectativa de vida, mas incapacitará aqueles sofrendo dela e exigirá grande uso de recursos financeiros, privados e públicos, para cuidar deles.

A partir dos 30 anos até a sua própria aposentadoria, cuidar de seus filhos será seguido da necessidade de ajudar a cuidar de seus pais: todos esses dependentes, sejam filhos ou pais idosos, exigirão *tempo e dinheiro*. Essa mudança no ciclo de vida até mesmo com casamento tardio, para redução dos gastos com dependentes, reduzirá a “taxa de poupança” com menores investimentos financeiros das Pessoas Físicas.

Isso lançará uma pressão social sobre o setor público para fornecer padrões aceitáveis de vida e cuidados de saúde aos idosos. Exigirá *carga fiscal e/ou previdenciária* maior.

Com a queda da oferta de mão de obra, dada a demanda, o poder de barganha dos trabalhadores aumentará. Então, os salários reais e a parcela relativa da renda do trabalho na renda total tenderão a subir novamente.

Isso será *inflacionário*, porque os Custos Unitários do Trabalho [CUT] aumentarão, assim como a carga tributária (previdenciária) sobre os trabalhadores ativos. Logo, eles aumentarão mais suas demandas salariais para garantir o salário real desejado após essa tributação, isto é, *líquido*. Contra a retomada da inflação, a taxa de juro básica subirá.

O setor corporativo investirá em robôs e economia digital, de forma a aumentar a relação capital-trabalho, com o propósito de aumentar a produtividade do menor número de trabalhadores disponível para a exploração. Porém, os investimentos das grandes corporações multinacionais exigem *grande volume em reservas para*

o *autofinanciamento* da depreciação do capital obsoleto e da expansão em escala global.

Enquanto se aguarda essa acumulação ser suficiente, devido ao custo de oportunidade, há “desvio” (sic) de fundos para investimentos financeiros. Este é o fator decisivo para a redução dos investimentos relacionados à atividade produtiva – e não somente o efeito da superacumulação anterior em capacidade produtiva ociosa, planejada ou não.

A história desses últimos 40 anos pode ter uma leitura diferente da literatura crítica à “financeirização” se tomamos como ponto de partida a superacumulação de capital produtivo ocorrida antes. Para sua reposição é necessária maior acumulação financeira.

### Ciclo de Financeirização ou de Desalavancagem Financeira?

Também na Ciência Econômica temos de nos colocar *contra o negacionismo científico*. Seu método – observação, questionamento, hipótese, experimentação, análise dos resultados dos testes e conclusão – tem de ser praticado inclusive contra o dito até por companheiros de esquerda, no caso, autores e/ou adeptos da literatura da chamada “financeirização”.

Os cientistas seguem o *método científico* ao tentarem se aproximar da verdade (transitória ou configurada) e, para tanto, partindo da observação empírica. Uma convincente *narrativa lógico-causal* pode contar uma estória convincente à primeira vista, porém falsa perante outros conceitos teóricos ou alongamento histórico da visão.

Por exemplo, o fenômeno da “financeirização” não descreveria apenas um *ciclo transitório* ou uma *configuração periódica* a ser logo superado(a), quando passar essa *fase de desalavancagem financeira*, onde “a política monetária empurra corda”? A taxa de juro ficou baixa, face a uma inflação sob controle em todos os países avançados, apesar do longo “afrouxamento monetário” e... nada de recuperação ou retomada do crescimento econômico sustentado em longo prazo!

Aí, quando a economia ultrapassar a *fase de normalização*, haverá nova alavancagem financeira, bolha, auge, depressão até outra *fase de desalavancagem financeira*. Em Finanças, *alavancagem* designa a elevação da rentabilidade patrimonial sobre o capital próprio através de endividamento. Resulta em maior economia de escala (e lucro) com a participação de capital de terceiros na estrutura do capital da empresa.

Basta o lucro operacional ser superior aos juros (e demais despesas financeiras) para ser mais rentável, por exemplo, uma aposta em uma tendência firme de alta do preço de um ativo, uma forma de manutenção de riqueza como ações, imóveis ou qualquer outro. Essa prática é comum, na evolução capitalista, desde quando surgiu a “pedra fundamental” do sistema bancário em Gênova, através do *Banco di San Giorgio*, em 1406, só tendo ele encerrado suas atividades, 400 anos depois, em 1805.

Na mesma época do Pré-Renascimento, para evitar confisco, durante as guerras entre Cidades-Estados, os cidadãos ricos optaram por emprestar “soldo” – ou “sólido”, uma antiga moeda de ouro do Império Romano, criada por Constantino em 309 – para pagar “soldados” mercenários. Afinal, o governo era dominado por eles mesmos e receberam garantia de receber juros pelo endividamento público em lugar de arrecadação fiscal.

Desde então, para compensação dos cidadãos ricos, além do pagamento de *juros* forneceu-se *liquidez*. Tais títulos de dívida pública poderiam ser vendidos, em um mercado secundário, caso o rentista necessitasse de dinheiro de imediato.

Então, a Economia de Endividamento (público e privado ou bancário) surgiu com esse lastro de risco soberano, para a riqueza financeira, e permanece assim até hoje. Já os primórdios de uma Economia de Mercado de Capitais ocorreram quando a compra e venda de moedas, letras de câmbio e metais preciosos deixou de ser realizado ao ar livre, nas ruas e calçadas, e passou a ser realizado em uma propriedade da família de nobres belgas, os *Van der Burse*, cujo brasão de armas eram três bolsas. Como as residências em Bruges não tinham números, ficou conhecida como a Casa das Bolsas.

Criada em 1531, a Bolsa da Antuérpia, na Bélgica, é considerada a primeira bolsa oficial, baseada na negociação de

empréstimos. Porém, as primeiras ações negociadas em uma bolsa de valores foram as da Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1602, na Bolsa de Amsterdã. Representavam associações para compartilhar riscos e lucros.

Essa *revolução financeira*, 200 anos antes da *revolução industrial*, ocorreu com o uso de dinheiro de outras pessoas em benefício próprio: conseguir associados, manter gestão e participação acionária com divisão de lucros ou prejuízos. A *abertura de capital* é um IPO (Oferta Inicial Pública) de parte minoritária com cotação atribuída por acionistas.

Desde o início da evolução deste sistema capitalista, o “segredo do negócio” é tomar dinheiro emprestado para *fusões ou aquisições de concorrentes*. Essa concentração de capital provoca a elevação do valor de mercado das ações e o enriquecimento pessoal dos sócios-fundadores.

Na *capitalização*, via lançamento de ações, o controlador faz divisão dos lucros esperados ou prejuízos inesperados sem o risco de ser devedor. Por sua vez, na *tomada de empréstimos*, para aumentar a escala do negócio e a rentabilidade patrimonial do capital próprio com o uso de capital de terceiros, o devedor assume o risco de o lucro operacional esperado não se confirmar, e o novo faturamento ficar abaixo dos juros dos empréstimos. Quando isso ocorre, de maneira generalizada, entra-se em *fase de desalavancagem financeira*.

Os autores e os leitores adeptos da literatura de “financeirização” confundem essa *fase* com uma *etapa* de mudança estrutural do capitalismo, quase uma *Nova Era*. Pior, denunciam-na como fosse um *artificialismo* face ao adorado capitalismo industrial gerador de melhores empregos, embora explorador da força de trabalho, para obtenção de maior produtividade, seja via mais-valia relativa (hoje economia digital), seja via mais-valia absoluta (hoje extraída pela extensão das jornadas de trabalho em *home-office*).

De acordo com as Teorias do Bloqueio dos Investimentos Produtivos, em razão da crescente atividade financeira das empresas não financeiras, os lucros não seriam reinvestidos por conta de os monopólios criarem excesso de capacidade produtiva. Os lucros seriam então canalizados para a capitalização financeira e

provocariam aumento das cotações dos ativos financeiros, causando *bolhas especulativas*.

Com o neoliberalismo, segundo essa inventiva, mas irrealista narrativa, a *barreira sindical e/ou salarial* à rentabilidade do capital teria sido substituída pela *barreira do subconsumo*. A deficiência de demanda teria sido compensada pelo *capital fictício*, criado pelos demonizados bancos sobre o malévolo endividamento das famílias.

O aumento da *taxa de exploração da força de trabalho* teria levado a uma recuperação da *taxa de lucro*, mas sem um correlato aumento da *taxa de investimento* (ou *acumulação* no jargão marxista) no processo produtivo. Ante a falta de oportunidades rentáveis desse investimento produtivo, os lucros teriam passado a ser distribuídos como dividendos, uma medida do *grau de financeirização*.

Essa “dominância financeira” (outra palavrinha-mágica na moda) teria ocorrido pelo *interesse dos gerentes* no crescimento da empresa em longo prazo ter sido superado pelo *interesse dos acionistas* na maior distribuição de dividendos em curto prazo. A diminuição da demanda, devido ao aumento da concorrência globalizada e à redução da parcela salarial e subconsumo, se somou à pressão por pagamentos de dividendos.

A gestão das empresas não financeiras se adaptou a essa pressão pela via do alinhamento do *interesse dos gerentes*, em aumento do *Stock Options* (Opção de Compra de Ações do negócio para seus executivos as adquirir por um valor pré-determinado após certo período), ao *interesse dos investidores acionistas*. A *hegemonia financeira* teria levado ao aumento dos pagamentos de juros e dividendos e, apesar da recuperação da taxa de lucro na atividade produtiva, sua retenção em reservas diminuiu, causando uma queda no crescimento econômico de empregos e renda.

Pior, uma proporção considerável dos lucros seria canalizada para a *recompra de ações* e uma proporção menor para os *investimentos produtivos*. Daí houve um processo de substituição de capitalização acionária pelo financiamento através de debêntures corporativas.

A emissão desses títulos de dívida direta das empresas não-financeiras serviu para financiar a recompra de ações, em *mudança na estrutura de capital*, isto é, substituição de capital acionário por dívida corporativa. Seria uma evidência de “financeirização”?

O financiamento da *recompra de ações* através de emissão de dívida corporativa, evidentemente, dá lugar ao aumento do pagamento de juros em debêntures. Essa *recompra de ações* reduz a quantidade em circulação e ajuda a elevar o lucro por ação, sendo uma alternativa aos dividendos para “devolver capital” aos acionistas.

O autofinanciamento das empresas não-financeiras, para fazer investimentos, poderia implicar em uma acentuada redução da taxa de distribuição de dividendos. Nesse caso, uma nova emissão de ações com possibilidade de *subscrição*, para evitar a diluição das participações acionárias, seria menos prejudicial aos interesses de seus acionistas.

Qual dos dois fenômenos ocorreu primeiro? Aumento dos investimentos financeiros ou queda dos investimentos produtivos?

Nesse (falso) “dilema entre o ovo e a galinha”, para autores da literatura da “financeirização”, o aumento da atividade financeira precede e causa a redução na acumulação produtiva. Para os críticos dessa literatura, não há nenhum motivo forte para essa reorientação de atividade, exceto a temporária paralisia do processo de acumulação de capital, porque a lucratividade financeira é empiricamente menor face à lucratividade produtiva – e, quando não for, desencadeia a *fase de desalavancagem financeira* com corte de todos os gastos, inclusive com investimentos, até a diminuição do grau de endividamento.

Como diz o bordão de um locutor esportivo, comentando a má fase de um clube ou de um jogador, “que fase!”. Mas, console-se, é passageira. A vida, inclusive a financeira, é difícil, os autores dessa literatura devem aprender a lidar com isso...

### Desglobalização, Inflação e Desfinanceirização (sic)

O noticiário do jornalismo econômico está anunciando *uma transição para novo contexto internacional*. A Organização Mundial do

Comércio (OMC) aponta para uma estagnação no crescimento das exportações e importações nos próximos meses.

Ela mostra tendência de queda nas exportações de produtos automotivos e componentes eletrônicos e no frete aéreo. No primeiro semestre de 2022, o comércio internacional cresceu apenas 1,4% em volume.

A menor demanda global já diminuiu a pressão sobre a capacidade dos navios e reduziu os custos de embarques de mercadorias antes com problema de carência de containers. As taxas nas rotas para a China tiveram queda de 40% em um ano.

Ela, considerada a maior nação comerciante do mundo, medição por meio do fluxo comercial de exportações e importações em relação ao PIB, voltou a ter uma imposição de novo de *lockdown* em grandes áreas de produção e exportação, como Shenzhen, Dalian e Guangzhou. Visa combater à nova onda de covid-19, surgida nesse polo de indústria tecnológica no sul do país.

As restrições em Chengdu poderão deprimir ainda mais as operações das fábricas dos fabricantes globais, incluindo a Apple, Foxconn Technology Group, Toyota Motor Corp. e Volkswagen AG. Os fabricantes do sudoeste da China, dependentes fortemente da energia hidrelétrica, já tiveram de reduzir a produção por causa de uma recente onda de calor e seca. O número de contêineres em portos da China diminuiu.

Na Ásia, a desaceleração das vendas externas deve se estender até o próximo ano. Dependerá do nível de recessão na Europa e da trajetória dos preços do petróleo.

Na Coreia do Sul, houve contração nas encomendas de exportação de semicondutores e siderúrgicos, mas as vendas de automóveis e petroquímicos continuaram positivas em nível mais baixo. Em Taiwan, caíram as encomendas de produtos eletrônicos.

Quanto ao volume das exportações de países da América Latina, ainda se obteve alta de 4,6% no primeiro trimestre e de 0,6% no segundo. Seguem a tendência de crescimento do comércio de *commodities* agrícolas.

Para a OMC, a persistência da guerra na Ucrânia, as pressões inflacionárias e a esperada elevação de juros em economias desenvolvidas afetarão as trocas globais. Mas a reversão não ocorrerá apenas na globalização comercial, pois os fluxos internacionais de capital também serão atingidos.

Bancos Centrais usam como único instrumento de combate à inflação a tentativa do controle da demanda agregada via alta da taxa de juro (e custo de oportunidade em decisões econômico-financeiras), mesmo caso isso cause uma recessão. Por isso, a geração nascida na Era Neoliberal das três últimas décadas adentrou em seu primeiro “*bear market*” dos títulos globais. Significa *baixa*, porque ursos atacam com patas de cima para baixo, enquanto touros atacam com chifres de baixo para cima.

O *Bloomberg Global Aggregate Total Return Index* acompanha os títulos soberanos de dívida pública e os de dívida corporativa com grau de investimento. Caiu mais de 20% em relação a seu pico de 2021, sem levar em consideração a proteção (*hedge*) cambial, na maior queda anual desde o início da série temporal em 1990.

Aumentos atrasados de juros das Autoridades Monetárias dos Estados Unidos e da Europa, em resposta à disparada da inflação, puseram fim a um mercado de alta dos títulos, persistente desde meados da década de 1980. Com queda tanto no mercado de renda fixa quanto no de renda variável, ao mesmo tempo, os investidores perderam a alternativa fácil de diversificação de portfólio.

Os ‘*yields*’ não voltarão às mínimas históricas, vistas durante a pandemia. Em Finanças, referem-se ao retorno esperado (*ex-ante*) para detentor de título. Outro componente é o ganho de capital pela mudança no preço de mercado (secundário) do título.

O Federal Reserve não reintroduzirá tão cedo o tipo de estímulo antes concedido para reduzir os rendimentos dos títulos do Tesouro norte-americano abaixo de 1%. Quando a proteção cambial é levada em consideração, o índice de títulos caiu até 12% em relação ao pico. O Índice de Ações Globais da MSCI está também caindo 19% este ano.

As quedas simultâneas de ativos de renda fixa e variável derrubam um dos pilares das estratégias de investimento nos últimos

40 anos: o *clássico portfólio 60/40*, onde os investimentos ficam divididos nessa proporção entre ações e títulos. Está a caminho do pior desempenho anual, desde 2008, segundo um simulador dessa alocação de recursos.

A renda fixa deixa de ser uma diversificação de ativos em relação a fugir do risco com apenas ações. Os títulos europeus foram os mais atingidos, neste ano, com a série de efeitos encadeados a partir da invasão da Ucrânia pela Rússia, elevando os preços do gás natural na região até a interrupção de seu fornecimento no início de setembro.

Outra notícia informa o Banco Central Europeu (BCE) estar "atrás da curva" na luta contra os preços recordes na zona do euro. Espera-se ele agir com mais impulso contracionista em relação ao previsto anteriormente para controlar a inflação.

Mais de 66% dos economistas europeus consultados dizem a Autoridade Monetária ter sido muito lenta no combate à inflação, agindo apenas depois desta ter alcançado 9,1% ao ano. Preveem um nível mais alto dos juros, até o fim do ciclo de aperto, sem terem nenhuma garantia dele ser rápido, ou seja, anunciam a típica "descoberta do óbvio"...

Agora, em vez de focar na ameaça de uma recessão iminente na região do euro, o BCE irá priorizar o controle indireto dos preços – e da taxa de câmbio. Uma elevação da taxa de juro diminuiria a disparidade cambial ao alinhar mais o BCE à política do Federal Reserve, pois este já aplicou dois aumentos da mesma magnitude de 0,75% ponto percentual na taxa de juro básica.

Um ritmo mais rápido de aumento dos juros pode oferecer algum suporte cambial ao euro, cuja cotação mergulhou, enquanto o Banco Central dos EUA aumentava a taxa básica. Com isso, as importações, principalmente de *commodities* cotadas em dólares, ficaram mais caras, agravando a alta do custo de vida na economia da Europa.

O PIB europeu, provavelmente, vai encolher por pelo menos dois trimestres. Isso afetará a demanda global, inclusive a exportação brasileira.

A presidente do BCE, Christine Lagarde, enfrenta o dilema habitual da condução experimental de política monetária: apesar da expectativa de corte das estimativas de crescimento, as projeções de inflação ainda devem ser revisadas para cima por incerto tempo. A alta dos preços tende a ficar acima da meta de 2% em 2024.

Há muita dificuldade de previsão em meio às incertezas causadas pela guerra na Ucrânia. Não se sabe ainda qual será a 'função de reação' do BCE face a uma grave recessão no frio inverno europeu sem o gás russo...

Em julho, o BCE apresentou uma ferramenta para abordar possíveis problemas nos mercados de títulos, para os membros mais endividados da zona do euro se adaptarem com juros mais altos. O chamado Instrumento de Proteção da Transmissão deve ser ativado em algum momento.

O BCE também tem implantado com flexibilidade reinvestimentos de € 1,7 trilhão em títulos comprados durante a pandemia para ajudar os países em dificuldades. Metade dos recursos nos próximos três meses deverá ser investido em dívida italiana e mais cerca de 30% ser dividido entre Espanha, Portugal e Grécia. As estimativas sobre quando a autoridade europeia começará a vender seus cerca de € 5 trilhões em títulos, com redução do seu balanço, variam muito.

Rana Foroohar é editora especial e colunista do Financial Times. Sugere uma maneira curiosa de expressar *a reviravolta no círculo virtuoso para o vicioso*:

- a China ficou muito rica fabricando exportações baratas;
- a Rússia ficou muito rica vendendo gás barato para a Europa;
- a Alemanha ficou muito rica vendendo bens caros produzidos com gás barato;
- os EUA ficaram mais ricos vendendo títulos de dívida pública baratos, para as reservas cambiais dos demais países exportadores, e promovendo o Afrouxamento Quantitativo (QE) com emissão à vontade de dólares sem provocar aumento de preços.

O regime de '*baixaflação*', na globalização, foi viabilizado pelas exportações baratas, vindas da "fábrica do mundo" (China), da "usina energética do mundo" (Rússia), dos "serviços digitais do mundo" (Índia) e da "fazenda do mundo" (Brasil). Com a *Grande Reversão Demográfica*, a volta da inflação e o aumento dos juros na economia mundial, paradoxalmente, haverá também uma "desfinanceirização". Por qual razão?

Do lado do mercado de capitais, derruba a Inflação de Ativos. Do lado do mercado de renda fixa, a inflação provoca a *eutanásia dos rentistas*, ao ficar acima dos juros prefixados, típicos de títulos lançados no exterior (pós-fixado é uma "jabuticaba" brasileira), e a *marcação-a-mercado* pelo custo de oportunidade nos velhos títulos emitidos antes da alta.

### Riqueza Imobiliária Crescente

A forma de manutenção de riqueza com maior tradição no Brasil é a *imobiliária*. Esse tipo enriquecimento veio à baila, recentemente, pela revelação da lavagem de dinheiro sujo por uma "família" com a compra em "dinheiro vivo" de 51 imóveis dos 107 apropriados por desvio de verba pública para pagamentos de assessores parlamentares.

Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual decidiu-se a zona rural ser dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades. Ainda hoje, apenas 0,7% das propriedades têm área superior a 2 mil hectares (20 km<sup>2</sup>), mas elas, somadas, ocupam quase 50% da zona rural brasileira.

Essa *concentração secular da riqueza imobilizada* é uma das explicações para o não desenvolvimento aqui de uma Economia de Mercado de Capitais, pujante como a norte-americana. Lá, o "sonho americano" de imigrantes poderem "fazer a América" com a conquista de terras pelo genocídio dos nativos propiciou recursos suficientes para muitos investidores comprarem ações de grandes corporações de capital aberto.

Um relatório da consultoria McKinsey Global Institute – *The Rise and Rise of the Global Balance Sheet* [Ascensão Sem Fim do Balanço Global: Quão Produtivamente Estamos Usando Nossa Riqueza?] –,

fornece uma *visão inédita da riqueza mundial*, após duas décadas de crise financeira, agravada pela pandemia. Em dez países criadores de cerca de 60% do PIB global – Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Japão, México, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos – o vínculo histórico entre o crescimento do patrimônio líquido e o crescimento do PIB já não se sustenta.

Com o baixo crescimento do *fluxo de renda*, nas últimas duas décadas, nas economias avançadas, a relação entre os *ativos* (formas de manutenção de *estoques de riqueza*) e o *patrimônio líquido* (capital próprio para alavancagem financeira), anteriormente guardando uma certa proporção, triplicou. Os preços dos ativos subiram, não como resultado das tendências tecnológicas do século 21 – crescente digitalização de uma economia cada vez mais impulsionada por ativos intangíveis como *software* e outras propriedades intelectuais –, mas sim pelo *desvio de recursos para setor imobiliário*. Em 2020, os ativos imobiliários alcançaram dois terços dos ativos totais nesses países.

Outros ativos fixos, como máquinas e equipamentos capazes de impulsionar o crescimento econômico, representaram apenas cerca de 20% do total. Desse modo, não ocorreram investimentos capazes de oferecerem retornos econômicos com valor duradouro para os investidores, além de empregos para os trabalhadores.

Para construir esse balanço patrimonial dos 10 países, a McKinsey somou todos os *ativos reais* da economia, bem como todos os *ativos financeiros*, de forma análoga à forma como uma corporação constrói seu balanço. Em um nível funcional, o balanço global tem três componentes interligados: o balanço dos ativos não financeiros da economia produtiva, o balanço das famílias, governos e empresas não-financeiras, o balanço das corporações financeiras. Cada um equivale a cerca de US\$ 500 trilhões, ou o equivalente a cerca de seis vezes o PIB de 2020. Confira no Anexo Estatístico.

O *balanço da economia produtiva* tem US\$ 520 trilhões em ativos reais, como máquinas e equipamentos, infraestrutura, edifícios, recursos naturais e propriedade intelectual (PI). São espelhados no lado do passivo como *patrimônio líquido*, ou seja, o restante depois de todos os ativos e passivos financeiros serem liquidados.

O *balanço financeiro de famílias, corporações e governos* tem US\$ 510 trilhões em ativos financeiros, como ações, títulos, fundos de pensão e dinheiro e depósitos. Eles facilitam a propriedade e a transferência de risco de ativos reais, além de permitir consumo e reservas ao longo do tempo. Esses ativos financeiros são refletidos no passivo do balanço, pois representam eventuais demandas contra esses mesmos setores.

O *balanço das instituições financeiras* representa as transações entre esses ativos e passivos financeiros, transformando no processo seus riscos, maturidade e tamanho. Elas detêm US\$ 510 trilhões em ativos financeiros e valor semelhante de passivos.

Embora cada um desses três balanços se iguale em um nível de economia fechada, na análise da McKinsey dos dez países, há *uma pequena posição financeira líquida negativa*. Ativos e passivos não se correspondem, precisamente, porque esses dez países em conjunto tomaram emprestado do resto do mundo.

Um conceito-chave para esta pesquisa é o de *patrimônio líquido* como uma imagem espelhada de *ativos reais*, em nível global, porquanto *ativos e passivos financeiros* agregados em termos líquidos se compensam, zerando. O patrimônio líquido é a reserva de valor definidora da riqueza e capaz de sustentar a geração de renda futura.

Dessa forma, os ativos financeiros representam riqueza para setores, instituições, famílias e países, mas eles, no balanço consolidado, nem tampouco os passivos financeiros deles subtraídos, não se agregam ao *patrimônio líquido*. Dedutivamente, este tem valor equivalente ao dos *ativos reais não financeiros*.

Esse conjunto mundial nunca foi tão rico, mas com grandes variações entre países e famílias. Por exemplo, Austrália, Canadá e México possuem recursos naturais consideráveis, enquanto os exportadores de manufaturados Alemanha e Japão possuem ativos financeiros líquidos significativos. A China e o Japão têm algumas das maiores proporções de patrimônio líquido em relação ao PIB.

Entre os dez países, a China respondeu por 50% do crescimento do *patrimônio líquido ou riqueza real*, de 2000 a 2020, seguida pelos Estados Unidos, com 22%. O Japão detinha 31% da riqueza das dez economias em 2000, mas caiu para 11% em 2020.

Nos Estados Unidos, a quantidade de riqueza do país detida pelos 10% das famílias mais ricas cresceu de 67% em 2000 para 71% em 2019. Em compensação, a riqueza dos 50% proprietários mais pobres caíram de 1,8% em 2000 para 1,5% em 2019.

Na China, os 10% mais ricos das famílias possuíam 48% da riqueza do país em 2000 e, em 2015, essas famílias possuíam 67%. Os 50% mais pobres das famílias chinesas possuíam 14% da riqueza em 2000 e restaram com 6% em 2015.

As *famílias* são proprietárias finais da riqueza. Para elas, os *ativos reais*, principalmente habitação, representam quase metade do patrimônio líquido. Os *ativos financeiros líquidos*, em partes aproximadamente iguais de ativos de pensão, depósitos e patrimônio líquido, compõem a outra metade.

A distribuição de bens entre as famílias varia entre os países. Por exemplo, as famílias na Austrália, França, Alemanha e México possuem prédios e terrenos, enquanto nos Estados Unidos, ações e pensões compõem a maior parte da riqueza das famílias. No Japão, os depósitos representam mais de um terço do total de ativos das famílias.

Por meio desses ativos financeiros e propriedades imobiliárias, *as famílias dos dez países controlam 95% do patrimônio líquido*. Variam de 64% do patrimônio líquido nacional no México a 135% nos Estados Unidos.

O *setor estatal*, visto como um facilitador de criação da riqueza, no lado do ativo, possui principalmente prédios públicos, infraestrutura, terras e recursos naturais, equivalentes a cerca de 90% do PIB. Em alguns países, também possui ativos financeiros, como participações em empresas estatais. No lado do passivo, o saldo da dívida pública em muitos países excede o valor dos ativos reais públicos.

As *corporações não financeiras*, as criadoras de riqueza, possuem ativos produtivos como máquinas, fábricas e intangíveis. Elas também têm participações imobiliárias significativas, como hotéis, restaurantes e edifícios de escritórios. Efetivamente, repassam essa riqueza para as famílias por meio de dívida e patrimônio. Os

ativos reais no setor corporativo variam de apenas 1,3 vezes o PIB nos Estados Unidos a 3,8 vezes o PIB na China.

As *sociedades financeiras* espelham os ativos e os passivos de outros setores. Detêm ativos financeiros, como hipotecas, títulos públicos e corporativos e ações. Ao mesmo tempo, devem depósitos, títulos e fundos de pensão, principalmente às famílias. O sistema financeiro inclui os Bancos Centrais e seus balanços em expansão brutal.

O valor dos imóveis residenciais, incluindo terrenos, totalizou 46% do patrimônio líquido global em 2020. Edifícios corporativos e governamentais, além dos terrenos associados a eles, acrescentaram 23% adicionais. Logo, *ativos imobiliários ultrapassam dois terços dentro dos ativos reais globais ou patrimônio líquido*.

Outros *ativos fixos*, como infraestrutura, estruturas industriais, máquinas e equipamentos, intangíveis e reservas minerais – ativos normalmente impulsionadores do crescimento econômico – representam apenas um quinto dos ativos reais ou patrimônio líquido. Variam de 15% no Reino Unido e França a 39% no Japão.

Os preços mais altos dos ativos representaram cerca de três quartos do crescimento do patrimônio líquido, entre 2000 e 2020, enquanto o esforço de poupar e investir representou apenas 28%. Dada a baixa inflação corrente, baixa taxa de juro resultou em *inflação de ativos*, sejam imobiliários, sejam acionários. Por isso, os investidores priorizaram a aposta especulativa em aumentos dos preços dos ativos em lugar do investimento na melhoria dos ativos operacionais, condutor do aumento da produtividade, e esta, por sua vez, impulsionadora do crescimento econômico.

O patrimônio líquido, desde 2000, aumentou enquanto as taxas de juros caíram pela tendência deflacionária mundial, provocada pela globalização do comércio com nova divisão internacional do trabalho e pelas tendências demográficas. A análise da consultoria McKinsey – The Rise and Rise of the Global Balance Sheet [Ascensão Sem Fim do Balanço Global] encontrou uma forte correlação inversa entre as médias móveis de cinco anos de patrimônio líquido e taxas de juros nominais após 2000.

Os ativos imobiliários ilustra a base dos ganhos de avaliação e sua relação com as taxas de juros. Os preços dos imóveis aumentaram, aproximadamente triplicando em média nos dez países da amostra da McKinsey, de 2000 a 2020.

No entanto, nem sempre houve o impacto esperado de uma renda de aluguel mais alta, dada sua proporção em relação ao valor da propriedade, avaliada como um custo de oportunidade de imobilizar esse capital em lugar de o vender para obter liquidez destinada às aplicações financeiras. Em alguns lugares, houve reversão dessa expectativa pela queda acentuada dos rendimentos de aluguel.

Os rendimentos de aluguel diminuíram, nesses casos, quando a queda das taxas de juros impactou os custos de financiamento. A queda das taxas de juros desempenhou, em outros casos, um papel decisivo no aumento dos preços dos imóveis, devido à fuga da renda fixa para a variável e, especialmente, em aposta na tendência firme de alta dos preços dos imóveis para serem revendidos e propiciarem ganhos de capital.

A oferta inelástica de terrenos, em solos urbanos de metrópoles, também desempenhou um papel, caso contrário, seria de esperar os aluguéis caírem à medida que as taxas de juros caíssem, em vez de os preços dos imóveis subirem. Austrália, Canadá, França e Reino Unido tiveram o maior crescimento no valor dos imóveis residenciais em relação ao PIB.

Dos ganhos de patrimônio líquido vinculados ao setor imobiliário em nível global, cerca de 55% derivaram de preços mais altos da terrenos, enquanto 24% foram atribuídos a custos de construção mais altos. Os 21% restantes foram resultado de investimento líquido, ou seja, construção de novas casas ou melhorias nas existentes.

Segundo a McKinsey, metade do crescimento do patrimônio líquido das famílias veio do aumento das avaliações de ações, principalmente na China, Suécia e Estados Unidos. Outros 40% foram provenientes do aumento das avaliações de imóveis.

Os valores habitacionais na Austrália, Canadá, França e Reino Unido cresceram mais de um múltiplo completo do PIB. O patrimônio

líquido das famílias também cresceu como resultado do aumento dos depósitos vazados para eles, devido à criação de dinheiro barato e medidas de estímulo (“afrouxamento monetário”), porém, a dívida no setor habitacional permaneceu relativamente estável em relação ao PIB.

Em síntese, avizinha-se um cenário esse longo período de divergência entre baixa de inflação e juros e alta de cotações de ativos pode estar terminando. É possível os altos preços dos ativos eventualmente reverter para retomar sua relação de longo prazo em relação ao PIB, ou seja, maior estabilidade na relação entre valor de estoque e fluxo de renda como aconteceu no passado.

O aumento do investimento na recuperação pós-pandemia, na economia digital ou na sustentabilidade poderá alterar a dinâmica poupança-investimento. A retomada inflacionária poderá pressionar as taxas de juros extraordinariamente baixas em vigor em todo o mundo até a pandemia, antes das quebras das Cadeias Globais de Valor, tanto produtivas quanto comerciais.

Isso levaria a um declínio nos valores de mercado dos ativos imobiliários. Eles sustentaram o crescimento do patrimônio líquido global nas últimas duas décadas.

Cabe perguntar: é saudável para a sociedade os altos preços das casas, em vez do investimento em ativos produtivos, serem o motor do crescimento da economia? Não é improdutiva essa compra-e-venda de propriedade privada sobre estoque da riqueza, construída principalmente a partir de aumentos de preços sobre a riqueza existente?

A habitação de preço acessível, especialmente, se tornou uma reivindicação cara à Geração Milênio. Seus jovens não têm como comprar casas e iniciar famílias tão cedo como acontecia em gerações anteriores. Isso alimenta a inflação dos aluguéis.

Na Alemanha, há uma campanha popular em curso para tomar o controle das grandes empresas de imóveis para locação residencial e transformá-los em propriedade pública. Na Holanda, debate-se a ideia de proibir investidores comprarem casas de baixo custo para explorar a locação.

Em Seul, na Coreia do Sul, houve uma alta de 90% no preço médio de um apartamento e virou uma vergonha nacional as habitações em porões no subsolo sujeito às inundações e mortes de famílias. O líder chinês Xi Jinping fez da habitação a preço acessível uma bandeira-de-luta importante, na sua campanha pela prosperidade geral, ao declarar “casas são para morar, não para especulação”.

E aqui, no Brasil, simplesmente, o desgoverno alterou o nome do programa Minha Casa, Minha Vida e esvaziou o orçamento do subsídio social. Moradias a preço acessível são a questão econômica mais premente para a mobilidade social dos mais pobres.

A mobilidade propiciada pela tecnologia digital e a flexibilidade cada vez maior em trabalho presencial, na Era Pós-Pandemia, podem aliviar parte da pressão. Isto caso ocorra uma fuga dos habitantes das metrópoles para cidades menores.

A demanda por imóveis residenciais sofre o forte impacto de três fatores: (i) demografia; (ii) renda das famílias; e (iii) crédito imobiliário. Por um lado, as tendências demográficas estão se alterando, por outro, renda e crédito têm maior volatilidade nas diferentes fases do ciclo econômico.

O mercado de trabalho na pandemia agravou a deterioração do emprego e do poder aquisitivo da população, afetando negativamente a dinâmica do mercado imobiliário. Também a deterioração das condições de crédito imobiliário, após abril de 2013, antes abundante e relativamente barato, reverteu o financiamento e o boom imobiliário.

Em termos de poder aquisitivo, a maior parte (66%) dos respondentes da pesquisa Raio X FipeZAP+, no 2º trimestre de 2022, declarou dispor de uma renda domiciliar mensal igual ou inferior a R 10 000.

Em termos de objetivo, uma parcela majoritária, mas cada vez menor dos compradores (caiu de 67% no início de 2019 para 55%), declarou intenção de destinar o imóvel para moradia, enquanto o restante (45%) classificou a compra do bem como uma forma de investimento. Entre os optantes por essa finalidade prevaleceu o

interesse na obtenção de renda com aluguel do imóvel adquirido (81%) em oposição à valorização para revenda (19%).

Entre os declarantes com intenção de adquirir imóveis nos próximos meses, 88% dos respondentes declararam como objetivo seu uso para moradia, em particular, com finalidade de morar com alguém (82%). Morar sozinho eram 15% e 3% comprar para outra pessoa morar, ou seja, para ser cedido.

O custo de oportunidade para investidores em Campinas é notável: de janeiro de 2013 a novembro de 2019, a variação do Índice FIPEZAP de Vendas acumulou 31%, enquanto o CDI variou 91%. Em São Paulo, dada a especulação imobiliária, de janeiro de 2008 a novembro de 2019, a variação do Índice FIPEZAP de Vendas acumulou 243%, enquanto o CDI variou 212%.

Para um comparativo do preço médio de venda de imóveis residenciais em agosto de 2022 (R\$/m<sup>2</sup>), em Campinas, era R\$ 5.588, enquanto em São Paulo era R\$ 9.991 e no Rio de Janeiro, R\$ 9.707.

Voltando à questão da *compra de imóvel para lavagem de dinheiro*, cabe uma última pergunta: se um corrupto se apropria de um dinheiro vivo de outros é para quê? Não é para colocar em caixas. É para usufruir, por exemplo, morando em mansão luxuosa. Esse símbolo de enriquecimento é atraente para o criminoso. Ele busca ascensão social. Só.

## Anexo Estatístico

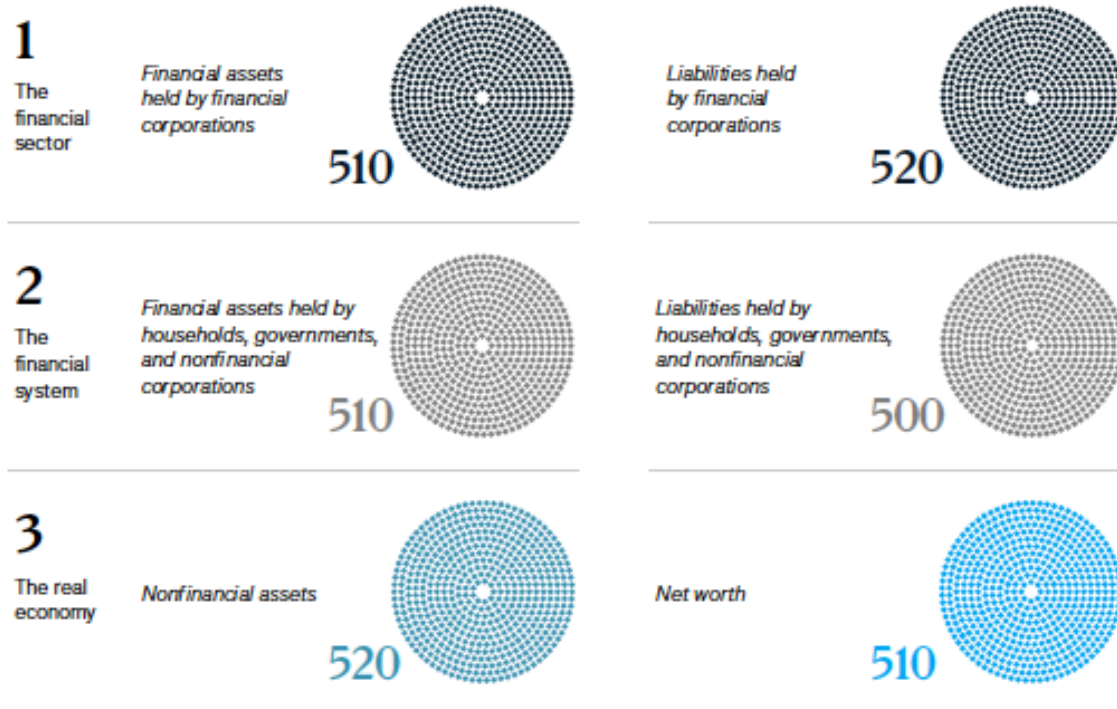
Each of the three components of the global balance sheet amounted to about \$500 trillion in 2020, or six times GDP.

Size of balance sheet  
\$ trillion

85  Global  
GDP

### Real assets

### Liabilities and net worth



Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP.  
Source: CEIC; Federal Reserve Board; national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

**Fonte de todas as ilustrações:** McKinsey Global Institute. *The rise and rise of the global balance sheet: How productively are we using our wealth?* November 15, 2021 | Report

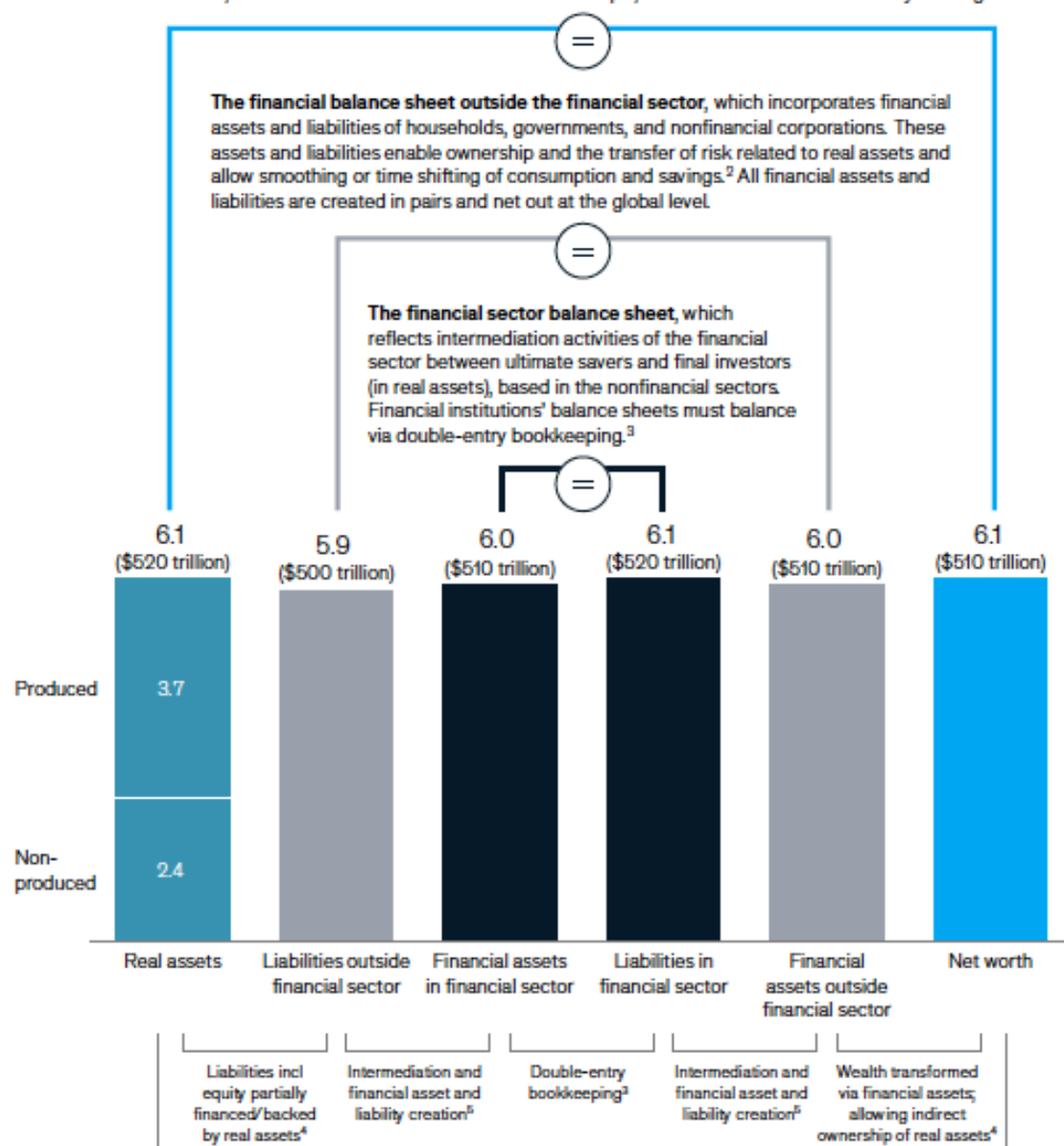
<https://www.mckinsey.com/industries/financial-services/our-insights/the-rise-and-rise-of-the-global-balance-sheet-how-productively-are-we-using-our-wealth?cid=eml-web>

## The global balance sheet can be interpreted as three interlocking balance sheets of about \$500 trillion each.

Balance sheet components, 2020, GDP multiple

Simplified

The **real economy balance sheet**, where savers and investors accumulate real assets and thus wealth. In a world without finance, real assets and wealth are identical—for example, someone accumulates wealth by building a house.<sup>1</sup>

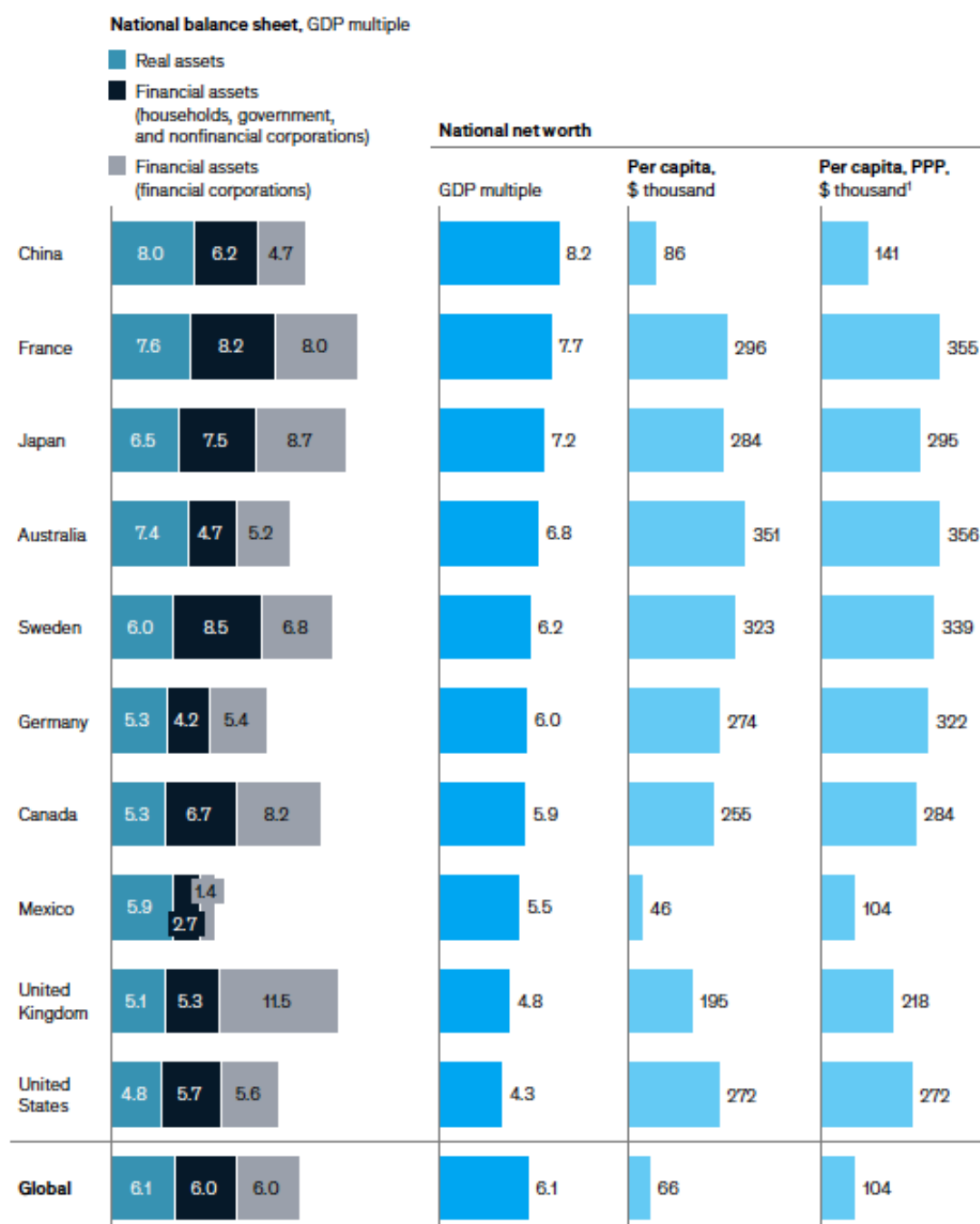


Wealth ultimately transformed into real assets (directly or via corporate equity ownership); real assets serve as store of wealth<sup>5</sup>

- Globally, assets equal liabilities (and net worth) within each of the three levels shown; small deviations are due to the collective rest-of-world position across the ten countries in our sample.
  - Consumption smoothing refers to saving and borrowing to maintain an even level of consumption over time.
  - Financial sector double-entry bookkeeping includes real assets; for that reason, as well as due to asymmetric valuation changes on assets and liabilities, liabilities are not perfectly equal to financial assets.
  - Not all real assets have a financial liability against them (eg, house without a mortgage), and not all liabilities are asset backed (eg, student loans). Historically, liabilities have been much smaller than real assets.
  - Not all financial flows are intermediated by the financial sector (eg, direct equity ownership), and there are financial assets and liabilities only within the financial sector.
- Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP. Figures may not sum to 100% because of rounding.
- Source: CEIC; Federal Reserve Board; national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

## Total balance sheets and net worth vary widely by country.

National balance sheets and net worth at market prices, 2020



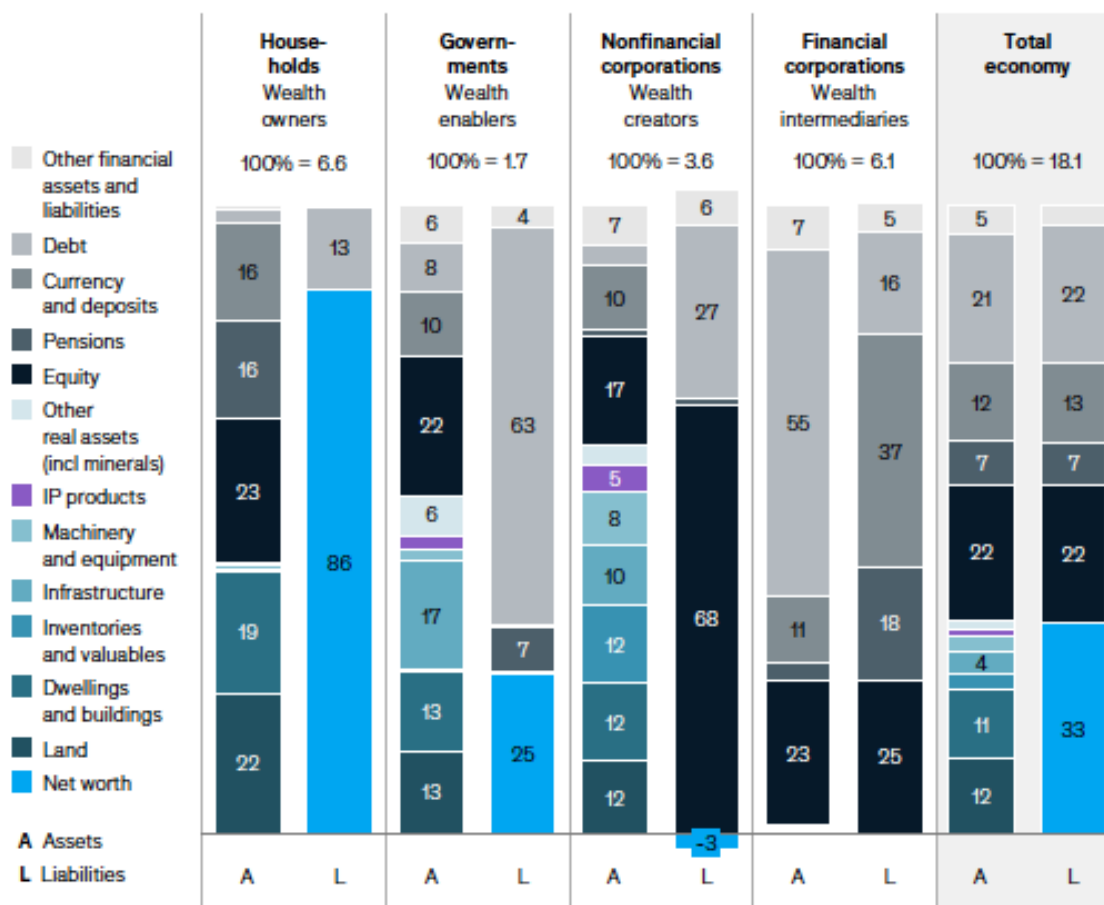
1. Purchasing power parity. Rates from World Bank; sample average redistributes GDP weights based on PPP GDP; global (extrapolated) view takes into account world PPP GDP multiplied by the net worth/GDP ratio of 6.1.

Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP. Figures may not sum to 100% because of rounding.

Source: CEIC; Federal Reserve Board; national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysts

## The distribution of assets and liabilities varies by sector.

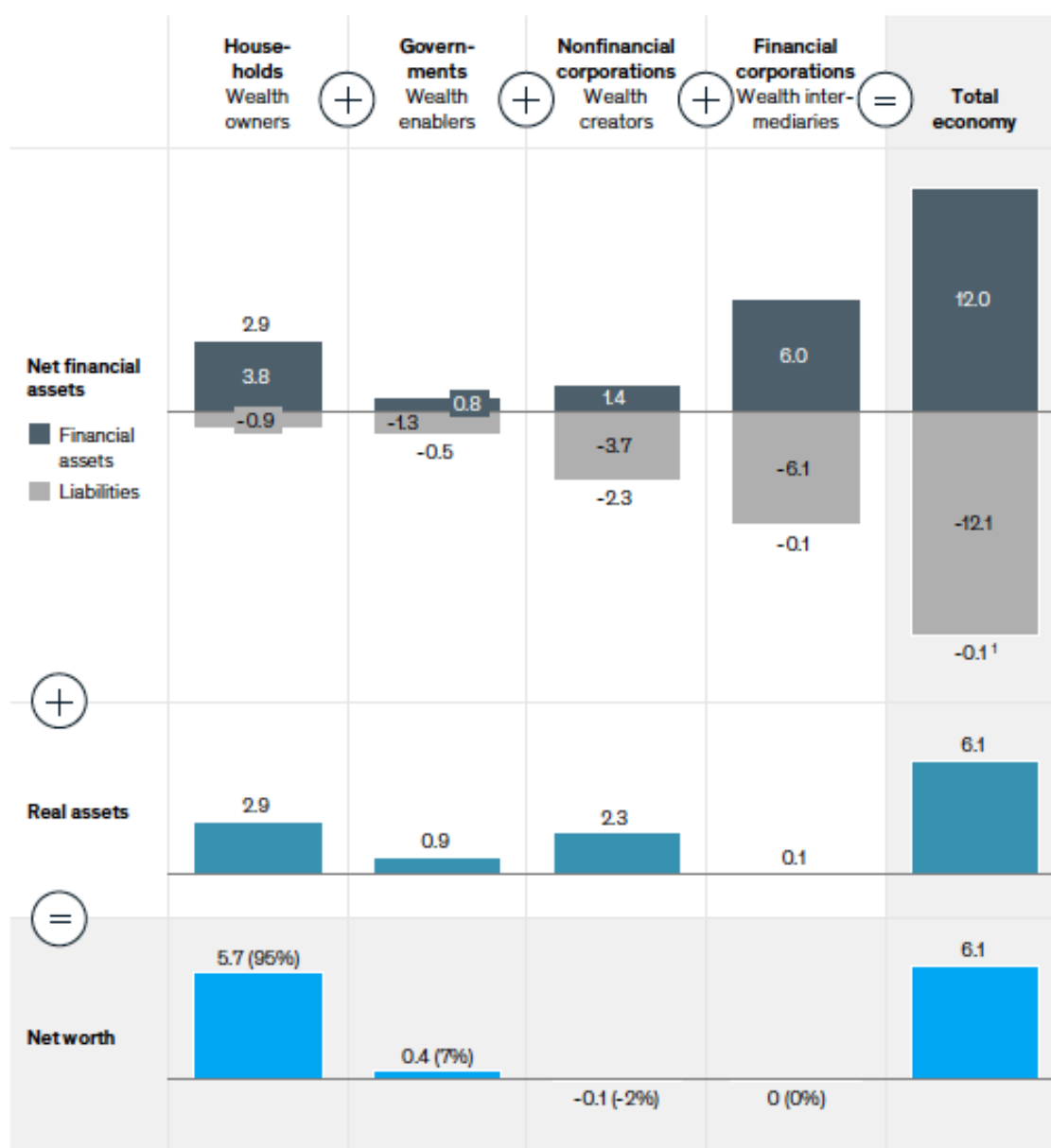
Global balance sheet by sector, 2020, %, GDP multiple



Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP. Figures may not sum to 100% because of rounding.  
Source: CEIC; Federal Reserve Board; national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

## Real assets constitute net worth at the total economy level, while financial assets work to pass net worth on to households.

Wealth breakdown by sector, 2020, GDP multiple



The top row shows that total net financial assets net out at a global level, leaving real assets equivalent to net worth (middle row). In the corporate sector, real assets are offset by net financial assets.

Bottom row: Net worth is mostly held by households—half in the form of financial claims on corporates and governments, the other half in real estate.

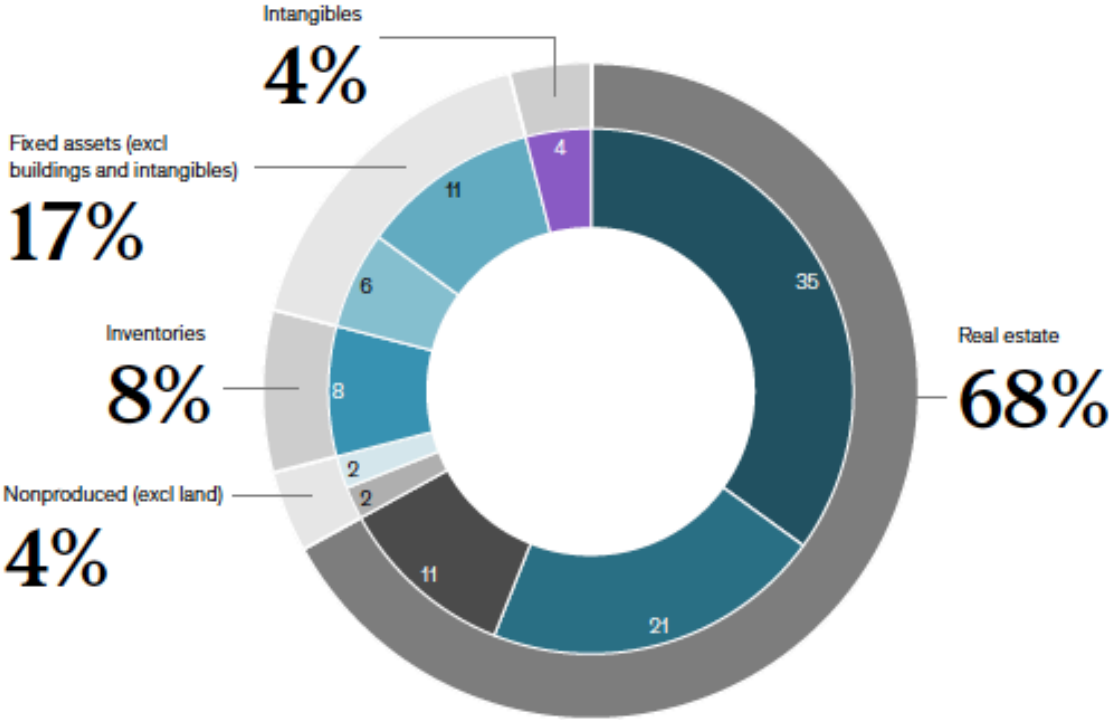
1. At the global level, net financial assets are equal to zero. The -0.1 times GDP figure here represents the collective rest-of-world position across the ten countries in our sample.

Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP. Figures may not sum to 100% because of rounding.  
Source: CEIQ, Federal Reserve Board, national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

**Real estate accounts for two-thirds of real assets.**

Distribution of real assets, global average, 2020, %

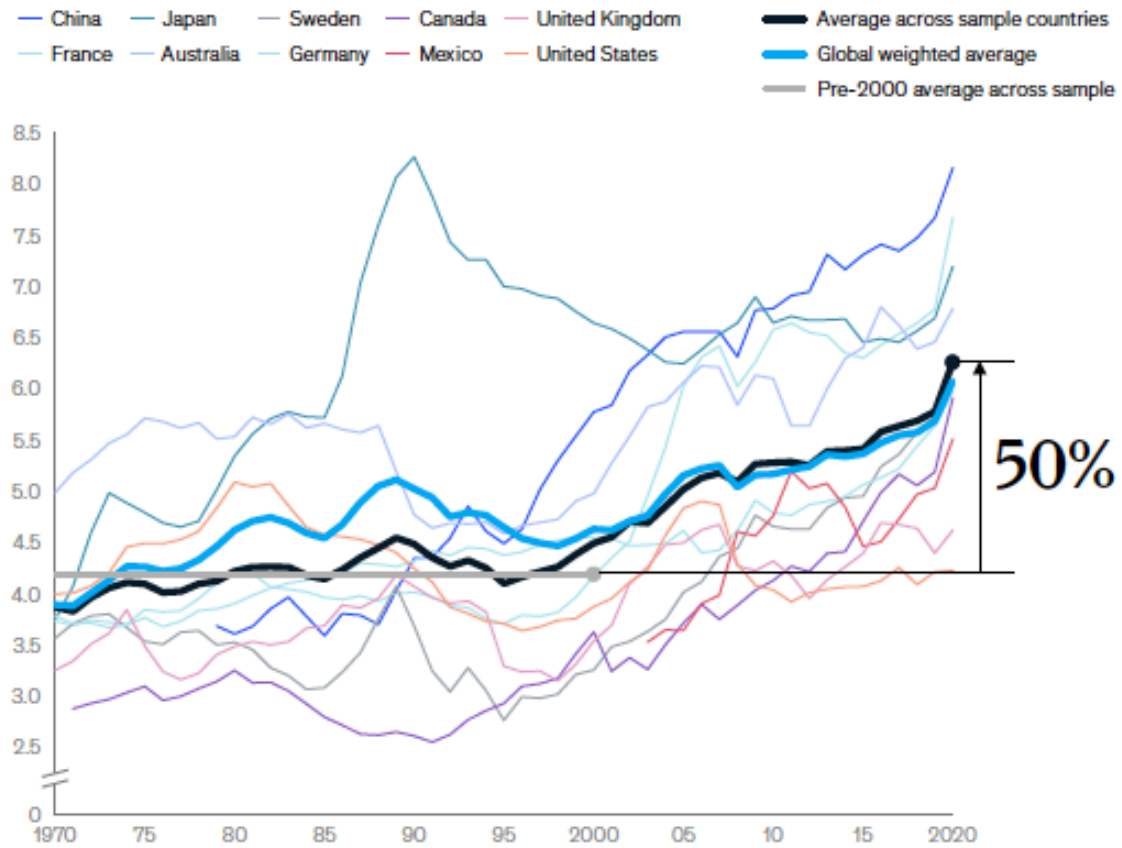
- Land
- Dwellings
- Nonresidential buildings
- Mineral and energy reserves
- Other nonproduced assets
- Inventories
- Machinery and equipment
- Infrastructure
- IP products



Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP. Labels for values <1 not shown. Figures may not sum to 100% because of rounding.  
Source: AMECO; CEIC; EU KLEMS; Federal Reserve Board; national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

### Since 2000, net worth at market prices has increased relative to nominal GDP in most countries.

Net worth at market prices relative to nominal GDP, 1970–2020

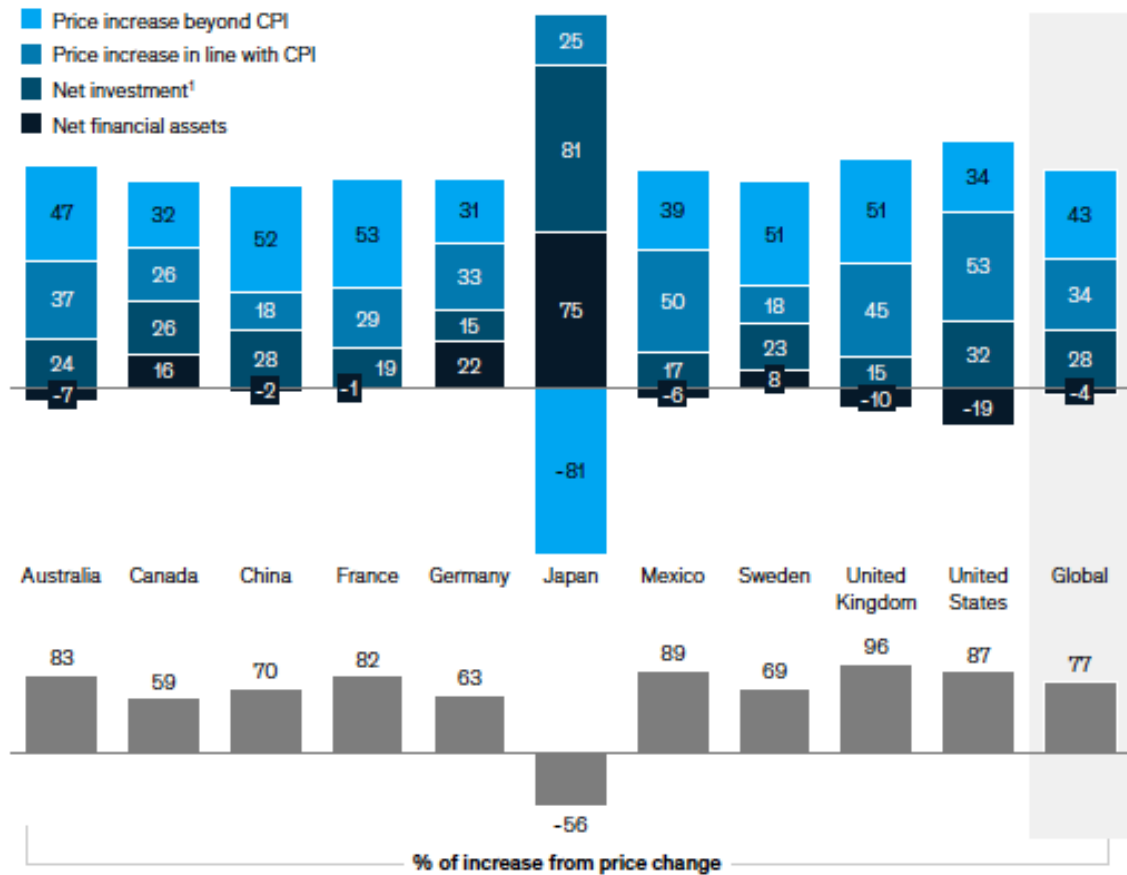


Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP. Labels for values <1 not shown. Figures may not sum to 100% because of rounding.

Source: CEIC; Federal Reserve Board; national statistics offices; OECD; World Inequality Database; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

**Price changes across countries account for 77 percent of net worth growth from 2000 to 2020.**

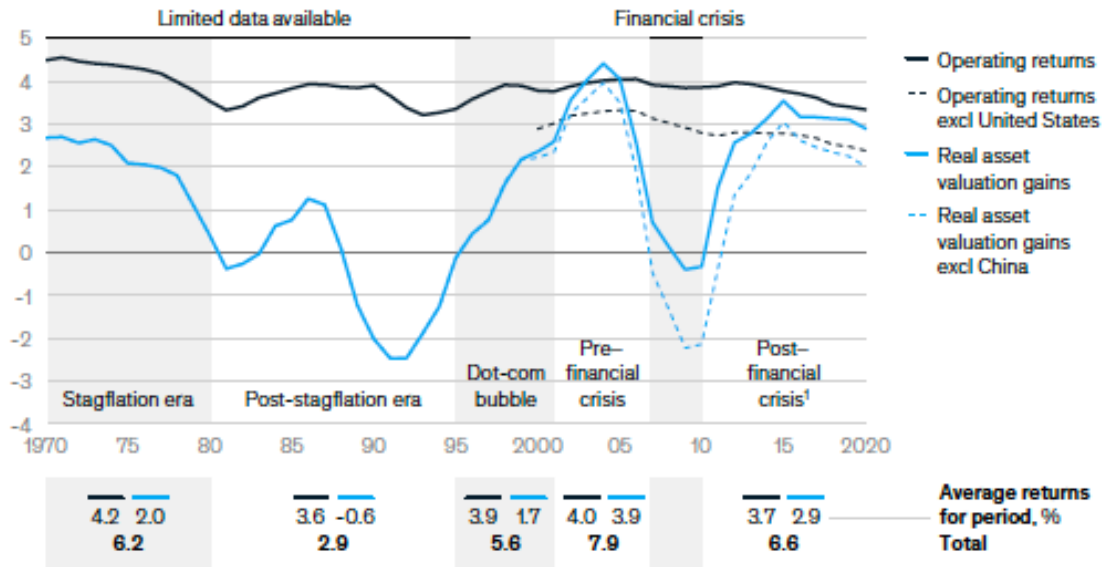
% of net worth growth derived from price increases, net investment, and net financial assets, 2000–20



<sup>1</sup> Net investment is calculated as the sum of nominal investment less depreciation from 2001 to 2020 (without adjusting for price effects).  
 Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP. Mexico data start in 2003.  
 Source: CEIC; Federal Reserve Board; national statistics offices; IHS Markit; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

**After 2000, valuation gains approached operating returns.**

Real asset operating returns and valuation gains post-inflation, 5-year rolling averages, %



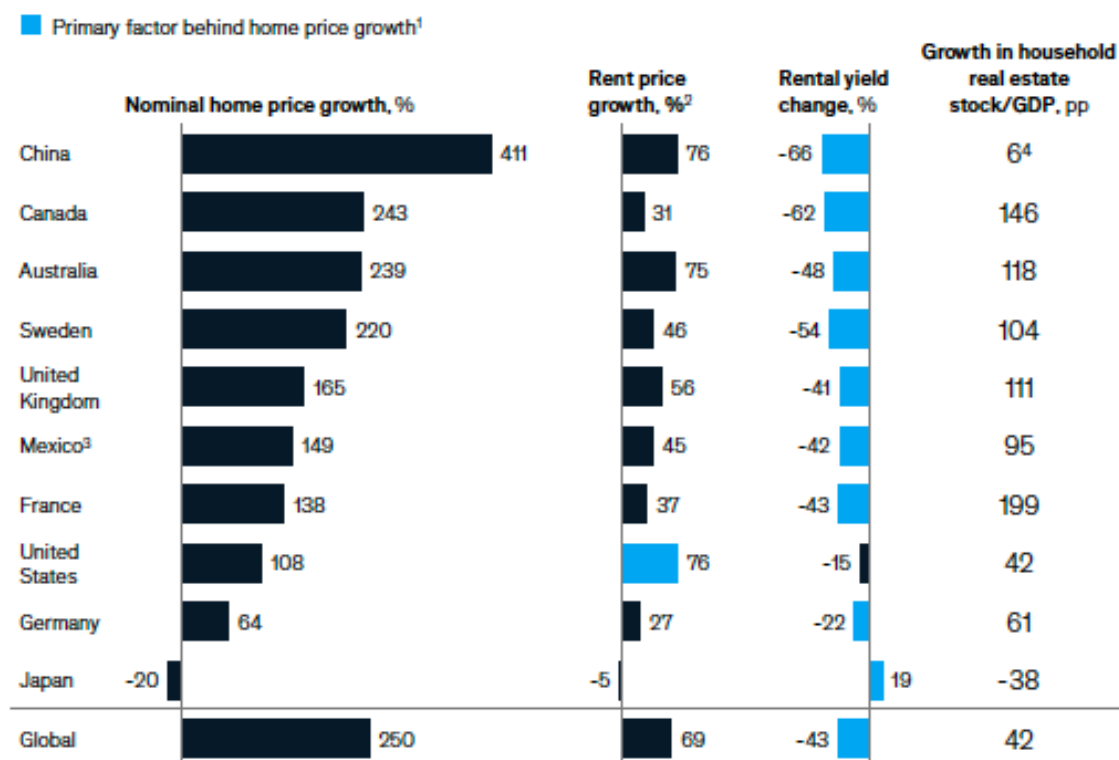
1. These figures reflect the period 2010 to 2020. If this period had begun in 2008, average operating returns would have been 3.7% and average post-inflation valuation gains 1.9% (and total returns 5.6%).

Note: Data availability starting dates: United States, 1970; France, 1970; Japan, 1991; Sweden, United Kingdom, 1996; Australia, Canada, Germany, 1997; China, 2001; Mexico, 2004. Operational returns calculated as net operating surplus divided by produced assets and land. The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP.

Source: AMECO; CEIC; Federal Reserve Board; IHS Markit; national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

## Rising home prices are a function of rent price growth and declining rental yields, with the latter shaping home prices in most countries.

Dynamics of real estate price and stock changes across countries, 2000–20



1. Home prices are a function of rental income and rental yields (which are a proxy for capitalization rates used by the real estate industry), wherein home prices are equal to rental income divided by rental yields. Specifically, the percent increase in nominal home prices is equal to the following formula: (% increase in rents – % increase in rental yields)/(1+ % increase in rental yields).

2. Rent prices reflect imputed rent of owner-occupied homes.

3. Mexico's data reflect the period 2005–20.

4. China's overall household real estate stock has grown only slightly faster than GDP, with a growth in GDP multiple of 6 percentage points from 2001 to 2020, even though nominal home prices have grown over 400 percent.

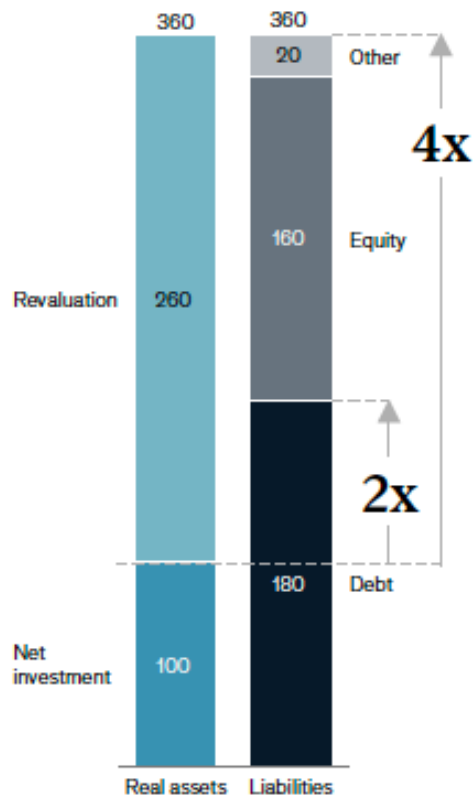
Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP.

Source: CEIC; Federal Reserve Board; national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

**From 2000 to 2020, almost \$2 of debt and \$4 of liabilities were created for every \$1 of net investment.**

Global growth and stock of real assets and liabilities, excluding financial sector, nonconsolidated data, 2000–20, \$ trillion

Global growth of real assets and liabilities



Global stock of real assets and liabilities



Note: The global average is an extrapolation derived from a weighted average of ten countries based on GDP.  
 Source: CEIC; Federal Reserve Board; national statistics offices; OECD; World Bank; McKinsey Global Institute analysis

## Bibliografia

ARAÚJO, Victor. Pentecostalismo e Antipetismo nas Eleições Brasileiras. *Latin American Research Review*. University of Zurich. junho de 2021.

MIGUEL, Luís Felipe. *O Colapso da Democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016*. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo / Expressão Popular; 2019.

NASSIF, Luís. <https://jornalggn.com.br/destaque-capas-lacunas-intelectuais-na-cobertura-das-eleicoes-por-luis-nassif/>

NERI, Marcelo; MELO, Luisa Carvalhaes Coutinho de (Org.) *Miséria e a Nova Classe Média na década da igualdade*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008.

NOBRE, Marcos. O fim da polarização, *Piauí*, n. 51, dez./2010. Disponível em: 22/05/2013 no endereço eletrônico <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-51/ensaio/o-fim-da-polarizacao>>.

PIVA, Juliana Dal. *O Negócio do Jair: A História Proibida do Clã Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Zahar; 2022.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, original de 1933.

RICCI, Rudá. *Lulismo da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira / Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra Cultural e Retórica do Ódio: Crônicas de Um Brasil Pós-Político*. Goiânia, Caminhos, 2021.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPYER, Juliano. *Mídias sociais no Brasil emergente: Como a internet afeta a mobilidade social*. UCL Press/EDUC; 2018.

TIBURI, Márcia. *A Ascensão Fascista no Brasil* Antônio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares foram os (organizadores). *Cultura Política no Brasil Atual*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. pp. 95-108.

VIANNA, Luiz Werneck. *Esquerda brasileira e tradição republicana: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

## Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa – *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Cartalismo e Finanças Funcionais*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Complexidade e a Arte da Política Pública*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Grande Reversão Demográfica*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa - *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022

Fernando Costa. *O Banqueiro Comunista*. Versão Livro. março 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Diagnóstico do Estado Atual da Economia Brasileira*. fev 2020.

Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – *The Economist* – *Seis Grandes Ideias*. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade* – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista* - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia* segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Tradução e Resumo da História de Wall Street*. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira 2a. Edição* Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

*A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro*. 2019

- Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019
- Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019
- Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.
- Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

## Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil (FPA-FENAE, 2016)*, *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018), cerca de oitenta livros digitais, inclusive traduções, muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu mais de 9,6 milhões visitas.